

Programa de Governo José Serra
Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do
Brasil

Diretrizes Gerais

Propostas Setoriais

Prioridades Estaduais

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
DIRETRIZES GERAIS	15
PROPOSTAS SETORIAIS	29
Tema 1: AGROPECUÁRIA E REFORMA AGRÁRIA	30
Proposta 1: Crédito e Seguro Rural	32
Proposta 2: Transgênico Verde Amarelo	33
Proposta 3: Defensivos Agrícolas Genéricos	34
Proposta 4: PRONAF Ficha Limpa	35
Proposta 5: Assistência Técnica e Extensão Rural	36
Proposta 6: Paz no Campo	38
Proposta 7: Emancipação dos Assentamentos Rurais	39
Tema 2: CIDADANIA, JUSTIÇA E IGUALDADE	41
Proposta 8: Justiça Cidadã	41
Proposta 9: Ministério da Pessoa com Deficiência	43
Proposta 10: Diversidade Sexual	47
Proposta 11: Igualdade Racial	49
Proposta 12: Igualdade de Gênero	50
Proposta 13: Povos Indígenas	53
Proposta 14: Idosos com Dignidade	55
Proposta 15: Juventude Consciente	56
Tema 3: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	59
Proposta 16: Pesquisa Científica e Tecnológica	60
Proposta 17: Parques Tecnológicos	61
Proposta 18: Premio em Ciência e Tecnologia	62
Tema 4: CULTURA	64
Proposta 19: Cultura Democrática	65
Tema 5: ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E EMPREGO	69
Proposta 20: Destruir Investimentos	70
Proposta 21: Nota Fiscal Brasileira	71
Proposta 22: Política Industrial	72
Proposta 23: Conta Bancária Universal	75
Proposta 24: Mercado de Capitais	76

Proposta 25: Aumento do Salário Mínimo	78
Proposta 26: Capacitação de Trabalhadores.....	79
Proposta 27: Emprega Brasil	80
Proposta 28: Sistema SEBRAE.....	81
Proposta 29: BNDES para os Pequenos Negócios	82
Proposta 30: Cooperativismo	83
Tema 6: EDUCAÇÃO	85
Proposta 31: Educação Básica com Currículos Nacionais	85
Proposta 32: Programa “Aluno Tempo Integral”.....	86
Proposta 33: Avaliação para Ciências.....	87
Proposta 34: Programa Ler e Escrever.....	88
Proposta 35: Programa Valorização do Professor	90
Proposta 36: Universalização da Educação Infantil.....	91
Proposta 37: Currículo do Ensino Médio	91
Proposta 38: PROUNI no Ensino Superior de Tecnologia.....	93
Proposta 39: PROTEC – Programa de Apoio ao Ensino Técnico	94
Proposta 40: Ensino Superior	95
Proposta 41: Sistema de Avaliação do Ensino Superior	96
Proposta 42: Ensino à Distância	96
Tema 7: ENERGIA, PETRÓLEO E GÁS.....	98
Proposta 43: Reorganização Institucional do Setor Elétrico.....	100
Proposta 44: Energia Barata.....	103
Proposta 45: Matriz Energética Limpa.....	104
Proposta 46: Eficiência Energética	105
Proposta 47: Biocombustíveis	107
Proposta 48: Exploração de Petróleo	108
Proposta 49: Fortalecer a Petrobras.....	110
Tema 8: ESPORTE	112
Proposta 50: Sistema Nacional de Esporte	112
Proposta 51: Rede Olímpica Nacional.....	115
Proposta 52: Copa do Mundo	116
Tema 9: GESTÃO PÚBLICA e SISTEMA POLÍTICO	119
Proposta 53: Plena Responsabilidade Fiscal.....	120
Proposta 54: Serviço Público de Qualidade.....	121

Proposta 55: Governo Eletrônico Total	123
Proposta 56: Autonomia das Agências Reguladoras.....	124
Proposta 57: Programa Nacional de Descentralização	125
Proposta 58: Voto Distrital nas Capitais.....	126
Proposta 59: Gestão da Previdência Social.....	127
Tema 10: HABITAÇÃO	130
Proposta 60: Crédito Habitacional Perene	131
Proposta 61: Habitação Digna	133
Proposta 62: Urbanização de Favelas.....	135
Tema 11: INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO	137
Proposta 63: Ministério de Logística	139
Proposta 64: Modernização dos Portos.....	141
Proposta 65: Expansão do Setor Aéreo	144
Proposta 66: Rodovias da Vida.....	146
Proposta 67: Trens para o Brasil.....	147
Tema 12: MEIO AMBIENTE.....	152
Proposta 68: Código Florestal.....	152
Proposta 69: Moratória do Desmatamento.....	153
Proposta 70: Pagamento por Serviços Ambientais	154
Proposta 71: Comitês de Bacias Hidrográficas	156
Proposta 72: Rio São Francisco	157
Proposta 73: Ecoturismo	158
Proposta 74: Licenciamento ambiental.....	159
Proposta 75: Economia Verde.....	160
Proposta 76: Zona Costeira.....	162
Proposta 77: Diesel Limpo	162
Tema 13: POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO EXTERIOR	164
Proposta 78: Política Externa com Interesse Nacional	166
Proposta 79: Fortalecimento da CAMEX.....	167
Proposta 80: Integração Regional e MERCOSUL.....	168
Tema 14: POLÍTICAS REGIONAIS	170
Proposta 81: Nova SUDENE.....	171
Proposta 82: Projeto Semiárido 2020	172
Proposta 83: Amazônia Sustentável	175

Proposta 84: Zona Franca Perene	177
Proposta 85: Fronteira da Produção	178
Proposta 86: Autoridade Metropolitana de Transporte	179
Proposta 87: Mobilidade Urbana nas Capitais.....	180
Tema 15: PROTEÇÃO SOCIAL	181
Proposta 88: Bolsa Família.....	182
Proposta 89: Sistema Único de Assistência Social.....	183
Proposta 90: Sistema Nacional de Atenção à População de Rua	184
Proposta 91: Projeto Travessia Nacional.....	184
Proposta 92: Crianças Desaparecidas	185
Tema 16: SANEAMENTO E AGUA.....	187
Proposta 93: Plano Nacional de Saneamento Básico.....	188
Proposta 94: Desoneração do Investimento em Saneamento Básico	189
Proposta 95: Gestão das Empresas de Saneamento	190
Proposta 96: Água Universalizada	191
Proposta 97: Coleta e Tratamento de Esgoto	192
Proposta 98: Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	193
Tema 17: SAÚDE	195
Proposta 99: Emenda Constitucional 29	196
Proposta 100: Atenção Primária à Saúde	197
Proposta 101: Policlínicas.....	198
Proposta 102: Acesso a Medicamentos.....	199
Proposta 103: Programa Nacional de Combate ao Câncer	201
Proposta 104: Saúde Integral da Mulher.....	203
Proposta 105: Fila Zero para Internações e Cirurgias	204
Proposta 106: Mutirões da Saúde.....	205
Proposta 107: Sistema Nacional de Transplantes	206
Proposta 108: Rede Nacional para Dependentes Químicos.....	207
Proposta 109: Programa Mãe Brasileira	208
Proposta 110: Saúde Integral da Criança.....	210
Proposta 111: Profissionais da Saúde.....	210
Proposta 112: Hábitos Saudáveis.....	211
Proposta 113: Hospitais Filantrópicos.....	213
Tema 18: SEGURANÇA PÚBLICA	215

Proposta 114: Ministério da Segurança Pública	216
Proposta 115: Força Nacional contra Catástrofes.....	222
Tema 19: TELECOMUNICAÇÕES	225
Proposta 116: Correios com Excelência	226
Proposta 117: Democracia Digital	227
Tema 20: TURISMO	230
Proposta 118: Turismo Sustentável.....	230
PRIORIDADES ESTADUAIS	236
1. AGENDA ACRE/BRASIL	237
Prioridade 1. BR-364	237
Prioridade 2. Programa de Segurança Alimentar do Acre	237
Prioridade 3. Déficit Habitacional Zero	237
2. AGENDA ALAGOAS/BRASIL.....	238
Prioridade 1. Programa Criança Assistida	238
Prioridade 2. Policiamento Comunitário	238
Prioridade 3. Estaleiro em Coruripe	238
Prioridade 4. Aeroporto de Maragogi/Terminal Costa Dourada	238
Prioridade 5. BR-101	238
Prioridade 6. Porto de Maceió/Jaraguá	238
Prioridade 7. VLT de Maceió.....	239
3. AGENDA AMAPÁ/BRASIL	240
Prioridade 1. BR-156 (Macapá a Laranjal do Jari)	240
Prioridade 2. Autosuficiência Energética.....	240
Prioridade 3. Ecoturismo	240
4. AGENDA AMAZONAS/BRASIL.....	241
Prioridade 1. Novo Porto de Manaus.	241
Prioridade 2. Terminais Hidroviários (TH).....	241
Prioridade 3. Aeroporto Eduardo Gomes.....	241
Prioridade 4. Zona Franca Perene	241
5. AGENDA BAHIA/BRASIL.....	242
Prioridade 1. BR – 101.....	242
Prioridade 2. BR–324 (Salvador-Feira de Santana).....	242
Prioridade 3. Anéis Viários Regionais de Barreiras, Feira de Santana e Teixeira de Freitas	242

Prioridade 4. Ponte Ferroviária da Travessia do Paraguaçu, em São Félix - Cachoeira	242
Prioridade 5. Metrô de Salvador	243
Prioridade 6. Porto de Salvador	243
Prioridade 7. Aeroportos.....	243
Prioridade 8. Hospital do Câncer de Salvador	243
Prioridade 9. Autosuficiência Hídrica	243
Prioridade 10. Programa “Cacau da Bahia”	244
Prioridade 11. Construção de 10 FATECs.....	244
Prioridade 12. Construção de 20 Policlínicas	244
6. AGENDA CEARÁ/BRASIL.....	245
Prioridade 1. BR-116	245
Prioridade 2. Contorno de Fortaleza.....	245
Prioridade 3. BR-304 (Natal – Fortaleza)	245
Prioridade 4. Implantação do MetroFor.....	245
Prioridade 5. Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).....	245
Prioridade 6. Aeroporto de Fortaleza	246
Prioridade 7. Hospital Geral de Fortaleza	246
Prioridade 8. Agropólos com Agentes Rurais.....	246
Prioridade 9. Desenvolvimento Sustentável do Araripe (Cariri).....	246
Prioridade 10. Programa de Inteligência da Polícia.....	246
7. AGENDA DF/BRASIL.....	247
Prioridade 1. Pólo de Referência em Saúde.....	247
Prioridade 2. Metrô de Brasília	247
8. AGENDA ESPÍRITO SANTO/BRASIL	248
Prioridade 1. BR-101	248
Prioridade 2. Rodovia BR-262 e Segunda Ponte de Vitória	248
Prioridade 3. Contorno de Vitória.....	248
Prioridade 4. Porto de Vitória.....	248
Prioridade 5. Aeroporto de Vitória	248
Prioridade 6. Programa de Segurança Pública	248
Prioridade 7. Saúde da Família.....	249
Prioridade 8. Projeto Terra Rural.....	249
Prioridade 9. Café Sustentável.....	249
9. AGENDA GOIÁS/BRASIL	250

Prioridade 1. Trecho Goiano da Ferrovia Norte-Sul	250
Prioridade 2. VLT entre Brasília e Luziânia	250
Prioridade 3. Metrô de Superfície de Goiânia	250
Prioridade 4. Anel Viário de Goiânia	250
Prioridade 5. Aeroporto de Goiânia	250
Prioridade 6. Universidades Federais de Goiás	251
Prioridade 7. Centro de Excelência de Esportes	251
Prioridade 8. 100 Colégios Tecnológicos	251
10. AGENDA MARANHÃO/BRASIL	251
Prioridade 1. Porto de Itaqui	251
Prioridade 2. Auto-suficiência Energética	251
Prioridade 3. UPAS da Saúde	252
Prioridade 4. Modernização da Agricultura.....	252
11. AGENDA MATO GROSSO/BRASIL	253
Prioridade 1. Ferrovia Norte Sul (Feronorte).....	253
Prioridade 2. BR-163 (Cuiabá-Santarém)	253
Prioridade 3. Hidrovias: Teles Pires-Tapajós; Araguaia-Tocantins e Paraná-Paraguai	253
Prioridade 4. Aeroporto Marechal Rondon.....	253
Prioridade 5. Hospital Universitário “Júlio Muller” (UFMT).....	253
Prioridade 6. Programa de Segurança de Fronteiras	253
Prioridade 7. Mato Grosso Desmatamento Zero.....	254
12. AGENDA MATO GROSSO DO SUL/BRASIL.....	254
Prioridade 1. Rodovia BR-163	254
Prioridade 2. Aeroporto do Campo Grande.....	254
Prioridade 3. Programa Turístico Pantanal	254
Prioridade 4. Programa de Segurança de Fronteiras	255
13. AGENDA MINAS GERAIS/BRASIL	256
Prioridade 1. Metrô de Belo Horizonte	256
Prioridade 2. Anel Rodoviário da Capital (Contorno Norte).....	256
Prioridade 3. BR-381 (Belo Horizonte-Governador Valadares).....	256
Prioridade 4. BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) - Triângulo Mineiro.....	256
Prioridade 5. BR-262	256
Prioridade 6. BR-040 (Rio de Janeiro-Brasília)	257
Prioridade 7. Unidade de Uréia e Amônia da Petrobrás	257

Prioridade 8. Programa Fica Vivo.....	257
Prioridade 9. Aeroporto Internacional de Confins	257
Prioridade 10. Cafeicultura.....	257
14. AGENDA PARÁ/BRASIL.....	258
Prioridade 1. BR-163 (Cuiabá a Santarém)	258
Prioridade 2. Rodovia Transamazônica.....	258
Prioridade 3. Regularização Fundiária.....	258
Prioridade 4. Hidrovia Araguaia/Tocantins	258
Prioridade 5. Porto de Vila do Conde	258
Prioridade 6. Saneamento Metropolitano.....	258
Prioridade 7. Metrô de Superfície de Belém.....	259
Prioridade 8. Faculdades Tecnológicas.....	259
Prioridade 9. Fábrica de Ídolos do Esporte.....	259
15. AGENDA PARAÍBA/BRASIL.....	260
Prioridade 1. BR-230	260
Prioridade 2. Portos de Cabedelo e Lucena.....	260
Prioridade 3. ETECs.....	260
Prioridade 4. Saúde no Interior	260
16. AGENDA PARANÁ/BRASIL.....	261
Prioridade 1. Metrô de Curitiba.....	261
Prioridade 2. Contorno Ferroviário de Curitiba.....	261
Prioridade 3. Rodovia Boiadeira	261
Prioridade 4. Segunda Ponte sobre o Rio Paraná	261
Prioridade 5. Porto de Paranaguá.....	261
Prioridade 6. Aeroporto Afonso Pena	262
Prioridade 7. Programa de Apoio ao Produtor Rural	262
Prioridade 8. Atendimento Básico na Saúde	262
Prioridade 9. Combate ao Tráfico e ao Contrabando.....	262
17. AGENDA PERNAMBUCO/BRASIL.....	263
Prioridade 1. BR-101	263
Prioridade 2. BR-232	263
Prioridade 3. Rodoanel Recife (BR-101).....	263
Prioridade 4. Metrô de Superfície de Recife.....	263
Prioridade 5. Complexo Industrial e Portuário do Suape (CIPS).....	263

Prioridade 6. Aeroporto dos Guararapes	264
Prioridade 7. Educação Básica e Escolas Técnicas	264
Prioridade 8. Saneamento e Reestruturação da Região Metropolitana do Recife (RMR):	264
18. AGENDA PIAUÍ/BRASIL.....	265
Prioridade 1. BR-235	265
Prioridade 2. BR-020	265
Prioridade 3. Aeroporto de Teresina	265
Prioridade 4. Programa de Irrigação Regional	265
Prioridade 5. Projeto Jovem Universitário	265
Prioridade 6. Porto de Luiz Correia	265
19. AGENDA RIO DE JANEIRO/BRASIL	267
Prioridade 1. Linha 3 Metrô (túnel Rio –Niterói)	267
Prioridade 2. SuperVia	267
Prioridade 3. Aeroportos do Galeão e Santos Dumont	267
Prioridade 4. Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro	267
Prioridade 5. Hospital de Queimados.....	267
Prioridade 6. Programa Remédio em Casa	268
Prioridade 7. Programa Paraíba do Sul.....	268
20. AGENDA RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL.....	269
Prioridade 1. Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	269
Prioridade 2. Barragem de Oiticica.....	269
Prioridade 3. Polo Pesqueiro	269
Prioridade 4. Melhorias na Malha Rodoviária.....	269
Prioridade 5. Porto de Natal	269
21. AGENDA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL	270
Prioridade 1. BR-116	270
Prioridade 2. BR-101	270
Prioridade 3. BR-290	270
Prioridade 4. Metrô de Porto Alegre	270
Prioridade 5. Segunda Ponte do Guaíba	270
Prioridade 6. Aeroporto de Porto Alegre.....	271
Prioridade 7. Hospital de Emergências Metropolitano.....	271
Prioridade 8. Programa “Paz no Campo”	271
22. AGENDA RONDÔNIA/BRASIL	272

Prioridade 1. Hidrovias	272
Prioridade 2. ETECs regionais	272
Prioridade 3. Combate ao Tráfico de Drogas e Armas	272
Prioridade 4. Gasoduto Urucu-Porto Velho	272
Prioridade 5. Porto de Porto Velho	272
23. AGENDA RORAIMA/BRASIL	273
Prioridade 1. BR-210	273
Prioridade 2. BR-432	273
Prioridade 3. Eficiência Energética	273
Prioridade 4. Polos Regionais de Desenvolvimento	273
Prioridade 5. Segurança nas Fronteiras	273
Prioridade 6. Regularização Fundiária	273
24. AGENDA SANTA CATARINA/BRASIL	275
Prioridade 1. BR-282	275
Prioridade 2. BR-101	275
Prioridade 3. BR-280	275
Prioridade 4. BR-470	275
Prioridade 5. BR-480 - Travessia de Chapecó	275
Prioridade 6. Aeroporto de Chapecó	275
Prioridade 7. 9 UPAs	276
25. AGENDA SÃO PAULO/BRASIL	276
Prioridade 1. Completar o Programa Expansão São Paulo	276
Prioridade 2. Rodoanel da Capital	276
Prioridade 3. Ferroanel Sul	276
Prioridade 4. Rodovia dos Tamoios	276
Prioridade 5. Rede Paulista de Dutos	277
Prioridade 6. Aeroportos de Cumbica, Congonhas e Viracopos	277
Prioridade 7. Hidrovia Tietê-Paraná	277
Prioridade 8. Movimento Olímpico Paulista	277
26. AGENDA SERGIPE/BRASIL	278
Prioridade 1. BR-101	278
Prioridade 2. Contorno de Aracaju	278
Prioridade 3. Irrigação Jacaré-Curituba (Poço Redondo)	278
27. AGENDA TOCANTINS/BRASIL	279

Prioridade 1. Metrô de Superfície de Palmas	279
Prioridade 2. Ferrovia Norte Sul (Ramal Miracema)	279
Prioridade 3. Hidrovia Araguaia - Tocantins	279
Prioridade 4. BR-010	279
Prioridade 5. BR-235	279
Prioridade 6. Aeroporto de Palmas	279
Prioridade 7. Centros de Desenvolvimento em Tecnologia e Pesquisa.....	280

APRESENTAÇÃO

José Serra, cumprindo determinação legal, registrou junto ao Tribunal Superior Eleitoral, em 02 de julho de 2010, as Diretrizes Gerais do programa de seu governo para o Brasil. Tais diretrizes se encontram nos textos dos discursos proferidos no Encontro Nacional dos Partidos (PSDB, DEM e PPS), realizado em 10/04/2010, em Brasília, e na Convenção Nacional do PSDB, ocorrida em 12/06/2010, em Salvador, quando José Serra foi indicado oficialmente como candidato à presidência da República. A íntegra dos discursos está acessível no site Proposta Serra: (<http://www.propostaserra.com.br>).

Na sequência, já candidato, José Serra orientou sua equipe de trabalho no sentido de detalhar e aprofundar as ideias, propostas e principais linhas de ação pretendidas em seu futuro governo. Grupos de estudos se formaram e, junto com a assessoria do candidato, passaram a interagir, via internet, na rede colaborativa da Proposta Serra. Atualmente, **27450** internautas participam desse trabalho, de essência profundamente democrática, inédito em uma campanha eleitoral no Brasil.

Este documento explicita as Diretrizes Gerais, já expostas anteriormente por José Serra, e sistematiza, detalhadamente, suas Propostas de Governo, sejam aquelas setoriais, sejam as direcionadas para cada estado do Brasil. O formato de apresentação permite montar um sistema de acompanhamento de sua execução prática, no futuro governo. Mais que propor, fazer.

DIRETRIZES GERAIS

Um governo sério, democrático e transparente, se pauta por princípios éticos. Seus fundamentos básicos expressam uma maneira de olhar o mundo, refletem uma ideologia, mostram uma cultura política. As Diretrizes Gerais que embasam as propostas de José Serra para o Brasil conformam um pensamento que defende a radicalização da democracia na busca incessante da justiça social. Manifesta uma crença na mudança social através da luta cuja arma são as idéias, um processo de convencimento da sociedade que valoriza a liberdade individual, de imprensa e prescinde da violência contra o cidadão.

Ação Política: Respeito à Democracia e à República

A candidatura presidencial de José Serra expressa os anseios de um amplo conjunto de forças políticas, incluindo social-democratas, socialistas democráticos, liberais democratas e trabalhistas, entre outras correntes, para quem o caminho do desenvolvimento sustentável do país exige um governo inovador, comprometido com os preceitos da moderna democracia.

Desde a redemocratização de 1985, o povo brasileiro alcançou muitas conquistas. Aprovou sua nova Constituição e encaminhou a organização da vida política, abrindo sucessivos e importantes canais de participação popular. Com o Plano Real, foi possível controlar a inflação e transformar a economia, melhorando a distribuição de renda e a vida das pessoas mais pobres. As reformas da economia inauguraram uma nova era; foi

implantada a responsabilidade fiscal dos governos, a agricultura se tornou mais produtiva e forte, a indústria se mostrou mais eficiente e o sistema financeiro, mais consistente e sólido.

Com o Congresso e a imprensa livres, foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS), as crianças tiveram escola plena, a criação do sistema de proteção social diminuiu a miséria, o consumo e o crédito popular foram ampliados. Globalizada, a sociedade se abriu, enfrentou preconceitos e avançou na qualidade de vida. Olhando para o futuro, deu-se mais atenção à defesa do meio ambiente. O Brasil evoluiu positivamente na economia, na sociedade e na cidadania, galgando seu devido lugar na História.

Tal trajetória se configurou a partir do trabalho e do idealismo de muita gente, uns notórios, outros desconhecidos. Não foram conquistas de um só homem ou de um só governo, muito menos de um único partido político. Todas elas vieram como resultado de 25 anos de estabilidade democrática, muita luta acumulada, muito sacrifício e tenacidade de um povo.

O Plano Real marcou, a partir de 1993, um ponto de inflexão da crônica crise econômica e política que ameaçava levar de roldão a democracia recém-conquistada. A estabilidade econômica significou um impulso decisivo para a transformação do Brasil. O País à deriva, com economia inflacionária, estagnada, sem credibilidade internacional, sem perspectivas de desenvolvimento, tornou-se uma Nação próspera, revigorada e com rumo a seguir.

A moeda estável representou uma revolução na economia brasileira, acabando com a ciranda financeira que esvaziava o bolso dos assalariados. Nas finanças públicas operou, a partir de 2000, a lei de responsabilidade fiscal. Reinserido no mercado mundial, o Brasil reencontrou suas perspectivas de desenvolvimento, melhorando os salários, avançando na distribuição de renda e na justiça social. Num País em que crescimento e

concentração de renda sempre andaram de mãos dadas, a estabilidade da moeda representou um tiro certo na desigualdade e em sua prima-irmã, a miséria.

Mas ainda é longo o caminho do desenvolvimento sustentável que defendemos. Por isso temos pressa. E nos inquietamos ao perceber que nosso País tem desperdiçado boas oportunidades diante da conjuntura internacional, favorável como há muitas décadas não se via no horizonte. O Brasil periga perder o bonde da história. O Brasil, certamente, pode mais.

O povo brasileiro aspira a coisas simples e concretas. Quer viver num país mais próspero e decente, respeitado lá fora, justo dentro de suas fronteiras. Um país onde não falte a seus filhos condições básicas de saúde e educação. Que ofereça oportunidades de trabalho aos jovens. Que permita a seus cidadãos que andem pelas ruas sem medo da violência. Um país que vença a desigualdade e respeite as diferenças, que proteja os necessitados. Os brasileiros querem progredir, melhorar a qualidade de vida, garantir um futuro melhor às gerações seguintes. E querem fazê-lo com plena liberdade de escolha e expressão política, sem paternalismos nem mandonismos. Querem ser donos do seu destino.

O maior obstáculo à construção do país com que sonhamos é a desigualdade. O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É, isso sim, um país injusto. Sua economia se coloca entre as maiores do mundo, com pujante agropecuária, indústria de base e de manufaturados, próspero comércio. Mas a distribuição da riqueza continua concentrada, separando a imensa massa de pobres de uma elite riquíssima. Essa distância somente poderá ser reduzida com o engajamento crescente da sociedade e a definida participação do Estado, executando políticas verdadeiramente eficazes de crescimento econômico e promoção social e humana.

O passado sempre ajuda a compreender o futuro. Mas não será o retrovisor que oferece o melhor palco para a discussão que interessa ao povo nesse momento das eleições presidenciais. As bravatas políticas devem mirar para frente, nunca olhar para trás. A sociedade brasileira quer saber quem doravante poderá, no comando do País, avançar mais e com maior competência, assegurando uma continuada melhoria da qualidade de vida ao povo.

Isto, sim, está em jogo nesta hora crucial: a escolha de uma liderança capaz de conduzir o Brasil à frente, fazendo mais e melhor. Eleição é sempre uma escolha para o futuro, e não sobre o passado.

Democracia e Estado de Direito são valores universais, permanentes, insubstituíveis, que não podem ser objeto de barganha política. Mas não são únicos. Honestidade, verdade, caráter, honra, coragem, coerência, brio profissional, perseverança também são essenciais ao exercício do Poder.

O Brasil não tem dono. Pertence a todos os brasileiros que trabalham, que estudam, que querem subir na vida, que acreditam no esforço, individual e coletivo. É construído por homens e mulheres que vislumbram uma sociedade mais rica e mais justa, que não se deixam corromper, que não toleram os malfeitos, que são decentes e exigem ética na vida pública.

Filiação partidária não pode ser escada para a promoção pessoal. O governo deve sempre servir ao povo, não a partidos nem a corporações. Sua obrigação é defender o interesse coletivo, jamais buscar vantagem pessoal, nem discriminar ninguém. Governar exige juntar pessoas, não separá-las; convidá-las ao diálogo, em vez de segregá-las.

Um governo deve procurar unir a Nação, jamais atuar estimulando confrontos entre setores da sociedade, muito menos opondo pobres contra ricos, ou ricos contra pobres. Um governo seriamente preocupado com o futuro deve trabalhar sob o princípio da solidariedade, necessária à

construção de um país democrático e forte, que valorize o talento, a honestidade e o patriotismo. Criar desconfianças e alimentar o ódio destrói a sociedade.

Para enfrentar os problemas nacionais e alcançar sua superação, não se pode ceder à demagogia, nem fabricar bravatas ou praticar a politicagem. A democracia representativa, mesmo com seus defeitos, é um valor básico, fundamental para qualquer Nação que se pretenda moderna e séria. Por isso, deve ser respeitada e fortalecida, jamais afrontada sob qualquer pretexto.

Na democracia, os governos passam e as estruturas do Estado ficam. Governos são eleitos para cumprir programas respaldados por maiorias eleitorais temporárias, decididas a cada eleição majoritária. A máquina do Estado – estrutura e funcionários - deve oferecer os meios necessários ao governo para cumprir seu programa. Por isso, a democracia, mesmo nos regimes presidencialistas, requer constante profissionalização da burocracia pública.

Desenvolvimento com Qualidade

Fantásticas oportunidades estão sendo perdidas pelo País devido à falta de planejamento de longo prazo. Governar significa muito mais do que fazer obras, mesmo aquelas grandiosas. Significa definir estratégias nacionais e liderar um processo de desenvolvimento que eleve a qualidade de vida da população.

O Brasil pode mais em sua economia. País continental, mercados em crescimento, imensos recursos naturais, povo trabalhador, juventude capaz,

ciência e tecnologia fortes, rica cultura, entre tantas condições favoráveis, suficientes para galgar patamares elevados de progresso material e humano.

Redistribuir a renda é fundamental para democratizar o processo de crescimento econômico. Mas apenas a variável renda não assegura boa qualidade de vida às famílias, pois inexistente relação linear entre o crescimento da economia e o desenvolvimento da sociedade. Basta ver a depredação ecológica que afeta a civilização planetária, indicando que as variáveis ambientais também devem participar da fórmula do desenvolvimento econômico.

Inexistente contradição entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento. Quem pensa que a defesa ambiental atrapalha o crescimento do País usa um raciocínio atrasado e equivocado, filhote da economia predatória que impera desde a revolução industrial. É possível, sim, fazer o País crescer e, ao mesmo tempo, defender o meio ambiente, preservar as florestas, a qualidade do ar, bem como reduzir as emissões de gás carbônico, que provocam o efeito estufa da Terra.

As fábricas que controlaram suas emissões de poluentes atmosféricos ou de efluentes não deixaram de ser competitivas no mercado. Pelo contrário, agregaram valor a seus produtos e ganharam credibilidade junto ao consumidor, tanto interno quanto externo. Também não são incompatíveis a proteção do meio ambiente e o dinamismo extraordinário da agricultura brasileira.

Além da garantia dos direitos sociais básicos – como educação, saúde, habitação, saneamento, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados –, uma sociedade desenvolvida deve ainda avançar na busca da liberdade. Desenvolvimento também se mede pela capacidade de as pessoas fazerem escolhas

livremente, exercendo sua cidadania plena, de forma participativa e culturalmente saudável.

Reside no estímulo à produção de riquezas o caminho mais rápido, seguro e justo para o desenvolvimento sustentável. Produção gera emprego e movimenta renda, principalmente quando originária dos pequenos negócios da economia. Políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo mostram grande e positivo impacto socioeconômico, valorizando a atitude proativa das pessoas, em detrimento da passividade e resignação, própria dos povos dependentes. Uma Nação ativa se ergue pelo vigor do dinamismo de seus empreendedores.

Ativismo do Estado

O PSDB e seus aliados políticos não são privatistas nem estatizantes. Defendem, isso sim, o ativismo do Estado. Querem o ente público que atua, planeja, define prioridades, impulsiona a produção, articula forças sociais, mobiliza a sociedade.

Na história do País, especialmente após o governo de Getúlio Vargas, importantes ramos da economia foram comandados por empresas estatais, como a siderurgia, a petroquímica, a mineração, energia elétrica e telefonia. Sem essas empresas o Brasil não teria avançado sua economia, enfrentando os desafios da época imperialista do capitalismo mundial. Com o final da Guerra Fria e a globalização, consolidada a capacidade empresarial, no campo e na cidade, novos desafios se colocam para a gestão do Estado brasileiro, como as questões da educação, saúde e justiça social, da segurança pública.

No governo Fernando Henrique Cardoso foi levado a cabo um processo de abertura do país aos investimentos privados, permitindo o aporte de capitais e métodos de gestão eficientes que ampliaram a produção, criando condições de um novo patamar de competitividade mundial. Hoje – Vale do Rio Doce, CSN, Embratel, entre outras – produzem e empregam muito mais, além de recolherem mais impostos e dividendos aos cofres públicos.

Empresas públicas fortes e bem geridas contribuem para o desenvolvimento do país. Ao contrário, práticas de partidarização dessas empresas, por meio da nomeação de apadrinhados políticos e da utilização de seus recursos para fins partidários, como se vê atualmente, enfraquecem o País. É fundamental difundir e fortalecer padrões de governança e de gestão por resultados, privilegiando funcionários de carreira com a devida capacitação técnica. A Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios, a Eletrobras, apenas para citar alguns exemplos, são verdadeiros símbolos nacionais, que não podem ser utilizados para saciar interesses político-partidários.

Nada de ideológico há nesse processo. O Brasil precisa, ao mesmo tempo, de mais governo e mais mercado. Governo melhor e mercado mais equânime. Mais governo para quem precisa do governo e mais mercado para o conjunto das ações empresariais. A social democracia nasceu defendendo o controle social do mercado. Assim surgiram as Agências Reguladoras, constituídas exatamente para defender a sociedade contra os vícios do mercado e, também, contra os desvios da gestão governamental.

Mais relevante do que o tamanho do Estado é o debate sobre a função e o caráter do poder público. Empresas estatais que atuam apenas na defesa das suas corporações desvirtuam sua função pública. Da mesma forma, é pernicioso administrar o patrimônio estatal em benefício próprio, ou, pior,

em benefício partidário. Essa “privatização corporativa” que se enxerga hoje no aparelho estatal é inaceitável. Será necessário reestatizar o Estado brasileiro.

Macroeconomia e Infraestrutura para o Crescimento

É fundamental preservar os fundamentos da política econômica que permitiram a conquista da estabilidade de preços a partir do Plano Real. Mas é igualmente fundamental acertar a dosagem entre as políticas monetária, cambial e fiscal de forma a assegurar as condições do crescimento sustentado da economia.

O governo atual, em vez de reforçar as bases de crescimento do País, preferiu hipotecar o futuro à comodidade do presente. Manteve juros desnecessariamente elevados e o câmbio excepcionalmente apreciado, para alegria dos especuladores e sofrimento da indústria e da agricultura nacionais. Deixou os gastos correntes correrem soltos, engolindo irresponsavelmente o aumento da carga tributária e retirando espaço valioso para os investimentos públicos. Pior, desleixou nos investimentos fundamentais para a infraestrutura produtiva.

O elevado patamar de crescimento da economia brasileira, necessário para garantir a geração de empregos e maior qualidade de vida, jamais será conseguido sem bases sólidas na infraestrutura da produção. E nosso grande país, líder da América Latina e oitava economia do mundo, por descuido e falta de competência de seus dirigentes, anda com pés de barro. A força emergente de sua economia periga sucumbir à fragilidade crescente de sua base produtiva.

Há uma quase unanimidade a respeito das carências da infraestrutura brasileira: as principais estradas federais estão esburacadas, faltam armazéns, os aeroportos vivem à beira do caos, os portos, por onde passam as exportações e importações, há muito perderam sua eficiência. Tudo isso afeta a geração de riquezas: o PIB brasileiro poderia crescer bem mais se a infraestrutura fosse convenientemente aparelhada. Mais crescimento, mais empregos, maior consumo das famílias.

Para que o crescimento da economia brasileira possa ser sustentado nos próximos anos urge acabar com essa perversa combinação entre a falta de infraestrutura e as inadequações da política macroeconômica. Basta observar o vertiginoso crescimento do déficit do balanço de pagamentos. Os investimentos do setor público devem ser sobremaneira elevados e remodelados, destinados a eliminar os gargalos que sufocam a produção nacional.

Políticas Sociais

Criadas as condições básicas, na economia brasileira, para o progresso material, as políticas de natureza social são fundamentais para atacar as disparidades históricas, que provocaram uma insuportável injustiça na distribuição de renda das famílias. Somente o crescimento econômico e as forças do mercado, mesmo aliadas ao emprego, não conseguem, em nenhuma hipótese, resgatar essa dívida social acumulada há séculos.

A estabilização da economia brasileira, conseguida através do Plano Real, se transformou num profundo e continuado programa de redistribuição de renda jamais executado no país. Ao acabar com o imposto inflacionário, que penalizava os assalariados e remunerava os detentores de capital no

mercado financeiro, possibilitou que milhões de pessoas participassem do consumo, melhorando sua qualidade de vida.

Mas esse efeito não esgota as possibilidades de enfrentamento da miséria. As políticas assistenciais são necessárias para proteger e promover segmentos sociais historicamente desguarnecidos. Foi este o conceito que orientou a grande novidade da política social democrata adotada ainda no governo Itamar Franco. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, abriu as portas para aos programas de transferência de renda que seriam criados no governo Fernando Henrique Cardoso, em especial os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

Tais novidadeiros programas, que contaram com o idealismo de Ruth Cardoso em sua formulação, compõem uma nova geração de políticas públicas assistenciais, com foco direto no cidadão. Ao retirar a intermediação do Estado e, certamente, dos tradicionais agentes políticos que sempre viveram às custas do clientelismo público, os programas de transferência de renda trouxeram impacto imediato na vida dos indivíduos, movimentando ademais a economia local devido ao aumento da renda agregada que se direciona para o comércio.

Sozinha, entretanto, o programa Bolsa Família, que hoje aglutina todos os anteriores, não apresenta condições de romper com o perverso ciclo da pobreza no País. É imperativo evoluir em sua formulação e agregar às transferências de renda novas políticas de cunho emancipatório, capazes de promover o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável.

Justiça social começa pela educação. Somente o ensino abre as verdadeiras portas da cidadania, criando oportunidades de progresso material, cultural e espiritual para as pessoas. Educadas no ensino fundamental, as pessoas ganham as condições para se profissionalizarem, participando do mercado

de trabalho. A educação abre as portas do emprego, dispensando os favores do Estado.

O desenvolvimento de uma Nação não se mede apenas pelos seus indicadores econômicos e sociais. Mede-se, primordialmente, pela evolução saudável de suas crianças, que têm o direito fundamental de crescer com proteção e dignidade, realizando todo seu potencial humano. No cuidado da primeira infância e da mulher trabalhadora se visualiza o futuro de uma Nação.

Democracia, Cidadania e Justiça

A sociedade moderna enfrenta novos desafios, próprios da era globalizada que vivemos. Mudanças culturais e modificações no padrão de vida, potencializadas pela facilidade nas comunicações, provocam alterações nas expectativas das pessoas, afetando as funções do Estado. Inexiste desenvolvimento sem proteção da cidadania nem liberdade a seus membros. Tampouco vale a pena progredir discriminando pessoas ou massacrando o passado.

No Brasil desenvolvido que sonhamos construir, as leis devem valer para todos. Se o trabalhador precisa cumpri-la, o prefeito, o governador e o presidente da República também têm essa obrigação. Nenhum brasileiro pode estar acima do mando legal, por mais poderoso que seja. Aqui está a seiva da democracia: a crença no valor absoluto da lei e na igualdade de todos perante ela. Sem impunidade.

Cuidar da segurança pública significa proteger a vida das pessoas. Se existe uma área em que o Estado não pode se omitir e, ao contrário, deve atuar de forma ostensiva, é na segurança pública. As bases do crime organizado

residem no contrabando de armas e de drogas, cujo combate efetivo cabe às autoridades federais. Portanto, ou o governo federal assume de vez, na prática, a coordenação dos esforços nacionalmente, ou o Brasil não tem como ganhar a guerra contra o crime e proteger sua juventude. Ninguém aguenta mais a violência e a criminalidade no Brasil.

A violência afronta as pessoas e impõe o medo. Mas a insegurança afeta também processos econômicos, sociais e políticos, caracterizando um obstáculo ao desenvolvimento econômico do País. Investir em segurança significa estimular o crescimento.

O mundo contemporâneo é desafiador, exigindo que não se descuide das Forças Armadas e da defesa das fronteiras. A existência de Forças Armadas treinadas, disciplinadas, respeitadoras da Constituição e das leis foi uma conquista da Nova República. É necessário mantê-las bem equipadas, para que cumpram suas funções, na dissuasão de ameaças sem ter de recorrer diretamente ao uso da força e na contribuição ao desenvolvimento tecnológico do país.

Nenhuma prática ou ação, por mais rigorosa que seja, pode, em nome da Justiça, desrespeitar os direitos humanos. O raciocínio não se restringe aos clássicos direitos da liberdade de expressão e livre manifestação, tão caros àqueles que já amargaram as trevas da ditadura. Abarca também os direitos de todos os cidadãos para desfrutar plenamente a liberdade, a fraternidade e, principalmente, a igualdade de oportunidades. No Brasil contemporâneo, as profundas desigualdades entre Regiões, Estados, grupos sociais e indivíduos continuam a ser o mais marcante e visível atentado aos direitos humanos.

Direitos humanos não são negociáveis. O Brasil deve ser uma forte voz internacional em defesa da autodeterminação dos povos e dos direitos humanos, sem vacilações. No governo de José Serra nosso País jamais

apoiará ditaduras e regimes que prendem, torturam e matam arbitrariamente, e que não praticam periódicas eleições livres, cultivando a democracia.

PROPOSTAS SETORIAIS

Aqui estão apresentadas, dentro de **20 temas**, as propostas setoriais do Programa de Governo de José Serra. Elas somam **118** propostas, todas **nominadas**, sempre seguidas de uma breve **situação** sobre o contexto em que foi formulada. Na sequência, se elencam as **ações** que permitirão colocar as propostas em prática, ou então as secundam e complementam. Quando mensuráveis, as ações são acompanhadas de suas respectivas **metas**.

As propostas setoriais foram recebidas, sistematizadas e organizadas através de dois canais diferentes:

- a) aquelas discutidas e enviadas pelos grupos setoriais que discutem o programa de governo, incluindo representantes de todos os partidos da coligação “O Brasil Pode Mais”;
- b) aquelas enviadas através do site colaborativo da Proposta Serra (www.propostaserra.com.br); nesse caso elas se encontram identificadas pelo símbolo ☺.

As propostas, em boa quantidade, foram não apenas formuladas, mas já apresentadas diretamente pelo candidato José Serra durante o andamento da campanha eleitoral.

Tema 1: AGROPECUÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

A agropecuária nacional passa por um extraordinário processo de modernização. Essa silenciosa revolução no campo pode ser atestada pela produtividade física: entre 1965 e 2008, a produção vegetal cresceu sete vezes, enquanto que a área plantada aumentou 2,5 vezes. Na pecuária, a produção de carnes multiplicou-se por 10, mas as pastagens cresceram 2,5 vezes.

Mas os produtores rurais se defrontam com uma política agrícola envelhecida. Os gargalos na infraestrutura de produção e na logística de comercialização sufocam a renda rural. O estado precário das vias de transporte rodoviário encarece o frete, causa perdas e engole a renda dos produtores; escassas ferrovias, hidrovias que nunca saem do papel e portos ineficientes levam o País a perder sua competitividade externa. Como se não bastassem os elevados juros e o câmbio supervalorizado, a fraqueza da infraestrutura compromete a expansão agrícola.

O governo federal anunciou para esta próxima safra um total de R\$ 116 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões para a chamada agricultura empresarial e R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar. O acesso ao crédito, todavia, importa mais que o volume de dinheiro. Na safra passada, apenas 75% do volume do custeio foram efetivamente tomados pelos produtores rurais; nos investimentos, foram tomados 55%. Sobraram recursos nos bancos.

O cenário de crédito rural no Brasil indica um esgotamento do modelo vigente e da ineficiência da política agrícola. É necessário estabelecer um sistema que melhore o ambiente institucional, reduza os riscos das operações de crédito e eleve a disponibilidade de recursos.

A qualidade no campo exige também respeito ao consumidor, com oferta de alimentos saudáveis. É inaceitável permitir o uso continuado de agrotóxicos banidos em outros países, perigosos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Cabe aprimorar a defesa sanitária, animal e vegetal, aperfeiçoando a segurança alimentar da população, fazendo jus à importância mundial da agricultura brasileira.

Cabe destacar também a atual situação conflituosa da reforma agrária, que deve ser superada pela reforma agrária da produção. Desde quando se iniciou, incluindo os projetos de colonização, o programa de reforma agrária contabiliza a obtenção de 84,7 milhões de hectares — sendo pouco mais de 15 milhões de hectares obtidos pela via da desapropriação por interesse social — nos quais foram criados 8.562 projetos de assentamento, beneficiando 906.949 famílias. Grosso modo, o tamanho da área reformada no país representa quatro vezes o tamanho da agricultura paulista.

Não são auspiciosos, infelizmente, os dados sobre produção e qualidade de vida nos assentamentos rurais. Boa parte dos assentamentos de reforma agrária carece de viabilidade econômica em decorrência da qualidade da terra e do isolamento sob o ponto de vista da economia local e regional. Desta forma, deve-se reorientar o processo da reforma agrária, inserindo-o no contexto do desenvolvimento sustentável do país. Garantir qualidade na reforma agrária é mais importante que expandir a quantidade.

Reduzir os novos assentamentos rurais na Amazônia faz parte da preocupação com a defesa ambiental e, ao mesmo tempo, em ofertar condições de mercado aos beneficiários da reforma agrária. Somente a comercialização dos produtos gera renda, capaz de assegurar qualidade de vida no campo, o objetivo social da reforma agrária.

Proposta 1: Crédito e Seguro Rural

Situação: Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2006), existem no campo 5,2 milhões de estabelecimentos rurais. O exitoso PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aponta o caminho correto de se diferenciar os pequenos agricultores no acesso às políticas públicas. A classe média rural, entretanto, estimada em 2,5 milhões de produtores, anda espremida entre o apoio oficial aos pequenos e as vantagens dos grandes produtores agrícolas. Os médios produtores do campo investem em boa tecnologia, mas hoje já não têm acesso aos recursos do crédito rural oficial.

Continua capenga o seguro rural no País. Em 2009, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) beneficiou apenas 56,3 mil produtores. Neste exercício de 2010, houve redução de 10% nos recursos orçamentários do Ministério da Agricultura para cobrir a parcela do prêmio, prevendo-se redução da área segurada no país. O Fundo de Catástrofe demorou anos para ser aprovado, desde quando anunciado pelo governo, tornando-se somente agora em julho a Lei Complementar nº 137/2010.

Os agricultores cada vez mais perdem acesso aos recursos oficiais de crédito, sendo obrigados a buscar meios com financiadores privados, como tradings e multinacionais, pagando taxas de juros elevadas. O cenário de crédito rural no Brasil indica um esgotamento do modelo vigente e da ineficiência da política agrícola. O resultado se manifesta no endividamento rural, que hoje se aproxima dos R\$ 130 bilhões. Várias renegociações e prorrogações foram conduzidas, destinadas para todas as categorias de produtores rurais. Mas a inadimplência dos agricultores está

elevadíssima, incluindo aqueles do PRONAF, onde se verificam 2,1 milhões de contratos com dívidas a pagar.

Ações:

1. Implantar um novo modelo de financiamento para a agropecuária brasileira, estabelecendo um sistema que melhore o ambiente institucional, reduza os riscos das operações de crédito e eleve a disponibilidade de recursos; 😊
2. Implantar definitivamente o seguro rural, através da operacionalidade do o Fundo Nacional de Catástrofes, finalmente aprovado no Congresso Nacional, destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; 😊
3. Promover a redução de tributos em alimentos que resultem na redução do custo de vida para o trabalhador; 😊
4. Executar um programa de consolidação e recomposição das dívidas rurais, criando condições efetivas de pagamento dos débitos bancários, em função da receita do agricultor. 😊

Proposta 2: Transgênico Verde Amarelo

Situação: Maiores investimentos devem ser direcionados em áreas fundamentais da pesquisa agropecuária, como a biotecnologia, que sofreu restrições “ideológicas”, quase obscurantistas, no atual governo. A CTNBio, resguardado o princípio da precaução, merece o respeito político do governo, eis que formada por cientistas de notório saber, sejam acadêmicos, sejam oriundos de entidades representativas da sociedade.

O Brasil, com 21,4 milhões de hectares plantados, se tornou o segundo maior produtor mundial de produtos transgênicos, atrás apenas dos EUA, que ostenta 64 milhões de hectares. Em todo o mundo, 25 Países

cultivaram 134 milhões de hectares, mobilizando 14 milhões de agricultores. Para não depender apenas do conhecimento gerado no exterior por grandes empresas multinacionais, o País deve investir na capacidade científica nacional, ainda que em parceria com essas empresas, tornando-se líder mundial em biotecnologia. O princípio da precaução sempre exigirá absoluto cuidado com a biosegurança, da mesma forma que aos consumidores deve ser dado o direito de conhecerem a origem dos alimentos através da rotulagem adequada.

Ações:

1. Investir na capacidade e modernidade dos laboratórios nacionais voltados à pesquisa em biotecnologia, reforçando os grupos de pesquisadores nessa área;
2. Prestigiar a EMBRAPA e os Institutos Estaduais de pesquisa, integrando seu trabalho entre si e em parcerias com órgãos privados de pesquisa na agropecuária. 😊
3. Prestigiar e assegurar isenção de trabalho à CTNBio.

Proposta 3: Defensivos Agrícolas Genéricos

Situação: O registro de produtos agrotóxicos, sempre muito demorado e extremamente oneroso, acaba configurando, mesmo que informalmente, uma espécie de “reserva de mercado” das grandes empresas multinacionais, elevando o custo da produção rural.

À semelhança do medicamento humano, a introdução do defensivo agrícola genérico no campo poderia, desde que bem controlado para não comprometer a qualidade do produto ofertado, contribuir na redução de custos para o agricultor.

Ação:

1. Implantar um Programa de Agrotóxicos Genéricos para a agricultura nacional, garantindo-se qualidade na defesa fitossanitária, com custos acessíveis para os produtores rurais;
2. Ampliar o monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos comercializados.

Proposta 4: PRONAF Ficha Limpa

Situação: O PRONAF surgiu em 1996, no governo de FHC, alicerçando a política pública de apoio aos agricultores familiares. Pela primeira vez esse segmento passou a ter tratamento diferenciado no crédito rural e em programas municipais de apoio à infraestrutura produtiva. Em 1997 ganhou maior dimensão e começou a operar de forma integrada em todo território nacional.

Em 1996 o PRONAF já havia atendido 332,8 mil contratos, passando para 709,9 mil em 1998 e atingindo 953 mil contratos em 2002; nesse último ano do governo FHC o volume de financiamento atingiu R\$ 2,4 bilhões. O governo Lula promoveu contínua evolução do programa, que atingiu, em 2009, cerca de 2 milhões de contratos e um volume liberado de R\$ 10,8 bilhões.

Existe, todavia, grande dificuldade de acesso desse segmento de pequenos produtores em função da elevada inadimplência dos contratos do PRONAF, decorrentes das constantes frustrações de safras e de renda no campo verificadas nos últimos anos. O grande desafio da política agrícola reside em modernizar a agricultura pobre, de subsistência, elevando sua produtividade e inserindo-a devidamente nos mercados.

Ações:

1. “Limpar a ficha” de todos os agricultores familiares junto aos Bancos, promovendo uma ampla renegociação e consolidação de suas dívidas;
2. Reduzir os encargos de juros no PRONAF estabelecendo “juro zero” nos empréstimos de custeio da agricultura familiar até o limite de R\$ 20 mil, assumindo o Tesouro os encargos, desde que assegurada a adimplência do agricultor; 😊
3. Fortalecer a assistência técnica aos pequenos agricultores, adotando critérios semelhantes aos do agente de saúde – o agente rural - para o atendimento aos agricultores mais pobres; 😊
4. Promover a profissionalização do pequeno agricultor, com capacitação e tecnologia, emancipando-o da situação de dependência histórica, com objetivo de aumentar sua renda e melhorar seu padrão de vida;
5. Criar incentivos à produção da agricultura orgânica como alternativa de renda na agricultura familiar. 😊

Proposta 5: Assistência Técnica e Extensão Rural

Situação: Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da agricultura, especialmente na influência junto aos agricultores familiares, promovendo o aumento da produtividade, organizando a produção e a comercialização, gerando renda e bem estar no campo.

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por importante parcela da produção de alimentos básicos, correspondendo, em média, com 40% da produção agropecuária. Atuar na formação e capacitação dos pequenos produtores rurais promove a melhoria tecnológica e permite sua

emancipação sociopolítica, livrando-os da dependência histórica e inserindo-os de forma proativa na agenda do desenvolvimento.

O serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) está estruturado em 27 entidades estaduais oficiais, com 5.298 escritórios locais e cerca de 23 mil profissionais no quadro funcional das instituições estaduais, sendo que 16.600 extensionistas rurais atuam diretamente no campo – engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, entre outros. Entretanto, tal serviço essencial para apoiar os pequenos agricultores quase foi desmantelado desde quando se extinguiu a Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. A atuação do governo de José Serra vai implantar uma política de valorização do profissional da extensão rural, capaz de prepará-los para serem agentes de mudanças sociais, emancipando-os, inclusive com o uso de tecnologia para o aumento da produtividade.

Ações:

1. Reorganizar o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, fortalecendo a coordenação, integração e articulação das políticas específicas;
2. Revigorar as entidades estaduais oficiais de assistência técnica e extensão rural, com aumento do aporte de recursos orçamentários da União; 😊
3. Apoiar a criação de cursos de formação complementar de extensionista rural, estabelecendo um processo de certificação e ampliação do acesso e a oferta de cursos;
4. Oferecer cursos de capacitação técnica e profissionalização aos pequenos agricultores, incluindo os assentados de reforma agrária, com ênfase no empreendedorismo rural. 😊

Proposta 6: Paz no Campo

Situação: Os conflitos agrários decorrem historicamente das lutas pela democratização da terra. A expansão do capitalismo no campo acirrou a violência contra posseiros e ocupantes, ameaçados pelos jagunços a mando dos grandes proprietários rurais. Com a modernização recente da agropecuária, novos conflitos se estabeleceram em função do processo político das invasões de terras.

Com a reforma agrária, os conflitos agrários começaram a cair fortemente a partir de 1996, intensificando-se, porém, novamente a partir de 2002. Comparados o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009, percebe-se queda nos conflitos, que recuaram de 325 para 222. A própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), que arrola os dados, admite que tal fato deriva da conjuntura eleitoral. Reduzir a violência e buscar a paz no campo, porém, deve ser um objetivo permanente, não conjuntural.

Os movimentos sociais dos sem terras, ou sindicais, ligados aos trabalhadores rurais, devem ser parceiros da ação governamental, e não assumirem eles próprios as ações de Estado. Muito menos pretenderem fazer justiça com as próprias mãos, invadindo propriedades rurais para exigir sua desapropriação. Tal ação não faz parte dos marcos do regime democrático e não será tolerada no futuro governo. A reforma agrária do conflito deve ser superada pela reforma agrária da produção.

Ações:

1. Combater as invasões de terra, promovendo sempre que possível a negociação com movimentos sociais; 😊

2. Dar respaldo aos estados no cumprimento das ações de reintegração de posse nas áreas invadidas, assegurando-se o fiel cumprimento da Constituição;
3. Combater a violência contra os pequenos produtores de posse precária no campo, buscando a regularização fundiária como forma de garantir tranquilidade no meio rural. 😊

Proposta 7: Emancipação dos Assentamentos Rurais

Situação: A legislação brasileira, especialmente a Lei Agrária nº 8629/93, estabelece o direito do trabalhador rural assentado ao uso e à propriedade das terras disponibilizadas para a reforma agrária, incluindo a titulação da mesma.

Os assentamentos rurais, todavia, têm permanecido um longo tempo sem consolidação produtiva, o que impede sua emancipação. O INCRA, em 2009, expediu 35.764 documentos de titulação, sendo somente 1.429 Títulos Definitivos, os demais sendo 34.335 Contratos de Concessão de Uso (CCU) com as entidades representativas dos assentamentos. O próprio órgão oficial reconhece seu insucesso na Titulação Definitiva, atribuindo-o aos problemas dominiais, à falta de capacidade operacional e à própria resistência dos “movimentos sociais”, que parecem preferir a eterna dependência servil dos trabalhadores sem-terra.

Ações:

1. Cumprir um prazo legal de cinco anos para efetivar a consolidação e promover a emancipação dos projetos de assentamento de reforma agrária, concedendo-se titularidade definitiva aos novos agricultores;

2. Assegurar a qualidade produtiva nos assentamentos, com o oferecimento e disponibilização de assistência tecnológica, organização da produção e comercialização, com respeito ao meio ambiente; 😊
3. Garantir o atendimento às necessidades básicas nos assentados; 😊
4. Despolitizar a gestão e profissionalizar o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, valorizando os funcionários de carreira.

Tema 2: CIDADANIA, JUSTIÇA E IGUALDADE

A sociedade moderna enfrenta novos desafios, próprios da era globalizada que vivemos. Mudanças culturais e modificações no padrão de vida, potencializadas pela facilidade nas comunicações, provocam alterações nas expectativas das pessoas, afetando as funções do Estado.

Inexiste desenvolvimento sem proteção da cidadania nem liberdade aos seus membros. Tampouco vale a pena progredir discriminando pessoas ou massacrando o passado. Mulheres, juventude, tolerância sexual, minorias, todos esses temas formam uma nova agenda política.

É essencial, para consolidar a Nação Brasileira, ampliar o conceito dos Direitos Humanos para o lato senso que abrigue todas as pessoas a quem o Estado Brasileiro tem negado direitos de cidadania e o usufruto das necessidades básicas.

Pioneiramente editado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o Plano Nacional de Direitos Humanos visa a estabelecer diretrizes e medidas nesta temática. A terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) proposto neste ano pelo atual governo foi questionado em diversos pontos, como controle de mídia e incentivo a invasão de propriedades. Após revisão, o Programa aguarda sua discussão no Congresso Nacional.

Proposta 8: Justiça Cidadã

Situação: O acesso à Justiça está vinculado ao desenvolvimento social. Uma população carente ao Direito e à Justiça mostra um déficit de cidadania que compromete a própria legitimidade do sistema democrático.

É dever do Estado, por meio de Defensorias Públicas, prestar assistência jurídica integral e gratuita à população carente, que deve contar com apoio do Governo Federal.

Cerca de 70% dos problemas que chegam às delegacias de polícia são sociais e não policiais. Muitas das disputas que são levadas ao Judiciário podem ser resolvidas por métodos alternativos de solução de conflitos. E a morosidade na decisão de ações judiciais intensifica conflitos e gera impunidade.

Ações:

1. Fortalecer as Defensorias Públicas visando facilitar o acesso à Justiça por todos os cidadãos;
2. Promover a criação dos CICs – Centros Integrados de Cidadania, seguindo a boa experiência do modelo do estado do Ceará, que visa promover a mediação popular com a participação de mediadores da comunidade;
3. Promover a criação de plantões sociais nas delegacias de polícia sempre com acompanhamento de psicólogos, assistentes sociais, advogados e estagiários de direito; ☒
4. Apoiar e trabalhar em conjunto com o Poder Judiciário com vistas à universalização da informática em cada fórum do país, com recursos orçamentários adequados. A informatização do Judiciário permitirá que cada cidadão possa ter acesso ao seu processo e certamente garantirá um avanço na velocidade da solução dos conflitos; ☒
5. Fortalecer as instâncias de Defesa do Consumidor, protegendo os direitos dos consumidores;

6. Em conjunto com o Poder Legislativo, fortalecer e trabalhar com órgãos de controle do Executivo, como Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.

Proposta 9: Ministério da Pessoa com Deficiência

Situação: O marco legal de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência é a Lei 7.853/89, regulamentada pelo Decreto 3.298/99 que, em conjunto com a Portaria MS n.º 1060/02, trata da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Elas espelham a articulação do poder público para efetivar e garantir o direito das Pessoas com Deficiência. Considerada um grande avanço, a Lei 10.098/00 regulamentou as questões relativas à acessibilidade.

Para os 29 milhões de brasileiros com alguma deficiência, efetivar os seus direitos como cidadãos vai além da superação das barreiras econômicas e sociais. Independente da condição econômica ou cultural, a pessoa com deficiência não tem, na maioria das cidades, acesso ao transporte público, encontra barreiras arquitetônicas e de comunicação, limitando seu acesso à cultura e ao lazer, verifica dificuldades no acesso ao trabalho, ao esporte etc. Essas restrições se potencializam ainda mais quando a pessoa com deficiência encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Ministério da Pessoa com Deficiência terá como principais atribuições:

- Fomentar os espaços apropriados para o debate sobre as necessidades e aspirações das pessoas com deficiência;
- Incentivar a participação ativa da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, dando-lhe voz e orientação adequada para que se tornem

protagonistas de seus direitos e deveres, fortalecendo a compreensão de cidadania;

- Fortalecer a concepção de que a questão da deficiência não pode ser confundida com doença;
- Assegurar a participação da família na definição de todas as ações a serem direcionadas ao desenvolvimento da pessoa com deficiência, especialmente da pessoa com deficiência intelectual e múltipla;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as tecnologias assistivas e para as tecnologias sociais que favoreçam a autonomia e a independência da pessoa com deficiência;
- Garantir a integração de ações nas diversas áreas, educação, saúde, assistência social, emprego e renda, habitação, de acordo com a idade, sexo, renda e tipo de deficiência;
- Alocar recursos para o financiamento da fiscalização, objetivando o efetivo cumprimento da lei da acessibilidade (Lei nº 10.098, de 2000);
- Encaminhar Projeto de Lei de Consolidação das Leis e Projetos de Leis voltados aos direitos e deveres das pessoas com deficiência.

Ações: O Ministério terá como objetivo garantir a efetivação de políticas voltadas às pessoas com deficiência, de modo a:

1. Implantar uma Rede Nacional de Reabilitação e Readaptação – Zilda Arns, com a implantação de centros e clínicas destinadas ao cuidado de portadores de deficiências físicas; 😊
2. Garantir acesso gratuito aos medicamentos e exames médicos necessários; 😊

3. Investir na eliminação de obstáculos e na desburocratização para garantir o acesso das pessoas com deficiência aos programas de órteses e próteses, de medicamentos especiais, aos exames complementares necessários a diagnósticos;
4. Oferecer atendimento odontológico especializado;
5. Garantir pelo menos um mamógrafo por município, para o atendimento de mulheres com deficiência;
6. Implementar programa de vacinação com a oferta de imunobiológicos especiais em unidades de saúde próximas das residências das pessoas com deficiência;
7. Assegurar o atendimento em saúde por profissionais técnicos, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais, bem como o acesso gratuito aos medicamentos e exames médicos necessários; 😊
8. Executar a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; 😊
9. Realizar parcerias entre instituições educacionais públicas e privadas, sem fins lucrativos, garantindo a participação das famílias, no que se refere à educação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, avançando para a construção de um sistema educacional que contemple o fortalecimento das escolas comuns e a permanência das escolas especiais;
10. Assegurar a existência de escola especial, enquanto escola extraordinária, inserida no sistema nacional de educação, de forma a proporcionar o acolhimento à diversidade, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência na busca para sua colocação no mundo do trabalho;

11. Garantir a oferta de apoiadores e cuidadores nas escolas para favorecer a inclusão escolar; 😊
12. Garantir a oferta de tecnologia assistiva como facilitadora da aprendizagem na escola, na formação profissional, e no ambiente domiciliar;
13. Assegurar à pessoa com deficiência intelectual e múltipla programas educacionais, culturais, ocupacionais e laborativos para o seu desenvolvimento humano no decorrer da vida;
14. Assegurar livros digitais de caráter educacional, cultural e outros em formato acessível, com a preservação do direito autoral;
15. Realizar parcerias com estados e municípios para incentivar programas municipais de acessibilidade, tanto no que diz respeito à locomoção, quanto à instalação de tecnologias específicas em bibliotecas e centros culturais;
16. Assegurar o desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio de ações de esporte e cultura, bem como a sua participação na programação cultural e esportiva nacional e internacional;
17. Definir regras claras que incentivem a contratação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, pela iniciativa privada, apoiando a aprovação de leis que estabeleçam mecanismos para favorecer a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho;
18. Ampliar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência que não disponham de renda suficiente para o suprimento de suas necessidades básicas e para o acesso aos equipamentos necessários para sua inserção na sociedade; 😊
19. Aplicar o Desenho Universal às novas moradias; 😊
20. Garantir a educação profissional para pessoas com deficiência;

21. Financiar programas de trabalho apoiado;
22. Propor o regime de aposentadoria especial para as pessoas com deficiência, considerando que algumas deficiências, sobretudo físicas, tornam as pessoas mais vulneráveis e sujeitas a algum tipo de doença com o passar dos anos;
23. Garantir aos trabalhadores, que se aposentarem por invalidez e que retornem ao mundo do trabalho, que voltem a receber a aposentadoria imediatamente, caso não se readaptem às novas condições de trabalho;
24. Assegurar a flexibilidade da jornada de trabalho para pais ou responsáveis que necessitem acompanhar pessoas com deficiência em tratamento e/ou atendimento especializado;
25. Criar benefício assistencial ou previdenciário configurado em seguro-dependência para a garantia de um envelhecimento com qualidade;
26. Instituir programa de cuidadores domiciliares para pessoas com deficiência em situação de envelhecimento e/ou com dependência, bem como alternativas de acolhimento na ausência dos pais. 😊

Proposta 10: Diversidade Sexual

Situação: Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente da República a ostentar o símbolo máximo da diversidade sexual, a bandeira do arco-íris. Tendo José Gregori no Ministério da Justiça, incluiu a diversidade sexual no I Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, época em que a maioria dos políticos se mantinha a distância dessa temática.

No Ministério da Saúde, José Serra deu organicidade ao Programa Nacional de DST/Aids, reconhecendo que o movimento de defesa dos direitos da diversidade sexual era protagonista dessa luta. Com isso, o combate à epidemia tornou-se política de Estado e, hoje, é referência mundial. Na Prefeitura de São Paulo, José Serra instituiu a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, o primeiro órgão da administração pública voltado à diversidade sexual. Como governador do estado, além de criar Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, no âmbito da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, criou o primeiro ambulatório do país especializado no atendimento deste público.

São ações que demonstram pioneirismo na defesa de direitos e na garantia da livre expressão das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e no combate à homofobia. Apesar dos avanços, sem uma política pública que combata o preconceito e a violência gerada em função da diversidade sexual, a população GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis), constitui um segmento social vulnerável e, muitas vezes, ainda excluído.

Cabe ao Estado salvaguardar as condições necessárias para que a diversidade esteja contemplada e seja respeitada em todas suas esferas e áreas de atuação.

Ação:

1. Instituir uma política pública que combata o preconceito e a violência gerada em função da diversidade sexual. 😊

Proposta 11: Igualdade Racial

Situação: Projeções do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) apontam que os negros brasileiros irão representar 51% da população ainda em 2010. O Brasil é o segundo país do mundo em população negra, atrás apenas da Nigéria. Os afrobrasileiros fazem parte da brasilidade, não podendo ser tratados somente como um grupo que reivindica parte das benesses do Estado.

O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado em julho deste ano, estabelecendo diretrizes e garantias de direitos para a população negra, após dez anos de discussão no Congresso Nacional. A nova lei: prevê a obrigatoriedade do ensino da história da África; reconhece a capoeira como esporte; reitera prática livre de cultos religiosos de origem africana; garante linhas especiais de financiamento público para quilombolas; e cria ouvidorias em defesa da igualdade racial.

Estudos da FUNASA apontam que os negros apresentaram uma esperança de vida ao nascer 6,1 inferior aos brancos e, infelizmente, ainda faz parte o preconceito e a falta de atenção aos negros, em função dos estereótipos racistas incorporados na prática cotidiana de atendimento à saúde.

No que diz respeito às comunidades quilombolas, um levantamento da Fundação Cultural Palmares (FCP) mapeou 3.524 comunidades. Outras fontes, no entanto, estimam cinco mil comunidades que lutam pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

Ações:

1. Implantar rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial; 😊

2. Formar os docentes do ensino fundamental e médio de modo a tornar efetivo o estudo da cultura afrobrasileiras; 😊
3. Estimular e implantar políticas e medidas específicas para o atendimento da população afrodescendente; 😊
4. Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; 😊
5. Combater a discriminação na atenção à saúde básica, em especial a da mulher;
6. Formar e capacitar trabalhadores da saúde com recorte étnico-racial;
7. Estimular a adoção de programas de promoção da diversidade e de combate ao racismo institucional; 😊
8. Aumentar a efetividade dos Núcleos de promoção da Igualdade de Oportunidade e de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão, no que diz respeito à discriminação racial;
9. Inserir nos editais da administração pública elementos de promoção para contratação de afrodescendentes;
10. Promover o desenvolvimento agrário das comunidades quilombolas e oferecer melhores condições habitacionais, educacionais e de saneamento para estas populações.

Proposta 12: Igualdade de Gênero

Situação: Tem sido fundamental o papel das políticas públicas, ao lado das lutas feministas da sociedade, para a emancipação efetiva da mulher. As políticas de combate à discriminação de gênero avançaram, promovendo maior equidade social. Mas este processo precisa ser aprofundado. Após

décadas de conquistas, os novos conceitos e atitudes devem criar uma cultura do respeito às diferenças de gênero.

As mulheres representam 51,2% da população brasileira, mas participam com 42,7% da população economicamente ativa. Persistem as desigualdades no mercado de trabalho: as mulheres, mesmo com escolaridade superior, ganham menos, com 72% do rendimento masculino; têm índices inferiores de carteira de trabalho assinada (35,5%, contra 43,9% dos homens) e estão mais sujeitas ao desemprego, pela maior sazonalidade, volatilidade e precariedade de suas relações de trabalho. É preciso tanto combater essa discriminação como também reconhecer e oferecer condições para a conciliação da vida profissional e da ação familiar e doméstica.

Ações:

1. Criar Centros de Referência em Cidadania para Mulheres;
2. Dar apoio médico e psicológico a mulheres submetidas a aborto legal;
3. Atender as demandas físicas e psicológicas, no SUS, às mulheres vítimas de violência; 😊
4. Oferecer às mulheres cirurgias de reconstrução de partes do corpo mutiladas em decorrência de violência ou doenças como o câncer, bem como o necessário apoio psicológico;
5. Criar, na rede pública de saúde, centros de referência para adolescentes, principalmente aquelas relacionadas à prevenção de DSTs/AIDS, gravidez precoce e monitoramento das crianças na primeira infância; 😊
6. Implantar e incentivar programas com adolescentes grávidas visando fortalecê-las e prepará-las para a maternidade responsável; 😊
7. Incorporar, no Programa Saúde da Família, a capacitação dos agentes para identificação e encaminhamento dos casos de violência doméstica,

envolvendo crianças e mulheres e a criação de canais de comunicação para denúncias de práticas inadequadas contra mulheres na rede de atendimento à saúde;

8. Ampliar o programa Bolsa Família de forma a contemplar serviços médicos específicos de atendimento as mulheres, como os mamógrafos e o acompanhamento do pré-natal, conforme abordado na temática Saúde;

9. Assegurar a educação infantil, em sistema de creche e centros de convivência infantil, permitindo que as mães frequentem cursos de alfabetização, educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes e participação no mercado de trabalho; 😊

10. Implantar, nas escolas, centros de convivência infantil para crianças visando atender os filhos de adolescentes para que não deixem de estudar em função da gravidez precoce; 😊

11. Incentivar a presença da mulher em cursos e áreas profissionalizantes tradicionalmente ocupadas por homens, objetivando ampliar as suas oportunidades de colocação no mercado de trabalho, observadas as particularidades regionais;

12. Desenvolver campanhas de combate a discriminação entre gêneros no trabalho; 😊

13. Rever o valor e as condições de concessão do Benefício de Prestação Continuada às mulheres com filhos ou dependentes com deficiência;

14. Implantar atendimento às mulheres nos plantões policiais das delegacias, por integrantes das DDM's – Delegacias de Defesa da Mulher, interligados às redes de apoio, acolhimento e proteção às mulheres em risco e prestar atendimento especial a mulheres vítimas de violência de gênero;

😊

15. Apoiar a criação de Centros de Atendimento às mulheres vítimas de violência e oferecer tratamento à mulher vítima de violência e familiares e oferecer tratamento à mulher vítima de violência e familiares; 😊
16. Instituir uma rede única informatizada e capacitar órgãos para o atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica;
17. Apoiar todas as iniciativas que visem a combater o tráfico, a exploração e o turismo sexual de mulheres; 😊
18. Aumentar a presença feminina nas atividades preventivas e ostensivas e incentivar a qualificação de mulheres a atuarem na polícia civil;
19. Implantar programas que estimulem a formação política de mulheres, principalmente no âmbito de conselhos de políticas públicas;
20. Implementar ações de estímulo à participação da mulher nos espaços de poder e decisão.

Proposta 13: Povos Indígenas

Situação: A FUNAI reconhece 215 diferentes sociedades indígenas no país, que agregam 358 mil pessoas, com 180 línguas distintas. A superfície já delimitada das 488 terras indígenas soma 105,6 milhões de hectares, perfazendo 12,41% do total do território brasileiro. As maiores terras indígenas se localizam na região Norte – Amazônia – e na faixa de fronteira, onde ocupam cerca de 20 % do território. Outros 123 territórios ainda estão por serem corretamente identificados.

A população indígena aumentou no período do governo de Fernando Henrique Cardoso a uma taxa de 3,5% ao ano, muito superior à da população não-índia, que foi de 1,6% ao ano nesse período. Um dos fatores

para esse aumento da taxa de crescimento foi a queda dos índices de mortalidade, em razão da melhora na prestação de serviços de saúde aos povos indígenas. Mais recentemente as aldeias indígenas passaram a sofrer o descaso da política pública, especialmente na saúde, afetando suas famílias, com mortes inadmissíveis de crianças subnutridas.

As políticas públicas para aos povos indígenas não podem ser implantadas setorialmente. Para que os Territórios Indígenas tenham acesso a programas de desenvolvimento sustentável os órgãos governamentais devem atuar de forma integrada. Os povos indígenas precisam de suporte técnico e financeiro para fazer a gestão ambiental de seu território sem degradação.

Ações:

1. Estruturar a Secretaria Nacional de Saúde Indígena no Ministério da Saúde e dar qualidade e eficiência à prestação de serviços de saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
2. Retomar a assistência à saúde indígena, a ser realizada com pessoal especializado e agentes comunitários de saúde, diretamente nas aldeias e comunidades; 😊
3. Garantir a educação indígena de qualidade e o oferecimento de merenda escolar correspondente aos hábitos alimentares;
4. Implementar normativa que estabelece os Territórios Etnoeducacionais e criar um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena;
5. Dar continuidade e acelerar a regularização das Terras Indígenas;
6. Promover Programas intersetoriais de saúde, assistência social, educação e suporte técnico e financeiro; 😊
7. Fortalecer a Comissão Nacional de Políticas Indigenistas - CNPI criada em 2007, como proposta de espaço de interlocução com representantes

indígenas e de 17 Ministérios que desenvolvem ações voltadas para as comunidades indígenas;

8. Garantir maior segurança nas aldeias, com apuração de responsáveis por violência contra lideranças e povos indígenas. 😊

Proposta 14: Idosos com Dignidade

Situação: Em 2007, o Brasil tinha quase 20 milhões de idosos, correspondendo a 10,5% do total da população. Destes, 16,5 milhões viviam na área urbana e 3,4 milhões na área rural. Vários estudos têm demonstrado que, no mínimo, 85% dos idosos apresentam pelo menos uma doença crônica.

Isso mostra a necessidade do desenvolvimento de uma política com o objetivo de promover o envelhecimento saudável, a manutenção e a melhoria, ao máximo, da capacidade funcional dos idosos, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde dos que adoecem e a reabilitação daqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo de forma independente suas funções na sociedade.

Ações:

1. Ampliar o atendimento integral à saúde dos idosos; 😊
2. Criar 154 Centros de Referência do Idoso, em cada estado, para a realização de estudos e de treinamento e capacitação de profissionais de saúde, inclusive aqueles da Atenção Primária. Isso proporcionará o adequado atendimento aos idosos, tanto na APS, quanto na atenção especializada ambulatorial e hospitalar; 😊

3. Implantar uma Política Nacional para o enfrentamento das diversas formas de violência contra o idoso;
4. Em parceria com estados e municípios implantar centros de convivência de Idosos, em especial na periferia das grandes Metrópoles; 😊
5. Garantir o acesso a toda medicação necessária; 😊
6. Elaborar projetos habitacionais para os idosos, desenvolvendo concepção de tipologias habitacionais adequadas ao segmento e soluções de gestão social de pós-ocupação; 😊
7. Implantar núcleos da “Vila Dignidade”, em parceria com estados e municípios, construindo moradias especialmente projetadas para as pessoas idosas, levando em conta os parâmetros do desenho universal, em núcleos horizontais de até 24 unidades, com centro de convivência e área de lazer;
8. Envolver parceiros no âmbito federal, estadual, municipal, e da sociedade civil organizada, com enfoque integrado e intersetorial, garantindo que os idosos sejam capazes de manter sua autonomia numa moradia apropriada às condições do seu ciclo de vida, com uso de soluções que minimizem o asilamento;
9. Estudar mecanismos para a isenção de impostos para aposentados; 😊
10. Promover projetos de emprego destinados a terceira idade. 😊

Proposta 15: Juventude Consciente

Situação: Estima-se que a população jovem hoje se compõe por 51 milhões de pessoas, expostas à criminalidade, violência, drogas e desemprego. Verifica-se a necessidade de proposição de projetos e ações que estimulem a participação destes jovens e que os capacite para o mercado de trabalho.

Um instrumento importante de participação dos jovens na década de 60 foi a criação do Projeto Rondon, durante a ditadura militar, que tinha como objetivo promover o contato de estudantes universitários voluntários com o interior do país, através da realização de atividades assistenciais em comunidades carentes e isoladas. Entre 1967 e 1989, quando foi extinto, mais de 350 mil estudantes haviam participado do Projeto. Mais recentemente, a partir de 2005, o Projeto Rondon foi retomado, mas se encontra restrito e pouco divulgado.

Um trabalho de cooperação entre governo Federal e os governos municipais deve ser constituído, possibilitando aos jovens colaborar nas várias agendas da sociedade, atuando junto às famílias mais carentes na saúde, na agricultura, na educação.

Ações:

1. Investir na formação social de participantes, com a implantação do novo Projeto Rondon, no qual estudantes de universidades públicas recebam bolsas para realizar trabalhos voluntários, na sua área de formação universitária, em comunidades carentes e isoladas do país; 😊
2. Instituir o Programa de Agentes Sociais Universitários para educação, nos moldes do agente comunitário de saúde, com formação de equipes de jovens universitários de cursos de licenciaturas e pedagogia; 😊
3. Conceder uma Bolsa Extra para que os jovens das famílias atendidas pelo Bolsa Família possam estudar e se preparar para o exercício de uma profissão;
4. Criar espaços públicos para a prática de esporte e atividades de lazer;
5. Criar Centros Culturais de Juventude no país, como espaços de encontro, produção, divulgação e fruição de arte e cultura;

6. Criar programas de estágio para que alunos do Ensino Médio sejam monitores e orientadores para o uso de internet nas escolas, por parte de outros alunos, professores, funcionários e da comunidade de modo geral.

Tema 3: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Brasil conta com bom aparato para a produção científica, tanto em termos institucionais quanto em recursos humanos capacitados, fato que o coloca no 13º lugar no ranking mundial de produção científica do ISI (*Institut for ScientificInformation*). Mesmo assim, as Universidades públicas e as instituições de pesquisa, federais e estaduais, precisam de apoio para investir mais no aparelhamento de laboratórios e demais instrumentos geradores de conhecimento básico e aplicado.

Pouca pesquisa, porém, se faz direcionada para o desenvolvimento industrial. Em patentes, a participação do Brasil continua muito reduzida, sem prioridades. Reforçar a mola do desenvolvimento significa elevar a capacidade de inovação tecnológica. Isso implica apoio sustentado e crescente às instituições de pesquisa e de formação tecnológica, combinando recursos públicos e privados e mobilizando o poder de compra do Estado, como fazem os países desenvolvidos. Não por acaso estes lutaram tanto para manter o apoio à ciência e à tecnologia fora das regras que restringem subsídios nos acordos da OMC.

Os Fundos Setoriais e os instrumentos criados a partir da Lei de Inovação, somados à base acadêmica e industrial criada nos últimos 60 anos, permitem encarar o futuro com otimismo. Desde a criação do CNPq e da CAPES, em 1951, uma série de iniciativas do governo federal e de alguns governos estaduais contribuíram para que se criasse no Brasil uma boa infraestrutura acadêmica para países em desenvolvimento. Outras iniciativas estatais criaram empresas de alta intensidade tecnológica como a Embraer, a Petrobrás e a Embrapa, ao mesmo tempo em que algumas empresas privadas se estabeleceram com razoável capacidade tecnológica.

O dispêndio total com P&D no Brasil foi, em 2008, de R\$ 33 bilhões, apenas 1,1% do PIB. Deste total, 46% se realizaram pelo setor privado, sendo 43% por empresas e 3% em entidades de ensino superior privado; outros 37% saíram do governo federal, e 17% dos governos estaduais. Os dados mostram que não apenas se gasta pouco, como também o país não cumpriu a meta da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) que previa elevar o gasto privado em P&D de 0,5% para 0,65% do PIB.

É preciso que as políticas para C&T&I sejam cada vez mais políticas de Estado, e não de governos, e contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos brasileiros. É urgente recuperar o dinamismo na evolução da ciência, tecnologia e inovação no país, de tal forma que possam ser construídas as bases para o desenvolvimento econômico e social, tendo como fundamento a capacidade nacional para a produção de conhecimento. Trata-se, principalmente, de canalizar novos investimentos no setor da pesquisa científica e tecnológica.

Proposta 16: Pesquisa Científica e Tecnológica

Situação: A taxa de crescimento das publicações de artigos científicos entre os anos 1995/2002 e 2003/2009 caiu de 15% para 7%, e dos doutores titulados, reduziu de 16% para 7%. Para reverter esse quadro deve-se apoiar fortemente o sistema de ensino superior e as instituições de pesquisa para elevar a capacidade nacional de criação de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos, especialmente em áreas vitais para o desenvolvimento do Brasil, como Engenharias e Ciências Naturais.

Ações:

1. Apoiar as Universidades e instituições básicas de ensino e pesquisa, promovendo a geração do conhecimento científico e tecnológico, de forma a elevar os investimentos com C & T & I para 2% do PIB nacional; 😊
2. Investir em inovação e desenvolvimento para tecnologias limpas e proteção do meio ambiente, especialmente em energias renováveis, com novas fontes de recursos, como aqueles que advirão da exploração do pré-sal. 😊
3. Fortalecer os laços de integração entre a pesquisa pública e aquela realizada nos laboratórios das empresas, impulsionando a inovação tecnológica.

Proposta 17: Parques Tecnológicos

Situação: Intensificar a pesquisa para aumentar a capacidade de inovação tecnológica e a competitividade deve ser o foco de atuação do Governo Federal, associando a política de Ciência e Tecnologia à política industrial de forma eficaz e efetiva. E para isto, investimento em inovação é fundamental.

Parques Tecnológicos constituem ambientes de inovação desenvolvidos para dinamizar economias regionais e nacionais. São concentrações geográficas de empresas e instituições associadas que trabalham em sinergia pesquisando o conhecimento aplicado, com novas tecnologias para o crescimento.

Ações:

1. Implantar o Programa Nacional de Parques Tecnológicos, criando parques tecnológicos em temas prioritários, como bioenergia, química verde, TICs, fármacos, de âmbito nacional e regional, com foco em

ambientes de cooperação universidade-empresa e com infraestrutura pré-competitiva de apoio à P&D empresarial; 😊

2. Criar centros de pesquisa de excelência em todas as regiões do país, orientados ao impacto no desenvolvimento regional; 😊

3. Intensificar a Pesquisa e Desenvolvimento em empresas para aumentar a capacidade de inovação tecnológica e a competitividade, oferecendo incentivos para que as empresas contratem cientistas; 😊

4. Apoiar a inovação em serviços e atividades não intensivas em tecnologias, incentivando a criatividade;

5. Alinhar as políticas de comércio exterior e de apoio à inovação; 😊

6. Criar mecanismos de apoio ao P&D pré-competitivo com modelos institucionais ágeis e flexíveis;

7. Criar estratégias nacionais para associar empresas e Universidades no desenvolvimento conjunto de ciência e tecnologia em áreas de alto impacto mundial, aproveitando oportunidades nacionais tais como as oferecidas em energias renováveis (biomassa, solar, eólica), biotecnologia e fitoterápicos, petróleo e gás, saúde humana e animal, fármacos e equipamentos médicos, agropecuária, biodiversidade, Amazônia, áreas marinhas, software de código aberto ou livre. 😊

Proposta 18: Premio em Ciência e Tecnologia

Situação: Em agosto de 2010 foi publicado pela revista *The Economist* uma avaliação positiva de prêmios para incentivar a inovação. Segundo a mesma revista, tendo como fonte um levantamento da McKinsey, em 1995 havia cerca de 50 prêmios de US\$ 100 mil ou mais; no último levantamento, em 2008, eles haviam aumentado para quase 350 prêmios.

Dentre os prêmios existentes, cabe destacar o importante Prêmio Nobel, destinado às pessoas que fizeram pesquisas importantes, criaram técnicas pioneiras ou deram contribuições destacadas à sociedade. O Brasil não possui nenhum reconhecimento do Nobel; a Argentina, por sua vez, possui cinco laureados, sendo dois em Medicina, um em Química e dois da Paz.

Ações:

1. Dobrar o Prêmio Nobel para cientistas brasileiros que o receberem trabalhando em instituições de pesquisa do país;
2. Criar o Prêmio Santos Dumont de Tecnologia, destinado para pesquisadores que trabalhem em áreas aplicadas de interesse nacional.

Tema 4: CULTURA

Desde 1935 o Estado passou a financiar a cultura no país, destinando recursos públicos a diversas entidades. Com a criação do Ministério da Cultura, separando-o da educação, após a redemocratização do país em 1985, foi sancionada a Lei Sarney de incentivo cultural, delegando aos produtores e empresas especializadas o papel de alavancar a atividade cultural no país. O uso incorreto da lei, entretanto, a transformou em um importante instrumento de sonegação fiscal, levando à sua extinção no início do governo Collor, substituída pela Lei Rouanet (1991) e, mais tarde, com auxílio da Lei de Audiovisual (1993), ambas passando a regular e permitir incentivos culturais mais abrangentes, fruto da pressão do setor cultural sobre o governo federal.

Mais recentemente, já na era das economias criativas, destaca-se o papel do capital intelectual, destacando a criatividade como geração de valor, nas atividades da música, dança, artes, literatura, teatro, cinema, artesanato, moda, design e as novas indústrias digitais. Em um sentido mais amplo, também aparecem a gastronomia e o turismo. As chamadas Cidades Criativas investem modernamente na qualificação e no financiamento dessa nova economia, capaz de gerar muitos e bons empregos. O incentivo às atividades culturais desenvolve talentos humanos e descobre importantes potencialidades nos municípios.

A precariedade dos museus, guardiães da memória nacional, é uma das grandes fragilidades culturais do país. Não há reservas técnicas suficientes para a salvaguarda das coleções; não há quadros técnicos suficientes e preparados; não há verbas para custeio, nem para investimento. O avanço nas economias criativas significa investir na qualidade dos museus nacionais, valorizando a história nacional e local.

Existe um sentimento generalizado, no meio cultural, sobre a ausência de programas regulares de circulação nacional de eventos. É desejável que o governo crie mecanismos para promover e subsidiar esta circulação de exposições e de espetáculos de teatro e dança, possibilitando um intercâmbio artístico democrático.

A cultura também representa um produto de exportação, podendo gerar renda e emprego, além de cumprir seu papel educacional e social. Uma oferta consistente da arte brasileira, em nível de excelência, direcionada também aos negócios, pode mudar a posição frágil do país como exportador de talentos. Educação, Cultura e Meio Ambiente devem promover sinergia em benefício da estimulação dos jovens e do desenvolvimento de diversas potencialidades criativas. Um processo denominado de “culturalização da educação”.

Proposta 19: Cultura Democrática

Situação: Os governos sempre deram ênfase à difusão e ao financiamento público dirigido a produtores e entidades culturais, sem atuar fortemente na área da formação e valorização cultural. Há um atraso nessa agenda da formação, envolvendo o sistema educacional. Basta ver que somente a partir de 2011 as escolas do país estarão obrigadas a iniciar o ensino musical em seus currículos.

A proliferação de museus e institutos tem evocado recursos públicos expressivos, levando o governo federal a dirigir demandas financeiras ao mecenato, sejam de museus públicos, sejam de museus administrados pela sociedade civil. Alguns desses apoiadores se utilizam da lei de incentivo via associação e produtores independentes para firmar a sua grade de

exposições. Por sua vez, os museus científicos, cujo papel de difusor educacional é ainda mais amplo, ficam ao encargo dos Ministérios afins. O mesmo ocorre com os museus universitários. Tudo muito desarticulado.

Cabe ao governo atuar fortemente na área da formação cultural, com escolas dedicadas ao ensino musical, artes cênicas (teatro, dança e circo), artes visuais (artes plásticas, cinema, TV e novas mídias), em parceria com estados e municípios. Dois níveis de escola se destacam: a formação de professores, mediadores e agentes de ensino, e a formação da identidade cultural, dirigidos aos jovens.

A arte, os talentos criativos e a diversidade cultural expressam patrimônios e valores que precisam ser trabalhados como uma política de Estado. E seu acesso precisa ser democratizado, estimulando exposições, espetáculos, eventos, museus ou centros culturais.

Ações:

1. Estimular projetos culturais em comunidades carentes, com especial atenção ao engajamento dos jovens; 😊
2. Integrar políticas do Ministério da Cultura e da Educação, unindo esforços para impedir duplicação quanto à formação de músicos, salas de ensaio, teatros para apresentação de resultados, festivais de música e encontros pedagógicos; 😊
3. Criar um programa de integração de Cultura e Meio Ambiente na educação básica, agregando significado simbólico ao processo educacional;
4. Incluir novas fontes orçamentárias no financiamento à produção artística e preservar as atuais leis de incentivo - Lei Rouanet e Audiovisual - estabelecendo critérios democráticos, transparentes e estratégicos no direcionamento das concessões dos incentivos; 😊

5. Valorizar a Ancine e criar mecanismos para a sadia capitalização de produtores e distribuidores; 😊
6. Implementar um Programa de Revitalização dos Centros Históricos, associando políticas habitacionais e educacionais com a implantação de equipamentos e espaços culturais nesses locais atualmente depreciados; 😊
7. Criar o Programa Museus Nacionais para apoiar e financiar as instituições cujos acervos têm valor indiscutível e reconhecimento internacional; 😊
8. Promover o Museu Itinerante, de modo que os museus nacionais - históricos, de belas artes e mesmo a Biblioteca Nacional - transitem temporariamente com seus acervos pelo país;
9. Estimular a implantação de Centros Culturais em regiões carentes, destinados prioritariamente à promoção e formação cultural dos jovens;
10. Instituir os Prêmios “Novos Talentos” e “Sua Excelência o Artista” nos diversos segmentos culturais, valorizando e estimulando novos artistas bem como reconhecendo aqueles que atingiram notoriedade;
11. Instituir Programa de Promoção à Circulação Nacional de Exposições e Espetáculos, possibilitando um intercâmbio artístico estimulante e democrático, visando a espacialização da cultura por todo o país;
12. Promover o intercâmbio cultural em nível internacional, com programas institucionais de exposições em grandes museus, de presença em festivais de teatro e dança, de estímulo ao intercâmbio universitário;
13. Apoiar a tramitação da PEC – 150, que garante aumento no orçamento do Ministério da Cultura para o equivalente a 2% do Orçamento Geral da União;

14. Apoiar Projeto de Lei consensual entre artistas, UNE e Congresso Nacional sobre o estabelecimento de critérios para as meias entradas de estudantes nos espetáculos;

15. Implementar um grande programa de eventos culturais pelo país nos moldes da Virada Cultural de São Paulo, que gere oportunidades para artistas de todas as “tribos culturais” especializarem sua arte, possibilitando o acesso gratuito de todos às apresentações. 😊

Tema 5: ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E EMPREGO

O Governo José Serra preservará os fundamentos da política econômica que permitiram a conquista da estabilidade de preços a partir do Plano Real. Afinal, José Serra foi um dos mentores do tripé de responsabilidade fiscal, sistema de metas e câmbio flutuante que propiciou a estabilização da economia brasileira. Ninguém melhor do que ele para garantir o poder de compra da moeda brasileira e do salário, consolidando os ganhos da estabilidade.

Em contraste, o PT se opôs à estabilização da economia brasileira, denunciando com estridência o Plano Real, o Proer e a Lei de Responsabilidade Fiscal, para citar alguns exemplos. Depois disso apenas colheu os benefícios do fim da superinflação sem plantar nada para o futuro.

No entanto, os desafios se renovam. Vivemos em um ambiente de incerteza na economia global. O Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo, a maior carga tributária do mundo emergente e uma das menores taxas de investimento governamental dentre os países em desenvolvimento. Isso precisa mudar para garantir o crescimento sustentável do Brasil.

Será essencial regular a dosagem entre as políticas monetária, cambial e fiscal, de forma a assegurar a competitividade da produção nacional e as condições do crescimento sustentado da economia, gerando mais empregos no país. Somente assim será possível criar condições para que o país tenha juros mais baixos e conseqüentemente possa estimular os investimentos produtivos.

Investir é definitivamente o melhor negócio para o emprego, pois não só representa um estímulo da demanda agregada para absorção da mão de obra, como amplia a capacidade produtiva para gerar os 19 milhões de empregos necessários para absorver a força de trabalho e diminuir o desemprego na próxima década.

Do ponto de vista macroeconômico, à medida que a taxa de investimento se eleva aumenta o nível de emprego. No entanto, política atual retira qualquer incentivo para o aumento da taxa de investimento da economia e especialmente para a elevação das inversões em infraestrutura.

Proposta 20: Destruar Investimentos

Situação: O governo atual levou o Brasil a ser um dos que menos promove investimentos públicos em proporção do PIB, em todo o mundo. Estudo recente do FMI compara os investimentos públicos (2008) como proporção do PIB, para um grupo de 135 países. O resultado é muito ruim: o Brasil, que investe apenas cerca de 2% do PIB, ocupou a 133ª posição.

Além de reduzido, o investimento público no Brasil é descoordenado. A União investe pouco se comparada a Estados e Municípios. Em 2009, enquanto os investimentos do governo federal comprometeram 3,4% do seu orçamento, os Municípios investiram 7,3% do arrecadado e os Estados, 9,1%.

Para que o investimento aumente e gere desenvolvimento, uma condição necessária é que se faça uma gestão fiscal eficiente ao contrário daquilo que se verifica no atual governo. O aumento dos gastos públicos concentrou-se nas despesas correntes, em detrimento dos investimentos. No

que diz respeito à participação do setor privado, o Governo foi incapaz de alavancar as PPPs e desonerar o investimento privado.

Foi preciso que o estado de Minas Gerais, em dezembro de 2003, e o estado de São Paulo, em maio de 2004, editassem leis estaduais de PPPs, para que o Governo Federal, finalmente, se esforçasse na aprovação da lei federal, que ocorreu em dezembro de 2004. Não bastasse a lentidão na aprovação da lei, a implantação de projetos também não contou com qualquer esforço do governo federal. Foram lançados apenas dois editais de PPP em seis anos. Quase nada.

Ações:

1. Aumentar a taxa de investimentos públicos, dobrando as inversões produtivas até 2014; 😊
2. Estabelecer em 25% do PIB, até 2014, como meta para a taxa de investimento nacional – público e privado;
3. Combater o desperdício na aplicação do gasto público, valorizando a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU); 😊
4. Construir condições para que o país tenha juros mais baixos; 😊
5. Desonerar investimentos produtivos; 😊
6. Fortalecer a unidade federal de PPPs para que sirva como um indutor de parcerias em todo o país.

Proposta 21: Nota Fiscal Brasileira

Situação: A desoneração da produção e dos investimentos aumenta a competitividade do setor produtivo, cabendo ao governo estabelecer

estratégias de estímulo à arrecadação e combate à evasão fiscal. Implantada com sucesso no Estado de São Paulo, a Nota Fiscal Paulista devolve 30% do ICMS efetivamente recolhido pelo estabelecimento a seus consumidores. Passou a ser um incentivo para os cidadãos exigirem o documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços. Os consumidores que informarem o seu CPF ou CNPJ no momento da compra poderão escolher como receber os créditos e ainda concorrerão a prêmios em dinheiro.

É um programa de estímulo à cidadania fiscal no Estado de São Paulo, que tem por objetivo estimular os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal na hora da compra. Além disso, visa gerar créditos aos consumidores, aos cidadãos e às empresas do Estado.

Ações:

1. Implantar o Nota Fiscal Brasileira;
2. Implantar medidas para fomentar a transparência na tributação e divulgação dos impostos na embalagens dos produtos; 😊
3. Implementar no sistema tributário o Cadastro Único, estabelecendo nacionalmente um mesmo registro para cada empresa e para cada indivíduo pagar todos os impostos, incluindo os governos estaduais e municipais; 😊
4. Estimular a nota fiscal no sistema eletrônico, de modo que qualquer compra de bem ou serviço seja registrada automaticamente.

Proposta 22: Política Industrial

Situação: Em todo o mundo o setor industrial se constitui na principal alavanca para o desenvolvimento, crescendo sua importância na economia.

No Brasil, ao contrário, o percurso da moderna indústria foi de queda, apesar do País ainda ter renda uma baixa *per capita*. Na média do período 1972/1980, a indústria de transformação respondia por 30% do valor adicionado total, percentual que se reduziu para 23,7% em 2007, uma queda terrível de 6,3 pontos percentuais.

A indústria brasileira também vem perdendo posições no âmbito mundial, mas ainda preserva boas condições de reerguimento. Sua participação no valor adicionado da indústria de transformação mundial, que chegou a superar 3% no início dos anos 1980, caiu para 2,2% em 2007. Embora essa queda, assim como a redução da participação da indústria de transformação brasileira no PIB, constitua sintoma de empobrecimento relativo da industrialização (ou de desindustrialização relativa), a indústria brasileira ainda mantém certa expressão a nível mundial.

Ou seja, mesmo tendo se fragilizado e perdido oportunidades, conserva uma estrutura forte, é diversificada e se faz presente no “mapa industrial mundial”. Em outras palavras, preserva condições de retomar uma condição de liderança do crescimento e da transformação característicos de um desenvolvimento econômico que se espera para o Brasil.

As linhas de uma nova política industrial envolvem três grandes objetivos na área da indústria: aumento de produtividade, ampliação da competitividade e atração de investimentos. Em torno a esses objetivos as diversas ações devem ser estruturadas, a exemplo dos programas de incentivo ao investimento, incentivo à inovação, políticas de compras governamentais, financiamento ao investimento e para P&D&I, incentivo à modernização produtiva de micro, pequenas e médias empresas, política comercial, formação e treinamento de mão de obra, entre outros.

Ações:

1. Focalizar as ações em torno da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), para segmentos específicos, revertendo a generalidade com a qual o assunto vem sendo conduzido;
2. Duplicar o aumento médio de produtividade industrial, que foi de 2,3% ao ano entre 2004 e 2009, de modo a dar maior competitividade à indústria, o que ajudará o setor na absorção dos aumentos de custo e das elevações salariais que ocorrem e que devem acompanhar o próximo ciclo industrial;
3. Promover a concessão do incentivo da depreciação acelerada para investimentos em máquinas e equipamentos por parte de empresas industriais, criando-se uma linha de financiamento de longo prazo para investimentos em modernização industrial, com taxas de juros equivalentes à taxa do atual PSI (Programa de Sustentação de Investimentos);
4. Reduzir a carga tributária sobre o setor produtivo;
5. Eliminar impostos (PIS/COFINS e ICMS) que ainda recaem sobre as exportações e, no caso de setores mais intensivos em trabalho, redução dos encargos sociais das empresas. Isso também poderá ser conseguido sob a forma de um “rebate” tributário, como usado em diversos países; 😊
6. Criar mecanismos automáticos de reposição de perdas de IPI;
7. Organizar a abordagem da política industrial pela via das cadeias produtivas, que é muito mais eficiente para obtenção de vantagens competitivas sistêmicas; 😊
8. Apoiar a internacionalização das empresas brasileiras, como forma de ampliação da capacidade de competição e absorção de tecnologia; 😊

9. Promover as compras públicas como forma de alavancar a produção nacional e induzir a internalização de investimentos onde o país perdeu produção nos últimos anos;

10. Utilizar os investimentos do petróleo como alavanca para avanços das empresas e das cadeias produtivas vinculadas ao setor em termos de densidade tecnológica, capacidade de inovação e competitividade;

11. Elevar os royalties do minério de ferro.

Proposta 23: Conta Bancária Universal

Situação: Milhões de brasileiros estão imersos num mundo onde as transações financeiras pessoais passam, necessariamente, pelos bancos. No entanto, as elevadas tarifas e as barreiras burocráticas impedem que milhões de pessoas possam ter uma conta bancária. Embora exista uma conta bancária simplificada, sua utilização é muito restritiva, atingindo um pequeno contingente populacional.

A melhoria de segurança pessoal para pessoas de renda mais baixa que hoje estão privadas de abrir uma conta bancária será muito significativa, representando ganho na cidadania. Estima-se que de 20 a 30 milhões de brasileiros podem ser incluídos para a titularidade no sistema bancário.

Ações:

1. Definir as normas legais para que todo brasileiro possa ter uma conta corrente bancária, sem pagamento de tarifas, para fazer movimentações e depósitos, cabendo ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal oferecer o suporte para o funcionamento do novo sistema;

2. Assegurar que todas as instituições bancárias privadas possam oferecer o mesmo serviço, tanto quanto integrar as casas lotéricas, serviços de pagamento do comércio e o banco postal ao sistema;
3. Reformular a conta bancária simplificada, permitindo que o Número de Identificação Social seja a forma permanente de identificação, permitindo que a indicação de endereço seja feita por declaração do correntista;
4. Ampliar o número de saques, depósitos e extratos permitidos e viabilização do uso do Home Banking, com ampliação do limite de movimentação para R\$ 26 mil por ano;
5. Entender a alternativa de ter a nova conta para todos os aposentados, pensionistas e beneficiários de transferências federais;
6. Permitir que a nova conta comporte uma conta de poupança, nos mesmos moldes da atualmente existente, igualmente baseada no cartão eletrônico.

Proposta 24: Mercado de Capitais

Situação: Algumas iniciativas institucionais e governamentais foram implementadas nos últimos anos com o objetivo de revitalizar o mercado brasileiro de capitais, aperfeiçoando a sua regulamentação, e assegurando maior proteção ao investidor e à melhoria das práticas de governança das empresas brasileiras. Destacam-se entre elas a aprovação da Lei nº 10.303/01 (Reforma da Lei das Sociedades Anônimas) e a criação do Novo Mercado e dos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

O debate sobre as questões relacionadas à liquidez e à transparência dos mercados de dívida no Brasil tem ocupado intensamente a agenda das principais entidades que representam ou prestam serviços aos participantes do mercado financeiro nacional, bem como das diversas agências de governo que regulam e/ou supervisionam os mercados. Existe amplo consenso quanto aos significativos benefícios que a ampliação da liquidez teria sobre o dinamismo do mercado financeiro nacional.

Os pequenos avanços conseguidos nos últimos anos no sentido da eliminação dos entraves regulatórios, tributários e operacionais que bloqueiam a liquidez parecem desproporcionais à ênfase e à convergência de opiniões em relação ao tema.

Nesse sentido, cabe recordar, apenas a título de exemplo, as 21 iniciativas anunciadas pelo Tesouro Nacional e Banco Central em 1999 visando à ampliação da liquidez no mercado de dívida de pública, ou mesmo a proposta de criação pelo mercado da debênture simplificada, endossada por várias entidades e datada de 2005, além das inúmeras iniciativas no sentido do aumento da transparência de preços, seja no que se refere aos instrumentos de dívida públicos ou privados.

Ações:

1. Rever a tributação que hoje incide sobre o mercado de capitais, de forma a incentivar o alongamento de prazos, eliminar a dupla tributação e garantir condições isonômicas entre os investidores nacionais e internacionais;
2. Reorganizar a legislação sobre debêntures de forma a dar mais flexibilidade ao papel, eliminando entraves burocráticos à expansão de sua utilização pelas empresas como forma de captação de recursos;

3. Promover maior transparência nas negociações do mercado secundário: garantia de transparência pós-negociação por meio da divulgação das operações e preços dos negócios realizados de forma mais imediata possível, a exemplo do que é feito no TRACE (*Trade Reporting and Compliance Engine*) americano;
4. Reforçar a participação do BNDES no desenvolvimento do mercado de renda fixa corporativa, especialmente no que diz respeito ao mercado primário, por meio da alocação de recursos para compra de debêntures, especialmente aquelas com características mais uniformes de forma a aumentar a liquidez destes papéis;
5. Promover a atuação do BNDES como indutor da formação de preços no mercado secundário de títulos privados.

Proposta 25: Aumento do Salário Mínimo

Situação: Vários estudos indicam que a formalização do mercado de trabalho observado nos últimos anos paralelamente à manutenção do valor real do salário mínimo foi a principal causa da redução da pobreza e da desigualdade dos últimos anos.

O salário mínimo surgiu no Brasil em meados da década de 30, estabelecendo o piso para os trabalhadores do mercado formal do país. Valor atual do Salário Mínimo é de R\$ 510,00, de acordo com a Medida Provisória nº 474/2009, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023. O estabelecimento do salário mínimo também é um indicador do cálculo da Previdência Social.

Ação:

1. Promover o reajuste do Salário Mínimo para R\$ 600,00 no início do ano de 2011;
2. Discutir formas de redução dos tributos e taxas que oneram salários, sem causar perdas nos direitos adquiridos do trabalhador.

Proposta 26: Capacitação de Trabalhadores

Situação: Nenhuma nação se desenvolveu sem qualificar seus trabalhadores e empreendedores. Os programas de treinamento no Brasil padecem de três males que precisam ser superados: o primeiro diz respeito à sua falta de identidade, pois não se consegue definir para que fim o treinamento se destina; o segundo é que o treinamento não se volta para o atendimento da demanda do setor produtivo, e por fim há uma grande descontinuidade nos gastos.

Segundo dados do IPEA (2010) existe no país um déficit de 320 mil trabalhadores com qualificação. Entretanto, os recursos do FAT destinados para capacitação de trabalhadores caíram sete vezes de 2002 para 2009. Essa tendência será revertida rapidamente, recuperando os recursos aplicados em treinamento, visando capacitar, até 2014, um milhão de trabalhadores no País.

Ações:

1. Ampliar o investimento na realização de capacitações e treinamentos de trabalhadores com recursos do FAT, retomando os valores investidos antes de 2003, da ordem de R\$ 700 milhões;
2. Implantar o Via Rápida Nacional, constituído por cursos básicos de 80 a 200 horas, que atendam trabalhadores que não apresentam, no momento,

tempo para ingressar em cursos profissionalizantes extensos ou com formação universitária para 5 milhões de brasileiros;

3. Identificar demandas específicas de formação e qualificação profissional por região e setor de atividade; 😊

4. Criar programas específicos de formação profissional, direcionado para as distintas faixas etárias - jovens, idosos. 😊

Proposta 27: Emprega Brasil

Situação: A busca por emprego demanda instrumentos capazes de conciliar e intermediar a oferta e a procura por mão-de-obra. Criar mecanismos via internet viabilizam um sistema de intermediação totalmente gratuito entre cidadãos que buscam oportunidade de trabalho e empregadores que ofertam vagas de trabalho. O cidadão, empregado ou não, tem a possibilidade de acessar as vagas de trabalho mais adequadas a seu perfil. Para o empregador, basta cadastrar-se e anunciar suas vagas para visualizar um amplo quadro de profissionais que buscam trabalho.

Ações:

1. Criar na internet um Sistema – Emprega Brasil - para intermediar a oferta e a procura de mão-de-obra de forma facilitada e transparente; 😊

2. Discutir a possibilidade de redução de encargos sociais, visando estimular o emprego sem fragilizar as conquistas trabalhistas; 😊

3. Articular o seguro desemprego com a intermediação de mão de obra (Emprega Brasil) e com os programas de qualificação profissional. 😊

Proposta 28: Sistema SEBRAE

Situação: O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1972, que visa a promover a competitividade e o desenvolvimento dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em dezembro de 2006, o marco legal se consolidou, trazendo estímulos tributários que devem prevalecer para o segmento nas três esferas – federal, estadual e municipal – da administração pública.

Não é fácil a um brasileiro abrir o seu próprio negócio. As estruturas burocráticas do aparelho do Estado parecem remar contra o empreendedorismo, dificultando o surgimento das pequenas empresas. O sistema comandado pelo SEBRAE funciona bem, mas poderia ser aprimorado com a redução da burocracia nas máquinas públicas e maiores e mais facilitados financiamentos.

Os pequenos negócios constituem 5,6 milhões de micro e pequenas empresas que oferecem emprego para 31 milhões de pessoas no País. Representam 53% da mão de obra urbana com carteira assinada no Brasil e movimentam 20% do PIB nacional. Fora o mercado informal.

A importância dos menores empreendedores é crucial para o desenvolvimento sustentável. Atrapalhada pela burocracia, fragilizada pela falta de financiamentos adequados, sofrida pela tributação, as micro e pequenas empresas (MPE) lutam no mercado e vencem com sua ousadia e labor. Mas poderiam estar bem melhor situadas.

Iniciativas pioneiras ocorreram em São Paulo, quando José Serra comandava o governo do estado. Elas se aglutinam no "PoupaTempo do

Empreendedor", um site que agiliza o processo de licenciamento para legalização de micros e pequenas empresas. O sistema simplificado facilita o trabalho do pequeno empresário.

As estruturas burocráticas do aparelho do Estado parecem remar contra o empreendedorismo, dificultando o surgimento das pequenas empresas. Por isso, uma agenda mais agressiva de apoio precisa ser formulada.

Ações:

1. Fortalecer o Sistema do SEBRAE, estimulando a capacitação técnica - em gestão, tecnologia e processos - dos pequenos empreendedores e reforçando seu trabalho na construção dos arranjos produtivos locais (APL's);
2. Implementar, junto com estados e municípios, medidas de desburocratização, visando facilitar a abertura e o fechamento de empresas;
3. Aprimorar o Simples Nacional, com ampliação para o setor de serviços, correção das faixas de tributação, implantando mecanismos para a fase de transição e saída do Simples;
4. Criar programas e políticas efetivas que ajudem as MPEs a conquistar novos mercados no exterior, principalmente a partir da orientação para a organização de consórcios e a busca de parcerias com médias e grandes empresas.

Proposta 29: BNDES para os Pequenos Negócios

Situação: A inclusão produtiva e o fortalecimento das micro e pequenas empresas passa, necessariamente, pelo oferecimento de linhas de

financiamento e mecanismos de créditos mais facilitados. Atualmente os elevados juros e a dificuldade de acesso restringem a alavancagem financeira desse segmento produtivo. Atualmente os elevados juros e a dificuldade de acesso ao financiamento restringem de forma dramática sua atuação e sua competitividade.

Notícias recentes mostraram que o BNDES repassou 57% de seus recursos para apenas 12 grandes empresas, sendo 2 estatais. Isso precisa mudar. José Serra se compromete a criar o "Banco do SEBRAE", que vai operar com recursos do BNDES um sistema de financiamento diferenciado para micro e pequenas empresas, vinculando-o à capacitação técnica executada pelo SEBRAE. O que hoje existe, na prática, pouco funciona.

Ação:

1. Aperfeiçoar o sistema de financiamento diferenciado para micro e pequenas empresas, com recursos do BNDES – “Banco do SEBRAE”, vinculando-o à capacitação técnica executada pelo sistema do SEBRAE. 😊

Proposta 30: Cooperativismo

Situação: O cooperativismo nacional se distribui em 13 setores da economia, com um total de 7.261 cooperativas, aglutinando 8,25 milhões de associados e 274 mil empregados, de acordo com os dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Tais cooperativas, distribuídas em 13 segmentos da economia, são responsáveis por um faturamento total de R\$ 88,5 bilhões (2009). Sua participação no PIB brasileiro chega a 5,39%.

Cabe destacar as cooperativas agropecuárias que formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro – num modelo

que busca unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Geralmente elas cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização. O número de cooperativas agrícolas chega a 1,6 mil no país, com 940 mil associados e 140 mil empregados. A participação delas no PIB agropecuário alcança 40%. As exportações oriundas das cooperativas agropecuárias atingiram US\$ 3,6 bilhões (2009).

O cooperativismo agropecuário se fortaleceu no país, mas ainda não dispõe de uma lei geral que regulamente o dispositivo constitucional do Artigo 171 que estabelece: “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo”. Há 15 anos tramitam vários PLs no Congresso, sem definição. Enquanto nada se resolve, continua vigindo a antiga lei do cooperativismo (Lei 5764/1971), que precisa ser modernizada.

Da mesma forma, o “ato cooperativo” ainda não mereceu regulamentação legal, visando favorecer os negócios através de um tratamento tributário adequado, conforme reza a Constituição.

Ações:

1. Regular o dispositivo constitucional do Artigo 171, instituindo um novo marco legal – A Lei Básica do Cooperativismo;
2. Revisão dos tributos que incidem sobre das cooperativas, estimulando o associativismo com a regulamentação e definição legal do “ato cooperativo”. 😊
3. Regular, em lei (PL 4622/04), o cooperativismo de trabalho, trazendo segurança na prestação de serviços desse segmento.

Tema 6: EDUCAÇÃO

O Brasil tem hoje cerca de 61 milhões de alunos, distribuídos desde a educação infantil até a pós-graduação. Mais da metade (33,1 milhões) frequentam o ensino fundamental. Há que se reconhecer que, mesmo considerando os avanços da educação brasileira, o País ainda não conseguiu vencer o desafio de dar uma educação de qualidade a todos os brasileiros.

A política nacional de educação, liderada pelo governo federal, deverá mobilizar os Estados e Municípios em torno de um grande pacto pela equidade e qualidade da educação básica, fortalecendo o regime de colaboração efetiva entre os três níveis de governo. A prioridade é investir na qualidade da educação básica para formar cidadãos competentes e, depois, fazer a educação virar emprego através do ensino profissionalizante, um dever do Estado para com a juventude.

Proposta 31: Educação Básica com Currículos Nacionais

Situação: Na Avaliação Internacional do PISA/OECD, o Brasil pontuou entre os piores países do mundo: 54º em Matemática (dentre 57 países), 49º em Leitura (dentre 56 países) e 50º em Ciências (dentre 52 países). De acordo com o Censo Escolar de 2009, o primeiro ano do Ensino Fundamental/EF de 9 anos ainda não está universalizado. E permanecem índices elevados de atraso escolar. As elevadas taxas de reprovação e de repetência, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, continuam existindo. E, dos que conseguem concluir o Ensino Médio, apenas 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término

da educação básica. O melhor é sempre usar educação básica para não atrair a raiva dos sindicatos, é o que está na Constituição. Ensino é considerado linguagem neoliberal com foco no adestramento tecnicista que não se vincula a aprendizagem.

Ações:

1. Instituir currículos mais enxutos e objetivos, estabelecendo, em parceria com Estados e Municípios, padrões curriculares nacionais obrigatórios com competências e conteúdos básicos a serem ministrados; 😊
2. Investir na melhoria das condições de infraestrutura das escolas e das redes públicas de ensino, tais como equipamentos básicos, bibliotecas, quadras esportivas e ter como foco a sala de aula e a aprendizagem;
3. Ampliar o Programa Nacional do Livro Didático e complementá-lo com materiais didáticos estruturados alinhados aos padrões curriculares nacionais; 😊
4. Universalizar o Programa Nacional de Informática na Educação com a instalação de laboratórios de informática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, em parceria com Estados e Municípios. 😊

Proposta 32: Programa “Aluno Tempo Integral”

Situação: Na grandemaioria das escolas públicas brasileiras o turno escolar é parcial. Os alunos ficam em média 4 horas por dia na escola, com aulas oferecidas no período da manhã, da tarde ou à noite.

Escolas em áreas mais vulneráveis, como nas regiões metropolitanas, requerem uma maior atenção aos alunos, pois seus problemas não são apenas de educação, mas estão também sujeitos a todo tipo de violência.

Esses alunos precisam de intervenções mais complexas, incluindo atividades complementares à escola, como esportes, música, dança, cursos profissionalizantes, uma efetiva política de segurança.

Ações:

1. Criar o programa “Aluno Tempo Integral”, por meio de ações integradas entre os governos federal, estaduais e municipais e parcerias com organizações da sociedade civil; 😊
2. Instituir programas de apoio aos alunos com atraso escolar e dificuldades de aprendizagem; 😊
3. Implantar medidas de reforço escolar com atividades de esporte e música;
4. Vincular os resultados das avaliações externas a programa de incentivos que estimule a maior autonomia das escolas e valorize os diretores e sua equipe pelos resultados apresentados; 😊
5. Ampliar as oportunidades de formação, oferecendo aos alunos das redes públicas das áreas metropolitanas atividades complementares e extracurriculares, por meio de parcerias com instituições não governamentais e universidades parceiras, públicas e privadas.

Proposta 33: Avaliação para Ciências

Situação: Atualmente a política nacional de avaliação da educação básica baseia-se no SAEB/Prova Brasil e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que com base nos resultados da avaliação e nas taxas de aprovação estabelece metas de desempenho para todas as escolas públicas. A Prova Brasil avalia Português e Matemática, ao final do 5º e 9º anos do ensino fundamental.

Ações:

1. Implantar a avaliação da alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos no final da 2ª série/3º ano do ensino fundamental, na mesma escala de proficiência do SAEB;
2. Ampliar as fases de aplicação e as referências da avaliação para Ciências da Vida e Sociais, além de Matemática e Língua Portuguesa, para concluintes do ensino fundamental e médio;
3. Fixar metas e objetivos de melhoria de aprendizagem, coordenada com as políticas atuais de avaliação;
4. Utilizar resultados das avaliações de ensino para identificar problemas, apoiar as escolas que mais precisam e criar incentivos. 😊

Proposta 34: Programa Ler e Escrever

Situação: As estatísticas e resultados das avaliações nacionais não deixam dúvidas: apesar da melhoria nos anos iniciais da educação fundamental, o Brasil ainda precisa melhorar muito na educação, investindo na qualidade da educação básica. Uma nova forma de apoio, com recursos vultosos, deve priorizar as ações públicas no reforço ao ensino fundamental.

No Estado de São Paulo foi implantando o Programa Ler e Escrever que incorpora um conjunto de linhas de ação integradas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se dessa forma como uma política pública para os anos iniciais do ensino fundamental, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual.

Ações:

1. Implantar o Programa Ler e Escrever em todo o território nacional, tendo por base um Fundo Nacional da Qualidade da Educação Básica, dotando-o de recursos do Tesouro para serem destinados aos Estados e Municípios que executem políticas de:

- a. Remuneração complementar de professores por bônus;
- b. Desenvolvimento de ações continuadas de capacitação de professores;
- c. Aplicação de padrões curriculares nacionais;
- d. Aprimoramento da estrutura física;
- e. Aperfeiçoamento do material pedagógico;
- f. Ampliação do número de horas dentro da escola com aplicação gradual do horário integral;
- g. Sala de aula com um professor e um auxiliar - estudante de pedagogia para o 1º ano do Ensino Fundamental;
- h. Envolvimento de estudantes de cursos de Pedagogia e Letras em experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente;
- i. Adequado sistema de distribuição de uniformes, merenda e transporte escolar;
- j. Distribuição de materiais complementares tais como acervo literário e paradidático para biblioteca de sala de aula, enciclopédias, globos, letras móveis, calculadoras;
- k. Acompanhamento institucional sistemático aos órgãos regionais de ensino responsáveis pela supervisão do sistema;
- l. Implantação de atividades esportivas e culturais.

2. Canalizar recursos adicionais para provocar mudanças significativas nos indicadores do Fundo Nacional da Qualidade da Educação Básica.

Proposta 35: Programa Valorização do Professor

Situação: Existem no Brasil quase dois milhões de professores apenas na educação básica, contratados por Estados e Municípios. A maioria é concursada, sendo, portanto, professores efetivos. Mas eles precisam ser mais bem valorizados. Os alunos aprendem mais e melhor quando seus professores são motivados por carreiras mais atraentes e preparados.

Ações:

1. Adotar mecanismos de valorização dos professores, em parceria com Estados e Municípios, baseada em três pilares:

- Apoiar programas de formação continuada, desenvolvidos por estados e municípios, a partir dos resultados das avaliações nacionais, com prioridade na língua portuguesa, matemática e ciências;
- Melhorar a carreira e os salários dos professores, apoiando Estados e Municípios no oferecimento de carreiras com salários iniciais mais atrativos, valorização por mérito e consolidação de um piso salarial profissional nacional do magistério; 😊
- Desenvolver parâmetros para programa de avaliação e certificação de professores e diretores escolares. 😊

2. Atuar na qualificação dos cursos de formação dos professores nas instituições de educação do ensino superior;

3. Implantar programas de formação de professores para o ensino técnico e tecnológico e definir critérios de seleção de professores das disciplinas profissionalizantes com profissionais com experiência de mercado; 😊

4. Fomentar a formação e o recrutamento dos professores com mais talento e potencial. 😊

Proposta 36: Universalização da Educação Infantil

Situação: A expansão da educação infantil é fundamental e necessária. O processo de expansão deve estar acompanhado de mecanismos e ações que promovam a qualidade do atendimento. A Emenda Constitucional 59/2009 estabeleceu a obrigatoriedade da pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos até 2016.

Ações:

1. Antecipar a universalização da Educação Infantil para 2014;
2. Apoiar a expansão, com qualidade, da pré-escola (4-5 anos), em parceria com Estados e Municípios, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de forma a assegurar a universalização do atendimento antecipando a meta prevista da Emenda Constitucional nº 59/2009;
3. Apoiar financeiramente Estados e Municípios na construção de creches, com a meta de construção de 10 mil unidades; 😊
4. Estabelecer padrões de qualidade e sistemas de acompanhamento e avaliação das creches e escolas infantis; 😊
5. Implantar política de atenção à primeira infância (zero a três anos) a partir de ações integradas de educação, saúde e assistência social.

Proposta 37: Currículo do Ensino Médio

Situação: Pouco mais da metade dos jovens de 15 a 17 anos (51,2%) estão frequentando o ensino médio, e 20,8% estão fora da escola. De cada 100 alunos que ingressam no primeiro ano do ensino fundamental, apenas 70

conseguem concluir o nono ano. E, de cada 100 alunos que ingressam no ensino médio, apenas 65 conseguem concluí-lo, devido às altas taxas de abandono e repetência.

O ensino médio deve ser a etapa final de uma educação de caráter geral, que situe o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mercado de trabalho, adotando formas de conectar os conteúdos escolares aos interesses e aspirações do jovem no mundo contemporâneo. É necessário trabalhar pela universalização do acesso ao ensino médio, possível até o final da década.

Ações:

1. Diversificar o currículo e flexibilizá-lo de acordo com as demandas regionais, estabelecendo, em articulação com os Estados, uma base curricular padrão obrigatória, que assegure a todos os alunos os conhecimentos universais associados com as demandas de mercado e os interesses dos alunos; 😊
2. Reduzir o número de disciplinas obrigatórias, o excesso de conteúdo e o grau de dificuldade do curso, aumentando a oferta de disciplinas eletivas; 😊
3. Introduzir disciplinas eletivas mais próximas do mundo real para motivar os alunos, como tecnologias, informática, educação financeira, empreendedorismo e estudo de línguas; 😊
4. Promover a ampliação da oferta de vagas no período diurno para os alunos que não trabalham; 😊
5. Oferecer aos alunos com mais de 18 anos do período noturno o EJA, complementado por qualificação profissionalizante e vinculada ao setor produtivo;

6. Flexibilizar a oferta do ensino médio e do ensino técnico de nível médio, de forma a garantir a articulação entre os dois tipos de formação por meio de modalidades integradas ou concomitantes;
7. Facilitar o acesso ao magistério de profissionais universitários, em matérias ligadas à sua formação;
8. Promover mudanças no ENEM, discutindo com o CONSED a possibilidade de tornar o mesmo obrigatório para certificação do ensino médio, que deverá ser aprimorado a partir da descentralização da realização do exame e oferecê-lo ao menos duas vezes ao ano, para ser usado de acordo com os critérios definidos pelas universidades em seus processos seletivos ao ensino superior, retomando a qualidade do processo;
9. Oferecer cursos extracurriculares que preparem o aluno para o mercado de trabalho, como cursos de idiomas e informática. 😊

Proposta 38: PROUNI no Ensino Superior de Tecnologia

Situação: O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo em cursos de graduação nas instituições privadas de educação superior. Mas o ensino superior tecnológico apresenta idêntica, ou maior, capacidade de abrir as portas para o emprego dos jovens, com a vantagem de ser menos custoso e demorado, favorecendo suas famílias.

Ação:

1. Expandir o ProUni para o ensino superior de tecnologia, considerando as vocações regionais e os arranjos produtivos locais. A meta é dobrar a matrícula nos cursos tecnológicos.

Proposta 39: PROTEC – Programa de Apoio ao Ensino Técnico

Situação: Países europeus matriculam entre 30% e 70% da faixa etária do ensino médio em cursos profissionais. O Brasil está abaixo dos 10%. Considerando a importância desse tipo de formação para a economia e a alta empregabilidade que seus cursos garantem – sempre e quando bem conduzidos – essa é uma direção a ser prioridade.

A Proposta Serra objetiva criar 1 (hum) milhão de matrículas na educação profissional, abrangendo a formação inicial e continuada, os cursos técnicos e os cursos tecnológicos em parceria com as entidades públicas e privadas, especializadas na educação profissional, até 2014.

A expansão da educação profissional deve ocorrer em parceria com agentes locais para garantir uma forte vinculação entre as escolas técnicas e os mercados de trabalho locais, onde os empregos são efetivamente gerados. As ações deverão ser sempre realizadas por meio de parcerias com os Estados e Municípios.

Ações:

1. Implantar o PROTEC com a expansão do ProUni para ensino técnico, oferecendo bolsas para os alunos que querem ter uma qualificação profissional e não podem pagar a escola, com um percentual de bolsas de estudos a escolas particulares que ministram cursos técnicos;
2. Agilizar o Programa Brasil Profissionalizado, atualmente a cargo da FNDE (Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação), com destinação de recursos financeiros aos Estados para investimentos exclusivos no ensino técnico e tecnológico.

Proposta 40: Ensino Superior

Situação: A matrícula no ensino superior é substancialmente menor do que em países de nível comparável ao Brasil. O ponto de estrangulamento do acesso ao superior ocorre antes do vestibular. Os problemas de baixa qualidade no final do ensino fundamental somados às elevadas taxas de reprovação e de abandono no ensino médio provocam persistente estagnação do seu número de concluintes. Muitos dos problemas do ensino superior só se resolverão com a melhoria da educação básica.

Ações:

1. Elaborar um plano de expansão do ensino superior, priorizando a expansão da oferta de ensino nas áreas das engenharias e a melhoria na qualidade da formação de professores para a educação básica;
2. Expandir, com qualidade, o ensino superior público – IES federais, estabelecendo critérios objetivos para a expansão das universidades federais, em coordenação com os esforços dos Estados, promovendo maior integração e articulação com a economia regional; 😊
3. Estimular o crescimento da pós-graduação senso estrito e a base da pesquisa científica e tecnológica;
4. Assegurar a continuidade e ampliação dos mecanismos de financiamento aos alunos, como o Prouni e FIES; 😊
5. Fortalecer as Universidades Federais e fomentar a pesquisa realizada pelos docentes, investindo nos laboratórios e na capacitação profissional;
6. Garantir a autonomia para as Universidades Federais, adotando incentivos que valorizem o desempenho, a melhoria dos indicadores, a qualidade, a eficiência e a produção acadêmica;

7. Estreitar os laços das universidades públicas com o setor produtivo, de maneira a atender o mercado de trabalho. 😊

Proposta 41: Sistema de Avaliação do Ensino Superior

Situação: Segundo o último censo de 2008, na graduação, 75% dos estudantes estão em instituições privadas (cerca de 4 milhões de matrículas). Cabe ao governo federal definir políticas, seja para as universidades públicas que administra, seja para todo o setor universitário do País.

Ações:

1. Implantar um Sistema de Avaliação do Ensino Superior, adotando critérios objetivos e transparentes que visem a estimular a melhoria da qualidade e a diversificação da oferta, tanto no sistema público quanto no privado; 😊
2. Instituir agência de acreditação do ensino superior composta por membros do governo e da sociedade civil, baseada em critérios de qualidade e necessidade de diversificação do ensino superior.

Proposta 42: Ensino à Distância

Situação: A educação permanente é a marca atual da sociedade do conhecimento. O uso de novas tecnologias, em especial no ensino à distância deve ser estimulado para garantir a expansão de oportunidades de formação e aperfeiçoamento de todos os cidadãos, facilitando o constante e necessário fluxo de pessoas entre os mundos da educação e do trabalho.

O ensino à distância é uma alternativa importante para expansão de vagas no ensino superior, exigindo um sistema que lhe propicie maior credibilidade.

Ações:

1. Fomentar a ampliação de oferta de vagas nos cursos à distância (técnicos e tecnológicos), utilizando espaços públicos ociosos como polos presenciais; 😊
2. Implementar uma rede nacional de apoio para o ensino à distância nas carreiras técnicas de nível médio e superior. 😊

Tema 7: ENERGIA, PETRÓLEO E GÁS

Dois grandes desafios estão propostos para o futuro do suprimento energético da economia brasileira. Primeiro, viabilizar a utilização sustentável do potencial hídrico da Amazônia. Segundo, explorar as descobertas de reservas do petróleo na camada de pré-sal. Em ambos, o equacionamento dos investimentos envolve capacidade de coordenação de ações estatais, recursos públicos e privados e articulação com os diversos atores sociais.

No setor elétrico, os descabros vividos nos últimos anos implicarão, sob distintas óticas, em altos custos para o país. O cenário definido pelos leilões de energia realizados no atual governo aponta para uma matriz elétrica cada vez mais suja, advinda dos combustíveis fósseis. Quanto aos custos da energia, para consumidores, residenciais e industriais, a sociedade arcará com ônus de uma energia mais cara, dada a opção do Governo atual pelas termelétricas. Por fim, no campo institucional, há crise de governança que se materializa na completa ausência de encaminhamento para questões cruciais, como a renovação das concessões de geradoras, que estão por vencer nos próximos anos.

No campo do petróleo, as grandes descobertas acabaram trazendo esperanças e muitas dúvidas. O papel essencial, concedido à Petrobras e à nova empresa em fase de criação, nos futuros movimentos da exploração do potencial petrolífero, tende a reduzir a capacidade de ação governamental em benefício do fortalecimento das empresas exploradoras. A fragilidade regulatória que vem sendo mostrada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) sinaliza para grandes problemas na capacidade do Estado em manter políticas públicas articuladas para o setor. A velha

confusão de papéis entre o Estado e a empresa estatal está mais viva do que nunca.

A questão do gás é elucidativa dessa ausência de diretrizes estratégicas. O país convive com um enorme desperdício: por falta de planejamento e políticas de consumo, cerca de 10% do gás extraído é perdido na queima. Com novos poços entrando em operação, a situação irá se agravar, pois falta infraestrutura e inexistente política de preços - os altos do mundo. E falta, na verdade, cumprir a Lei do Gás, que prevê condições diferenciadas para a indústria que usa gás como matéria prima.

A incapacidade de estruturar modelos setoriais tem impacto extremamente danoso sobre o financiamento do investimento. No setor elétrico, a busca de tarifas artificialmente baixas produziu a necessidade, para viabilização do investimento, de intervenção direta do Estado com subsídios e recursos públicos de grande magnitude e baixa transparência. No caso do petróleo, perigosos artifícios financeiros, como a concessão de reservas potenciais, ameaçam a credibilidade de nossa principal empresa estatal.

No campo do Petróleo, a Petrobras amplia cada vez mais sua atuação, sendo obrigada a patrocinar ações políticas de interesse governamental que pouco respeitam seus objetivos e turvam suas condições de governabilidade.

As mudanças constitucionais e legislativas ocorridas a partir de 1997 permitiram à Petrobras se modernizar, adotar uma gestão transparente e de valorização de seus funcionários. Apesar do voto de desconfiança e da oposição intransigente do PT, a Petrobras teve a oportunidade de competir no mercado e provar o seu potencial e sua capacidade; com investimento em tecnologia descobriu o pré-sal, criou a Transpetro e passou a incentivar a indústria naval, se abriu para parcerias com o setor privado.

Na questão do gás natural a situação é crítica também. O país convive com um enorme desperdício. Por falta de planejamento e políticas de consumo, mais de 20% do gás extraído é queimado. Com novos poços entrando em operação a situação irá se agravar. Falta infraestrutura; falta política de preços, que são dos mais altos do mundo; falta cumprir a Lei do Gás, que prevê condições diferenciadas para a indústria que usa gás como matéria prima. Há uma completa ausência do Estado na definição de políticas para uma fonte energética que poderia ser de grande importância para a matriz

Os próximos anos serão de reconstrução institucional e operacional. A começar pela definição de papéis claros dentre os agentes governamentais. Passando pela reconstrução da lógica de funcionamento dos setores e buscando a construção de um planejamento integrado que dê segurança energética para o consumidor e o investidor, incluindo o privado. No que respeita ao meio ambiente, é crucial transformá-lo de aspecto limitante em elemento essencial no planejamento e no desenho de estratégias sustentáveis.

Proposta 43: Reorganização Institucional do Setor Elétrico

Situação: Atualmente o setor elétrico vive uma crise de comando e divisão de atribuições, amplificada pela intervenção governamental na viabilização de investimentos como no caso de Belo Monte. Ao mesmo tempo, a falta de clareza sobre os preços, gestão do mercado livre e concessões inibe a participação de investidores e impede que a capacidade de geração cresça em ritmo adequado. O mesmo problema é verificado na transmissão e na distribuição, onde formas equivocadas de tarifação limitam as possibilidades de investimento e manutenção pelas atuais concessionárias.

A incapacidade do atual governo de encontrar uma solução a respeito dos contratos de concessão das empresas de energia elétrica tem trazido muita insegurança ao mercado de energia. O problema é especialmente sério para a Eletrobrás que já em 2012 e 2013 tem que renovar contratos de 6.000 megawatts (MW). Em 2014, serão mais 3.500 MW. Essa indefinição aumenta o risco e, portanto reduz investimentos tão necessários para o país.

Ações:

1. Promover a estabilidade, transparência e previsibilidade das regras do setor, com garantia de preservação dos contratos e estímulo aos investimentos, eficiência e competição, começando pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que passa a ser transparente em seu funcionamento e divulgar suas deliberações;
2. Identificar os papéis de regulação, planejamento e manutenção do sistema, com definição clara das funções do Ministério de Minas e Energia, responsável pelas diretrizes de política, e da Aneel, com autonomia para regulação e fiscalização, assegurada a neutralidade dos agentes de operação do sistema (Operador Nacional do Sistema - ONS), planejamento (Empresa de Pesquisa Energética - EPE) e mercado (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), com agilidade na tomada de decisão;
3. Dar tratamento adequado às concessões vencidas, de forma a preservar o valor dos ativos dos demais agentes do mercado, com a sinalização de preços de forma coerente com o valor e a escassez da *commodity*. Eventuais benefícios tarifários para o consumidor não deverão afetar os preços do mercado de energia, mas podem abater encargos, tributos e tarifas de uso da rede;

4. Ampliar e dar sustentabilidade ao mercado livre, permitindo a agregação de consumidores para atender os limites de demanda (3 MW), abertura para novos clientes de menor tensão (abaixo de 69 kV) e redução dos limites de demanda (abaixo de 3 MW); 😊

5. Desenvolver mecanismos que estimulem o consumidor livre a se contratar de forma antecipada e por longo prazo, podendo inclusive comercializar excedentes de energia, com uma definição clara e estável dos ambientes cativo e livre, ou seja, todo consumidor acima de X MW deveria ser compulsoriamente livre;

6. Reduzir gradualmente a carga tributária e a simplificação do procedimento de arrecadação de tributos, considerando que atualmente os tributos e encargos representam 45% do preço final da energia, o que impacta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. A estrutura tributária não deve afetar as condições isonômicas de comercialização de energia elétrica; 😊

7. Unificar, gradualmente, os mercados de energia (existente e nova) e a isonomia das condições de competitividade entre fontes (hidrelétrica, termelétrica, biomassa, eólica, etc), de forma a evitar distorções de preços e estimular a eficiência na contratação de energia;

8. Realizar avaliação ambiental estratégica, com planejamentos regionais nas bacias hidrográficas, permitindo agilizar a concessão das licenças ambientais garantindo segurança ao empreendedor;

9. Recuperar e dar apoio às empresas do grupo Eletrobrás, com fortalecimento da identidade local de cada uma delas, como a CHESF, aumentando a eficiência e o incentivo à produtividade.

Proposta 44: Energia Barata

Situação: Atualmente os tributos e encargos representam aproximadamente metade do preço final da energia elétrica. Isso impacta diretamente todos os consumidores, onera tremendamente a produção industrial, com prejuízos para a criação de empregos no país e reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. A atual tarifa industrial é terceira mais cara do mundo, mesmo com a matriz energética brasileira sendo bastante barata.

Ao mesmo tempo, o Brasil deverá perder R\$ 9,6 bilhões até 2023 devido às benesses que o Governo Lula vem concedendo ao Paraguai na compra de energia de Itaipu. Recentemente, o Governo Lula negociou novo aumento de 15% no valor da energia comprada do Paraguai, que representará um custo adicional aproximado de R\$ 420 milhões/ano para os brasileiros.

O governo Lula ampliou as disputas em torno dos recursos financeiros que circulam no setor energético. Os encargos setoriais, associados à duplicação do PIS/COFINS, representam enorme ônus para o consumidor, com benefícios duvidosos, que parecem se perenizar.

Ações:

1. Reduzir a carga tributária dos impostos federais no setor de energia, barateando a conta do consumidor final; 😊
2. Reestruturar a incidência de encargos setoriais sobre o setor elétrico, reduzindo seu peso e eliminando a falta de transparência atual;
3. Assegurar a conclusão e interligação de sistemas isolados, reduzindo a necessidade de queima de óleo combustível e, conseqüentemente, poluindo menos e barateando a conta de todos os consumidores;

4. Rever a política perversa do atual governo de conceder benesses ao Paraguai na compra de energia de Itaipu à custa dos consumidores de energia elétrica, revertendo o valor equivalente para políticas públicas de universalização do acesso à energia elétrica. 😊

Proposta 45: Matriz Energética Limpa

Situação: O Brasil possui recursos energéticos naturais renováveis em abundância: hidroeletricidade, biocombustíveis, energia solar, energia eólica e resíduos agrícolas. O potencial dessas variadas fontes é enorme e deve ser desenvolvido para suprimento de energia limpa e renovável ao mercado, contribuindo decisivamente para alcançar as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Historicamente, o Brasil apresentou uma matriz energética bastante limpa, na ordem de 50% da produção total, graças especialmente à geração hidrelétrica e, mais recentemente, ao etanol.

O potencial hidrelétrico do País, infelizmente, deixou de ser mapeado e os projetos hidrelétricos empacaram, incluindo seu licenciamento ambiental. A energia suja advinda da queima de óleo que eleva as emissões de gás carbônico e piora o efeito estufa, tem sido o principal investimento do atual governo neste setor. Além de causar prejuízos ambientais, a energia suja é mais cara e trará aumento na conta dos consumidores.

Embora o governo tenha realiza último leilão para eólicas tenha acontecido com relativo sucesso, as termelétricas a óleo e a carvão representarão pelo menos metade da nova energia que entrará nos próximos três anos. A velha opção tácita pela geração de energia por fontes altamente poluidoras está sujando a matriz energética brasileira.

Ações:

1. Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do setor energético, incluindo estudos de inventário e viabilidade ambiental para novos aproveitamentos hidrelétricos;
2. Incentivar novas formas de energia renovável, como pequenas hidrelétricas, biomassa, eólica, solar, geotérmica e biocombustíveis; 😊
3. Elaborar o plano nacional de estímulo às fontes alternativas em toda a rede de cargas e transporte de passageiros; 😊
4. Realizar planejamento indicativo decenal da oferta de energia de fontes alternativas complementares e estimular sua utilização nos processos produtivos; 😊
6. Reduzir a carga tributária federal, e estimular que estados façam o mesmo com seus tributos, incidente sobre o investimento no setor elétrico, especialmente para as energias renováveis; 😊
7. Isentar da responsabilidade dos geradores de fontes alternativas complementares os custos de acesso às redes de distribuição e de transmissão;
8. Aprimorar os mecanismos de comercialização de energia de fontes alternativas no mercado livre e estabelecimento da regularidade na realização de leilões anuais nas modalidades Reserva, Fontes Alternativas, A-3 e A-5.

Proposta 46: Eficiência Energética

Situação: Na agenda da eficiência energética há um longo e profícuo caminho a percorrer. A experiência internacional mostra que a economia

advinda de programas de conservação de energia pode atingir 50%, baseados nos conhecimentos tecnológicos existentes. Com o ritmo de demanda em crescimento muito superior à evolução do PIB, especialmente pelo aumento do consumo energético das classes mais pobres, a eficiência será decisiva para a administração do ritmo de investimento em nova geração.

Ações:

1. Incentivar produtos energeticamente mais eficientes, em parceria com a indústria e os consumidores, oferecendo subsídios diretos para baratear os custos de produção; 😊
2. Expandir conhecimentos tecnológicos de eficiência energética e estimular linhas de financiamento para as empresas fazerem suas adequações; 😊
3. Articular com o setor da construção civil a agenda das habitações sustentáveis, energeticamente eficientes;
4. Aplicar em recursos financeiros em políticas de substituição de equipamentos elétricos como geladeiras, chuveiros e lâmpadas;
5. Promover a mudança na forma de tratamento das concessões de linhas de transmissão de forma a premiar a eficiência energética e prevenir problemas como os ocorridos no linhão de Itaipu;
6. Estabelecer incentivos ao sistema de distribuição para que o investimento em manutenção e recuperação das linhas de baixa tensão sejam adequadamente realizados e remunerados;
7. Aumentar a abertura do mercado do gás natural – estímulo à competição, comercialização e livre acesso à commodity, permitindo que as termelétricas possam comercializar com consumidores livres de gás o volume de gás contratado (*take-or-pay*) e não consumido. Atualmente,

somente a Petrobrás dispõe de um mercado secundário para o gás de suas termelétricas.

Proposta 47: Biocombustíveis

Situação: Os biocombustíveis, principalmente aqueles advindos do etanol, possuem um grande potencial de expansão, que contribui para a renovação da matriz energética brasileira.

O Programa Nacional do Álcool – Proálcool foi criado em 1975 como uma iniciativa governamental visando propor um combustível alternativo considerando os sucessivos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional, após a primeira crise mundial do petróleo, em 1973. O programa promoveu a expansão da oferta de matéria-prima, com especial ênfase no aumento da produção agrícola e no desenvolvimento tecnológico da indústria sucroalcooleira.

A adesão ao etanol como um combustível consolidado resultou no surgimento dos veículos Flex. Adaptando-se às tendências e oscilações do mercado de energia, desde 2003 as montadoras de automóveis no Brasil disponibilizaram uma grande frota de veículos com a tecnologia *flex-fuel*, que permite rodar com gasolina e etanol anidro ou etanol hidratado em quaisquer proporções entre os dois combustíveis. Esses veículos corresponderam à maioria dos veículos vendidos no Brasil desde 2005, garantindo uma menor emissão dos gases causadores de efeito estufa.

Ações:

1. Promover, com articulação junto aos estados, a redução da alíquota de ICMS de 25 para 12%, em nível nacional, para a comercialização de etanol;

2. Estimular a utilização de biocombustíveis nas áreas metropolitanas em toda a rede de cargas ou transporte de passageiros; 😊
3. Acelerar o Programa Nacional de Biodiesel, fomentando a utilização do óleo vegetal como combustível; 😊
4. Criar programa para levar a tecnologia do biocombustível para outros países, transformando-o em uma *commodity*, fomentando a exportação brasileira e beneficiando os países parceiros do Brasil.

Proposta 48: Exploração de Petróleo

Situação: Embora o país viva a expectativa de se tornar um grande exportador de petróleo, a realidade dos últimos anos não mostra grandes avanços. O ritmo de expansão da produção caiu dramaticamente em relação à última década e os leilões de blocos de exploração foram paralisados há três anos. Felizmente, existem ainda poços derivados do sistema de concessões em fase de início de atividades. Mas a demora na viabilização da produção do pré-sal poderá significar graves problemas para o país.

Apesar de já ter elogiado o pré-sal inúmeras vezes, o Governo do PT propôs mudar o marco legal de exploração do Petróleo simplesmente para fortalecer um discurso vazio e ideológico. O modelo proposto representa um voto de desconfiança na Petrobras, retarda a exploração do pré-sal e traz insegurança para o setor.

Ações:

1. Construir uma Política Nacional de Combustíveis que organize, no longo prazo, os investimentos estatais e privados, de forma a atender os interesses do mercado, dos consumidores e as estratégias do Estado;

2. Garantir a continuidade dos leilões promovidos pela ANP para exploração e produção de petróleo e gás, para evitar prejuízos à arrecadação futura e a postergação de importantes investimentos;
3. Promover a aplicação de investimentos no setor baseada na estruturação de política industrial, transparente e sem oneração do investidor, para geração de emprego e renda no país; 😊
4. Aproveitar a oportunidade para utilizar os grandes investimentos no setor de petróleo como instrumento indutor de políticas industriais para o fortalecimento da capacidade produtiva nacional;
5. Organizar a cadeia de fornecedores de forma competitiva e sustentável, sem deixá-la dependente de uma única empresa e tampouco exclusiva do setor de petróleo;
6. Reavaliar a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. à luz das reais necessidades do setor e dos interesses nacionais;
7. Fortalecer a atividade regulatória, em linha com a proposta de fortalecimento das agências reguladoras contida neste programa, estabelecendo a autonomia da ANP com foco na transparência e excelência técnica para garantir o exercício do poder regulatório;
8. Manter os royalties para os contratos já licitados e distribuir os royalties do pré-sal a todas as unidades federativas, mas com parcela diferenciada aos estados produtores, e estabelecimento de critérios rígidos de utilização e priorização dos recursos oriundos dessa arrecadação e também da Participação Especial;
9. Fortalecer o programa de formação de mão-de-obra qualificada em petróleo e só permitir a entrada nas concessões de empresas compromissadas em trazer tecnologia para o país e formar pessoas. No

caso da Noruega, as empresas que se comprometeram a criar tecnologia ganharam pontos nas concessões;

10. Articular a política de conteúdo local à política industrial para o setor com ênfase na agregação de valor ao longo da cadeia produtiva. 😊

Proposta 49: Fortalecer a Petrobras

Situação: A Petrobras vem sendo utilizada pelo Governo do PT para atender vieses ideológico-partidários por meio de acordos internacionais prejudiciais à empresa e do direcionamento de seus investimentos para agradar padrinhos políticos.

Ações:

1. Fortalecer a Petrobrás, com foco na internacionalização, meritocracia e transparência na gestão e fim das estratégias e políticas de governo estranhas à empresa; 😊
2. Promover a revisão imediata do Plano de Cargos e Salários da empresa através de uma gestão participativa e que priorize a meritocracia; 😊
3. Estabelecer uma política mais agressiva de valorização dos funcionários da Petrobras e participação nos resultados;
4. Combater com rigor o aparelhamento da empresa com indicações meramente políticas; 😊
5. Focar a empresa para seu negócio principal e mais importante para o país: a exploração e a produção de petróleo; 😊
6. Detalhar os planos de negócios das novas refinarias da Petrobras (Comperj, Renest, Maranhão e Ceará), com foco na colocação da produção desses derivados;

7. Fortalecer a atuação ambiental e de segurança do trabalho da Petrobras e criar uma Diretoria de Saúde, Meio Ambiente e Segurança; 😊

8. Aumentar a independência e transparência da Ouvidoria da Petrobrás.

Tema 8: ESPORTE

O Estado brasileiro vem buscando, nos últimos 20 anos, uma conceituação para definir o seu papel na organização e regulamentação do Esporte. Essas tentativas começaram com a convocação de dois grandes jogadores de futebol – primeiro Arthur Antunes Coimbra, o Zico, e depois Edson Arantes do Nascimento, Pelé, para ocupar o Ministério do Esporte. Como resultados dessas gestões surgiram as conhecidas Lei Zico e, posteriormente, Lei Pelé.

Nos últimos anos, o governo federal concentrou seu esforço no esporte de alto rendimento, negligenciando ações para expandir as práticas desportivas não-formais, vitais ao desenvolvimento social – o esporte de participação, destinado ao lazer da sociedade, e, em especial, o esporte educacional, que provê e estimula a formação integral do cidadão.

Proposta 50: Sistema Nacional de Esporte

Situação: O esporte nacional não está sendo encarado como prioridade no atual governo. Inexiste uma Política Nacional do Esporte, verificando-se apenas um atrelamento cômodo às ações já existentes das Confederações e entidades esportivas. O Governo poderia ter postura mais propositiva, em parceria com o mundo do esporte.

Para tornar o esporte uma importante política pública, deve-se trabalhar em pilares estratégicos como a massificação da atividade física, a iniciação esportiva e o esporte na escola, através de uma ação de Estado que redunde em metas e prioridades duradouras, preocupando-se com a atividade física para todos e o esporte na idade escolar, atendendo aos princípios da

Constituição Federal em seu artigo 217. O esporte tem que ser encarado como instrumento da formação educacional e da integração social do País.

Ações:

1. Criar um Sistema Nacional para iniciação Esportiva (integrando Esporte e Educação), aproveitando os programas de qualidade do Ministério da Educação e os programas dos municípios que já estejam estruturados, como ferramenta de gestão integrada e descentralizada de uma política única a nível nacional, estadual e municipal;
2. Criar a Agência Nacional do Esporte, atendendo a todas as manifestações esportivas, incluindo o alto rendimento, além de questões estruturantes como legislação e outras;
3. Incentivar e sistematizar a prática da iniciação esportiva dentro das instituições de ensino e fomentar esporte de alto rendimento nas escolas; 😊
4. Valorizar o profissional de educação física como agente indutor e executor maior da Política Nacional de Esportes; 😊
5. Contratar e qualificar mais profissionais para trabalhar nos equipamentos esportivos públicos com iniciação esportiva;
6. Desenvolver um banco de dados com todos os equipamentos públicos para a prática do esporte no país, incluindo principalmente escolas, e para a elaboração de indicadores oficiais e confiáveis relacionados com a cadeia produtiva do esporte;
7. Criar um sistema de apoio ao atleta em formação (Bolsa Atleta Formação); 😊
8. Fomentar a continuidade do estudo do atleta de alto rendimento (Bolsa Educação); 😊

9. Desenvolver novas formas de financiamento do esporte, principalmente na massificação da atividade física, na iniciação e formação esportiva;
10. Criar um modelo de incentivo às Universidades que apoiam o esporte;
😊
11. Apoiar o esporte universitário como forma de estímulo ao estudo entre atletas e como estímulo à detecção de talentos esportivos nessa faixa etária;
😊
12. Criar sistema de saúde especializado na saúde do atleta;
13. Instituir a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e desenvolver políticas e ações de prevenção e educação sobre dopagem, além de Implantar o Controle de Dopagem no Programa Bolsa Atleta;
14. Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento científico e à produção, documentação e divulgação de conhecimento;
15. Inserir de fato nos programas e projetos esportivos nacionais como atores os milhares de profissionais de educação física, hoje alijado das políticas públicas do desporto; 😊
16. Apoiar e criar meios de incentivo os Clubes particulares que investem na formação de atletas sem contrapartida;
17. Trabalhar a massificação do esporte e o esporte na escola como caminho melhor para no longo prazo aumentarmos o número ainda pífio de medalhistas olímpicos; 😊
18. Promover a implantação de infraestrutura esportiva nas escolas, em parceria com estados e municípios; 😊
19. Promover a Virada Esportiva em todo o país.

Proposta 51: Rede Olímpica Nacional

Situação: O estímulo e promoção do esporte de alto rendimento no país deixam a desejar. Há espaço conjunto para o esporte de massa e o de elite, aproveitando-se este daquele, com planejamento, normas e ações para a identificação de jovens talentos e a respectiva transição gradual para a formação do atleta de alto rendimento.

Ações:

1. Criar a Rede Olímpica Nacional, com centros de excelência regionalizados para a formação do atleta de alto rendimento. Esta Rede Olímpica deverá ser instituída nas cinco regiões brasileiras, envolvendo todas as estruturas de equipamentos esportivos nacionais e estimulará o aproveitamento da capilaridade de instalações proporcionada com o uso da infraestrutura de clubes, Sistema S e instalações militares entre outros; 😊
2. Implantar o Programa Fabrica de Talentos, visando identificar e treinar esportistas em todas as modalidades para participarem de competições de alto nível;
3. Apoiar integralmente a realização da Olimpíada de 2014 no Rio de Janeiro, sempre com a preocupação do ganho real de um legado social e econômico para o país; 😊
4. Ter a Olimpíada Rio 2016 como a missão de fazer do evento um divisor de águas na motivação de crianças e jovens para a prática rotineira da atividade esportiva e no interesse pelos esportes olímpicos, além do futebol; 😊
5. Inserir no currículo escolar a iniciação esportiva nas modalidades olímpicas que oferecem maior número de medalhas e o conhecimento das diferentes modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas; 😊

6. Implantar as Câmaras Técnicas (centros nacionais de formação de técnicos para iniciação esportiva e o alto rendimento);
7. Incentivar a aprovação do novo Sistema Nacional do Esporte na área do alto rendimento;
8. Apoiar decididamente o esporte paraolímpico no Brasil, tornando-o uma prioridade no Ministério da Pessoa com Deficiência;
9. Implantar o Plano de Acesso ao Alto Rendimento por ciclo olímpico, para cada modalidade.

Proposta 52: Copa do Mundo

Situação: As competições de alto nível oferecem excelente oportunidade de alavancar projetos e obras de amplitude regional, ao mesmo tempo em que exigem investimentos de infraestrutura capazes de viabilizá-las. O Brasil enfrenta diversas dificuldades para receber a Copa FIFA 2014, desde o atraso real na adequação das questões de mobilidade urbana (aeroportos, transporte público), qualidade de vida (saneamento básico), além das próprias obras das instalações esportivas (estádios). Estima-se um incremento considerável no turismo, sendo que estes visitantes não se concentrarão somente nas capitais dos jogos, sendo necessário preparar o país para o afluxo de tantos turistas.

As cidades sede dos eventos, porém, se encontram fragilizadas com a inoperância governamental. Todas as cidades sedes necessitam de investimentos para implantação ou finalização de obras de Metrô (ou VLT), alguns casos estas obras se arrastam por décadas, como é o caso de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador.

As cidades-sede da Copa 2014 são: 1-Belo Horizonte – Novo Mineirão (reforma); 2-Brasília – Estádio Mané Garrincha; 3-Cuiabá – Estádio Verdão; 4-Curitiba – Arena da Baixada; 5-Fortaleza – Estádio Castelão; 6-Manaus – Estádio Vivaldo Lima; 7-Natal – Estádio das Dunas (NOVO); 8-Porto Alegre – Estádio Beira Rio (reforma); 9-Recife – Cidade da Copa; 10-Rio de Janeiro – Maracanã (reforma); 11-Salvador - Arena (nova) da Fonte Nova; 12-São Paulo – estádio do Corinthians, a ser construído.

A CNI estima que o investimento para a Copa seja da ordem de R\$ 105 bilhões em infraestrutura, sendo R\$ 90 bilhões em mobilidade urbana, R\$ 9 bilhões em aeroportos e R\$ 6 bilhões na preparação dos estádios. A perspectiva é que sejam construídos aproximadamente 300 hotéis, gerando 86 mil leitos nas cidades-sede.

Ações:

1. Garantir o Pleno Desenvolvimento da Copa FIFA 2014, consolidando as melhorias urbanas e sociais deles decorrentes; 😊
2. Executar obras de melhoria e ampliação em todos os aeroportos das cidades sedes da Copa 2014, sobretudo aquelas relacionadas à ampliação das pistas de pouso e decolagem (para aviões de grande porte) e aos terminais de passageiros; 😊
3. Construir novos modais de carga nos aeroportos de Curitiba, Cuiabá, Manaus e Recife;
4. Executar obras de saneamento básico nas Regiões Metropolitanas, em especial no Rio de Janeiro, Manaus, Recife, Salvador, Fortaleza e São Paulo; 😊
5. Promover a ampliação e adequação do parque Hoteleiro nas cidades sede da Copa 2014, insuficiente para o atendimento do número de turistas esperado para os jogos;

6. Criar um sistema de informações e orientações ao turista, multilíngue, e disseminar a sua implantação nos serviços públicos e privados, nacionalmente, com foco inicial na Copa 2014;
7. Desenvolver um programa de capacitação dos jovens para recepção de turistas na Copa 2014 e estimular a capacitação da mão-de-obra, em especial de idiomas; 😊
8. Executar medidas urgentes de Segurança Pública capazes de garantir a tranquilidade e a paz durante os jogos, com permanência duradoura após o fim dos mesmos, sobretudo no Rio de Janeiro, Recife, Natal, São Paulo e Salvador. 😊

Tema 9: GESTÃO PÚBLICA e SISTEMA POLÍTICO

A responsabilidade na gestão pública exige uma nova postura em relação aos gastos correntes do governo, pois o País não suporta novos aumentos da carga tributária. Os governos, como as famílias, também precisam seguir pelo princípio de fazer mais com os mesmos recursos. Isto implica investir na modernização da gestão.

Serviços públicos de qualidade dependem de servidores bem treinados e com seu desempenho permanente avaliado. A avaliação objetiva é fundamental, tanto para premiar a competência e eficiência quanto, no limite, afastar funcionários comprovadamente ineptos.

Numa vasta federação, como é o Brasil, serviços de qualidade dependem também da adequada descentralização dos recursos e atribuições, incluindo mecanismos de controle que evitem desvios e desperdícios sem burocratizar excessivamente a execução das despesas. Isto é necessário para melhorar a gestão compartilhada dos três níveis de governo, em áreas como educação, saúde e segurança pública.

O Estado tem o dever de informar a sociedade, e o Brasil é um dos poucos países do mundo que garante, na sua Constituição, o acesso à informação governamental, bem como estabelece o dever da publicidade por parte da administração pública. Da mesma forma, obriga o agente público a prestar contas sobre seus atos. Mas os fluxos de informação nem sempre correm conforme deveriam, subtraindo transparência das ações públicas.

A descentralização, a municipalização e a participação popular, resultantes do reordenamento das instâncias de poder, alteraram substancialmente os costumes políticos, seja nas atitudes, mentalidades ou modos de

organização. A participação popular e as parcerias com a sociedade civil tornaram o poder, hoje, partilhado e ampliado.

A política influencia a economia, modifica as expectativas da sociedade, interfere na moral do povo. Não pode, portanto, ser relegada a uma variável menor no processo de desenvolvimento do país.

Proposta 53: Plena Responsabilidade Fiscal

Situação: O Brasil foi a primeira economia emergente a adotar uma lei sobre a responsabilidade fiscal. Ela define princípios, exige metas, fixa regras e limites para o gasto público, estabelece penalidades aos gestores, dando absoluta transparência às contas públicas. Mas, por desleixo do governo federal, ainda não se encontra totalmente implantada.

Foi possível aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil, no Governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo com a oposição danosa do PT. Este foi um avanço sem precedentes na história do país e que gera efeitos positivos até hoje.

Nada se fez, entretanto, nos anos de PT, em favor da qualidade do gasto público. Pelo contrário, os petistas incharam a máquina com seus companheiros desrespeitando o dinheiro público e impedindo o avanço do investimento. A sustentabilidade do crescimento econômico exige que os investimentos cresçam mais rapidamente do que o produto como um todo. O aumento de investimentos público e privado depende de uma política fiscal consistente. Em resumo, o atual governo gasta muito e gasta de forma errada. Privilegia os gastos supérfluos de custeio em prejuízo dos investimentos, verdadeiro motor de um crescimento econômico sustentado.

Ação:

1. Completar, por ato do Executivo, a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal, instalando o Conselho de Gestão Fiscal e definindo os limites para o endividamento da União;
2. Garantir a austeridade fiscal, que significa fazer mais e melhor com a mesma quantidade de recursos. O controle de despesas correntes supérfluas é fundamental para abrir espaços para investimento; 😊
3. Buscar uma trajetória de crescimento em que a arrecadação do governo cresça a uma taxa menor do que o PIB. Além disso, é desejável que as despesas cresçam de forma compatível com as receitas;
4. Aumentar a transparência e zelar pela prestação de contas à sociedade.
😊

Proposta 54: Serviço Público de Qualidade

Situação: Uma crise de legitimidade ronda o Estado devido ao loteamento de cargos de caráter político-partidário e ao aparelhamento das instituições públicas. A sociedade passa a ver o Estado não como um meio para melhorar as suas condições de vida e, sim, como um instrumento à disposição de interesses particulares ou partidários. A população deve enxergar no Estado uma máquina que ofereça atenção ao contribuinte, responsável pela prestação de serviços de qualidade, com profissionais capacitados.

Ações:

1. Aprimorar a profissionalização do serviço público, garantindo salários adequados e estabelecendo o mérito para acesso aos cargos públicos e para evolução na carreira funcional; 😊
2. Promover a gestão pública por resultados tendo como foco a valorização do servidor e viabilizando as condições para sua evolução profissional; 😊
3. Valorizar o funcionários de carreira na seleção de cargos de chefia, combatendo o clientelismo e o aparelhamento político-partidário;
4. Fortalecimento do sistema de capacitação dos servidores, centrado na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como seu agente coordenador;
5. Realizar parcerias com o terceiro setor para melhor atender à população; 😊
6. Ampliar o controle social através de maior transparência da gestão pública; 😊
7. Combater tenazmente a corrupção, fortalecendo os órgãos controladores da União; 😊
8. Reestudar a disposição dos cargos em comissão e propor sua redução, enfatizando a ocupação das funções de gerência por pessoal das carreiras permanentes; 😊
9. Fortalecer o serviço público por meio da realização de concursos para todas as carreiras de nível superior e médio, com ênfase para a adequação dos concursos para nível médio aos candidatos desse nível de escolaridade;
10. Regulamentar os concursos públicos para garantir isonomia e transparência;

11. Reestruturação das carreiras, cuidando para que as instituições não sejam afetadas pela carência de mecanismos de reenquadramento funcional para seus antigos servidores; 😊

12. Oferecer ao servidor benefícios semelhantes aos oferecidos no mercado privado, como data anual fixa de reajuste, planos de saúde e condições de capacitação em instituições de ensino renomadas; 😊

13. Garantir as condições de aposentadoria e pensão condizentes com as responsabilidades de cada servidor no exercício de sua ação como agente público.

Proposta 55: Governo Eletrônico Total

Situação: Avançou pouco o governo eletrônico – e-gov – no Brasil. Há descoordenação e pulverização das iniciativas nesta área. No ranking de governo eletrônico das Nações Unidas, o País caiu da 45ª posição mundial em 2008, para a 61ª em 2010. Utilizar novas tecnologias de informação e comunicação via web muda a forma como o Estado atua e se relaciona com a sociedade. Quanto mais transparente e passível de ser fiscalizado eletronicamente, mais imunes se tornam os governos frente à corrupção.

Além disso, ações de e-gov são o motor para a inclusão digital do cidadão e da sociedade. Conteúdos de educação (e-learning), saúde (e-health), entre outros, são fundamentais para a modernização do Estado e para a indução da inclusão digital.

O atendimento ao cidadão para uma consulta médica, por exemplo, pode ficar muito mais rápido. Da mesma forma, aumenta a capacidade gerencial de controle de qualidade dos serviços para a população.

Um Governo Eletrônico Total é um Estado mais moderno, eficiente, barato, ágil e menos burocrático, com a vantagem da transparência já citada.

Ações:

1. Implementar medidas para melhorar o acesso às informações governamentais e tornar os organismos públicos mais eficientes e interativos; 😊
2. Implantar o Popoupatempo: unidades de serviços que permitem o acesso desburocratizado aos órgãos públicos e a rápida emissão de documentos, como carteira de identidade e carteira de trabalho;
3. Instituir um Sistema Nacional Colaborativo, via internet, para acolher permanentemente propostas sobre o governo, feitas pelo cidadão e direcionadas ao Poder Executivo; 😊
4. Criar uma coordenação que priorize e oriente as ações de governo na direção de tornar prioritárias as iniciativas de e-gov, e-learning, e-health, de forma a tornar o Estado brasileiro menos burocrático, ágil e moderno, e como ferramenta indutora da inclusão digital do cidadão. 😊

Proposta 56: Autonomia das Agências Reguladoras

Situação: As Agências Reguladoras são autarquias especiais com a finalidade de regular e fiscalizar a atividade do setor correlato. São os casos, por exemplo, da ANATEL, ANEL, ANP, ANS, ANVISA, ANA ANAC e ANTAQ. No atual governo, o Brasil assistiu ao quase desmantelamento dessas instituições, tamanho o aparelhamento político imposto a elas, com desprezo do conhecimento específico e da capacidade de gestão dos indicados para o cargo de dirigentes.

Estudo da ABIB mostra dois exemplos do total descaso do governo com as agências. O primeiro é o contingenciamento ao redor de 85% dos recursos desses órgãos, em 2009. O segundo é a recorrente vacância em suas diretorias - os 28 cargos de diretoria de sete agências ficaram em média 50 dias vagos por ano no período 2003-2009.

Ações:

1. Retomar a discussão e dar prioridade ao projeto de lei das agências reguladoras em tramitação no Congresso desde 2004;
2. Aperfeiçoar o processo de indicação para as diretorias das Agências, exigindo-se currículo pertinente;
3. Capacitar e profissionalizar o corpo funcional das Agências Reguladoras;
4. Prover os recursos adequados para as agências para que tenham autonomia financeira e recursos técnicos suficientes para cumprir a sua missão; 😊
5. Incluir na Lei das agências reguladoras um dispositivo que garanta a recomposição dos cargos de diretoria tão logo o mandato termine;
6. Estabelecer mecanismo de desburocratização dos procedimentos regulatórios com metas objetivas de redução de prazos para deliberação de forma a eliminar a morosidade do processo de decisão.

Proposta 57: Programa Nacional de Descentralização

Situação: O Sistema Único de Saúde (SUS), embora com dificuldades a serem vencidas, comprova que faz bem acreditar na descentralização e na capacidade de atuação dos municípios. No ensino fundamental, desde que o

Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) se instituiu, aprimoraram-se as condições de aprendizado escolar. Não se trata, apenas, de transferir recursos aos municípios, mas de fortalecer a capacidade de tomada de decisões na esfera local, aproximando a população na gestão pública. O país precisa superar sua tradição centralizada e burocrática, contando com os municípios, que devem estar estruturados técnica e financeiramente e com a participação da sociedade civil, no controle social.

Ações:

1. Aperfeiçoar os mecanismos de apoio financeiro aos municípios, especialmente aos pequenos, de modo a compensar as eventuais perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos períodos de menor arrecadação tributária; 😊
2. Facilitar linhas de crédito aos Estados e municípios para investimentos públicos na modernização da gestão; 😊
3. Fomentar parcerias com organizações da sociedade civil, ampliando sua atuação nas políticas públicas. 😊

Proposta 58: Voto Distrital nas Capitais

Situação: É necessário aproximar o cidadão de seu representante político. As eleições proporcionais, porém, enfraquecem os partidos e não criam vínculos de responsabilidade entre representantes e representados.

Hoje, várias regiões de uma cidade, ou mesmo de um estado, não são devidamente representadas, porque os candidatos locais, que conhecem o eleitorado e trabalham pela região, não conseguem atingi-las. Isso ocorre porque candidatos de fora da região, com mais dinheiro para a campanha

ou com uma estratégia de comunicação mais agressiva, vêm pescar seus votos.

O voto distrital pode melhorar isso. Tal modificação no sistema eleitoral, todavia, não esgota as possibilidades da reforma política necessária para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Mas será um bom começo.

Ação:

1. Promover, e articular no Congresso nacional, a aprovação do voto distrital para a eleição dos Vereadores nos municípios com população acima de 200 mil eleitores, para 2012; ☺
2. Reduzir o custo das campanhas e aproximar cidadãos e seus representantes;
3. Criar regras para os programas de TV no horário eleitoral que representem redução nos custos de produção e menos artifícios para “vender” candidatos. ☺

Proposta 59: Gestão da Previdência Social

Situação: Após várias rodadas de reformas, tanto no Governo Lula quanto no Governo FHC, a Previdência já não frequenta de maneira tão assídua o debate nacional. O recente reajuste, acima da inflação, para as aposentadorias mostrou uma possibilidade favorável a novos benefícios, em contraposição aos dilemas restritivos anteriores.

O desempenho financeiro da Previdência esteve razoável, dado o comportável favorável das receitas impulsionadas pelo crescimento do emprego e por uma tendência de formalização de postos de trabalho. As despesas do INSS, de R\$ 225 bilhões, representaram 7,2% do PIB.

Somadas com as despesas previdenciárias dos regimes próprios, as despesas previdenciárias do País somaram R\$ 358 bilhões, ou 11,4% do PIB – percentual muito alto e similar ao de países europeus com populações bem mais idosas. Já as receitas, somadas as contribuições do INSS com as do setor público, atingiram R\$ 208 bilhões, gerando uma necessidade de financiamento de R\$ 151 bilhões.

Os números incluem o balanço da previdência rural. Os trabalhadores rurais contribuem com valor bem abaixo as despesas – receitas de R\$ 4,6 bilhões e despesas de R\$ 44,9 bilhões (2009). A diferença, de R\$ 40,3 bilhões, é a grande responsável pelo “déficit” do INSS, de R\$ 43 bilhões em 2009. O quadro geral da Previdência Social parece indicar que a realidade da economia, com geração de empregos, é que ditará sua evolução.

Nesse quadro, os ajustes a promover têm caráter infraconstitucional e cobrem a máquina arrecadadora e a administração dos benefícios do ponto de vista de sua gestão. É fundamental que o beneficiário seja mais bem atendido, a começar do tempo de concessão do benefício.

O governo Lula até hoje descumpra a determinação constitucional (artigo 40), fixada em 2003, que é de sua própria autoria, para que seja criado um órgão gestor único do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) em cada ente federativo, e continua fazendo a gestão do RPPS de forma descentralizada. O projeto de lei que trata da criação da Fundação responsável por administrar a previdência complementar do servidor da União (Funpresp) encontra-se no Legislativo e necessita de novos cálculos, inúmeros ajustes em suas regras e muitas negociações para ser aprovado.

Esse quadro é altamente complexo para os servidores ingressantes depois da aprovação da Emenda Constitucional de 2003. Embora não haja fundo

complementar eles podem ser atingidos pelo limite dos benefícios do Regime Geral de Previdência.

Ações:

1. Promover o reajuste de 10% para aposentados e pensionistas do INSS;
2. Implantar a unidade gestora única do RPPS no governo federal, aperfeiçoando sua administração e facilitando o combate às fraudes e pagamentos indevidos; 😊
3. Instituir um cadastro previdenciário único no RPPS;
4. Acelerar a criação da previdência complementar de todos os segmentos do funcionalismo público federal, estimulando Estados e Municípios para que assim procedam em benefício de seus servidores;
5. Estudar incluir a contribuição de aposentados que retornam ao serviço ativo, agregando tal contribuição ao cálculo do valor de sua aposentadoria, na proporção dos recolhimentos efetuados;
6. Promover ajustes na gestão do INSS, de modo a viabilizar um melhor controle das aposentadorias e pensões e de outros benefícios e auxílios;
7. Melhoria no atendimento ao segurado, notadamente na forma de requisição e no tempo de concessão dos benefícios. 😊

Tema 10: HABITAÇÃO

O déficit e a inadequação habitacional no Brasil são representados por números escandalosos. A necessidade de novas moradias em 2008 era de aproximadamente 5,6 milhões de domicílios, sendo mais de 80% deles em áreas urbanas.

Perto de 43% dos domicílios urbanos do País apresentam problemas de edificação têm situação fundiária irregular e não contam com saneamento adequado ou acesso a serviços e equipamentos públicos. A região Nordeste é a mais atingida, com mais de 40% das carências.

Outra questão dramática diz respeito ao aumento do número de favelas, loteamentos irregulares e habitações em áreas de risco. Mais da metade dos municípios brasileiros declaram ter favelas. Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, esse índice chega a 97,3%.

O governo federal propôs construir 1 milhão de casas até o fim do mandato, das quais somente 400 mil destinadas à população na faixa de 0-3 salários mínimos. Até julho de 2010 apenas 565 casas haviam sido entregues para a população com faixa de renda de 0-3 salários mínimos (0,14% da meta estabelecida). Do total de 1 milhão de casas prometidas, somente 26,4% foram entregues, e com qualidade duvidosa.

Ao formatar o seu programa habitacional o governo federal se preocupou apenas com os grandes anúncios e com o marketing. Faltou planejar e coordenar as ações de União, Estados e Municípios, que não podem ir a reboque na urbanização de suas cidades. Devem ser envolvidos diretamente no planejamento, e engajados na solução dos seus problemas de moradia.

Proposta 60: Crédito Habitacional Perene

Situação: Além de faltar planejamento, falta fonte estável de recursos para zerar o déficit habitacional. A ampliação da oferta de habitação digna está à mercê das decisões políticas do governo em alocar recursos para o setor. Com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social a partir de 2005, esperava-se que ocorresse um constante fluxo de recursos (financiamentos e subsídios) para habitação, por meio do aparato institucional criado (transmissão de recursos fundo a fundo entre a União, estados e municípios). No entanto, com o lançamento do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e do PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida (2009) o Governo Federal optou por uma via institucional alternativa para fomentar diretamente o setor de habitação.

Apesar da proposta de destinação de recursos, continua sem solução uma política de estabilidade de fontes e de perenização de recursos, e um planejamento de longo prazo coordenado pelo Ministério das Cidades, a quem cabe o planejamento e articulação dos recursos da política habitacional. A experiência do PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida demonstra ser imprescindível a atuação da iniciativa privada à solução da questão habitacional, mediante a produção e oferta de habitações.

As necessidades habitacionais concentram-se nas faixas mais baixas de renda da população. A análise por renda mostra que 82% do déficit está concentrado na faixa da população que ganha até três salários mínimos e em 7% da população que recebe de três a cinco salários mínimos.

Ações:

1. Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 285/08, no que diz respeito à vinculação de 2% das receitas da União para o combate do déficit habitacional;
2. Aumentar efetivamente o volume de recursos orçamentários destinados à prática de subsídio para a área habitacional de interesse social, em consonância com o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) e os Planos Estaduais e Municipais;
3. Ampliar atendimento às famílias de 0-3 salários mínimos; 😊
4. Desenvolver ações para atendimento a segmentos específicos de demanda como a população que habita áreas rurais, idosos, povos indígenas, quilombolas, entre outros; 😊
5. Desburocratizar o processo de acesso e aprovação de financiamentos para casa própria; 😊
6. Aplicar subsídios para a concessão de crédito habitacional nas áreas rurais, visando promover maior fixação da população em moradias de qualidade; 😊
7. Instituir condições regulatórias adequadas ao desenvolvimento do seguro de crédito imobiliário para as famílias com menor capacidade de pagamento, garantindo sua sustentabilidade no longo prazo; 😊
8. Regionalizar e atualizar periodicamente os valores de referência dos custos de produção dentro dos programas ou linhas de financiamento;
9. Estimular a participação de fundos de pensão na aplicação de recursos no mercado imobiliário, gerando maiores investimentos e liquidez no setor.

Proposta 61: Habitação Digna

Situação: O Programa Minha Casa, Minha Vida apresenta gargalos após um ano de sua criação e não está atingindo os resultados esperados, a exemplo do que vem acontecendo com o chamado PAC. É preciso resolver esses gargalos para que os resultados possam ser atingidos, buscando uma meta de reduzir em um terço o déficit habitacional nos próximos quatro anos.

Os principais problemas do programa são:

- Falta de apoio aos municípios para cadastrar e selecionar beneficiários.
- Custo da terra: em grandes centros urbanos o custo da terra começa a inviabilizar o programa. Por exemplo, das 10.958 unidades contratadas na Bahia até o segundo semestre de 2010, somente 1096 são em Salvador e somente 200 unidades são para famílias com renda entre 0-3 salários mínimos.
- Falta de infraestrutura básica: o programa tem funcionado somente para a população mais rica, que tem condições de pagar por imóveis situados em locais com infraestrutura básica. A falta de apoio do governo federal a estados e municípios na construção de infraestrutura básica para as habitações destinadas à população de faixa de renda de 0-3 salários mínimos, impede que essa população tenha acesso à moradia digna.
- Licenciamento ambiental e obtenção de licenças de construção: o Governo do PT condicionou a concessão de licenciamento ambiental à aprovação de sindicatos. Além disso, o Governo Federal é incapaz de apoiar Estados e Municípios na desburocratização da liberação de licenças par empreendimentos habitacionais.

Ações:

1. Desenvolver um programa de capacitação e apoio aos municípios para cadastrar beneficiários, elaborar planos diretores e planejamento urbano, orientando e qualificando-os tecnicamente para facilitar o acesso aos recursos e à execução da política nacional de habitação; 😊
2. Coordenar e projetar a instalação de infraestrutura básica em conjunto com estados e municípios, capaz de atender a expansão da oferta de habitações; 😊
3. Desonerar e desburocratizar a aquisição da terra, isentando custos de registros;
4. Fomentar a regularização fundiária, visando assessorar, orientar e fornecer apoio técnico e financeiro aos municípios; 😊
5. Desburocratizar, agilizar e simplificar os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos nas ações de regularização; 😊
6. Simplificar procedimentos de registro e fomentar a redução das taxas e emolumentos cartoriais necessários ao registro dos imóveis regularizados; 😊
7. Atuar no fortalecimento da estrutura institucional existente (Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal) com uma ação mais coordenada com os demais Ministérios, Secretarias, Agências e Autarquias promovendo a coordenação dos investimentos habitacionais; 😊
8. Criar tetos diferenciados – Tetos regionais - de reembolso de unidades para a faixa de 0-3 salários mínimos, permitindo maximizar recursos em regiões onde as habitações são mais baratas e financiar mais unidades em regiões onde o custo da terra é mais alto;

9. Subsidiar a reforma de imóveis antigos localizados nos centros das grandes metrópoles (*retrofit*), apoiando municípios a reverem suas normas para permitir esse tipo de iniciativa;

10. Implantar o Fundo Garantidor Habitacional - FGH, nos moldes do FGH proposto pelo Estado de São Paulo (Lei 12.801/08 e Dec. 53.823/08), com participação direta nas operações como garantidor e avalista parcial, criando assim condições para que o setor privado possa aumentar a sua participação no investimento habitacional para as faixas de menor renda;

11. Adotar, gradualmente, o Desenho Universal na habitação de interesse social, criando ambientes que possam ser utilizados por todas as pessoas, incluindo desde o acesso para cadeirantes até a sinalização para deficientes visuais, garantindo os investimentos que visem melhorar a qualidade de vida;

12. Atuar no apoio à utilização de inovações tecnológicas, nos campos do processo construtivo, de materiais e de soluções hidrossanitárias, da eficiência energética e racionalização do uso da água; ☺

13. Adotar princípios de construção sustentável, tais como aquecimento solar, individualização de água e estímulo ao reuso, estímulo ao uso de materiais e componentes com análise de ciclo de vida dos produtos, desenvolvimento de processos construtivos de baixo impacto ambiental, estímulo as práticas de reciclagem e aproveitamento de resíduos. ☺

Proposta 62: Urbanização de Favelas

Situação: A população favelada aumentou 42% em 15 anos (1992/2007), de acordo com os dados do PNAD de 2007 e 54,6 milhões de pessoas nas cidades (34,5% da população urbana) vivem em situação inadequada -

parede não durável, teto não durável, banheiro coletivo, irregularidade fundiária, adensamento, água e esgoto inadequados, comprometimento da renda com aluguel. Além disso, ocorreu o aumento do comprometimento da renda domiciliar com aluguel em patamares acima de 30%. A falta de saneamento básico atinge mais de 30 milhões de pessoas.

Ações:

1. Investir e promover a urbanização de favelas e comunidades, em parceria com estados e municípios, para o oferecimento da infraestrutura básica, associada aos projetos sociais e educacionais, sempre vinculados à regularização da propriedade; 😊
2. Criar linha de crédito exclusiva para estados e municípios com a criação de Programas de Lotes Urbanizados, em parceria com a iniciativa privada, como elemento regulador do mercado imobiliário;
3. Apoiar, estimular e financiar a constituição de estruturas municipais para fiscalização e controle das áreas mais vulneráveis a novas invasões. 😊

Tema 11: INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO

A infraestrutura é o principal gargalo ao crescimento brasileiro. O problema não está centrado apenas nos baixos níveis de investimento, mas também, e, sobretudo, na má qualidade desses investimentos. A eficácia dos grandes projetos depende de bom planejamento e coordenação. Não adianta fazer uma listagem de projetos e atribuir um rótulo para efeito de propaganda, como faz o PAC. É preciso tirar os projetos do papel de forma planejada.

Existe no País uma total falta de coordenação em logística, penalizando o desenvolvimento sustentável. A lei de criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) de junho de 2001, criou também o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT). Porém, somente no final de 2009 o CONIT fez sua primeira reunião. O órgão responsável por coordenar a integração dos diversos modais de transporte ficou inativo por mais de oito anos.

O Brasil é o penúltimo País no *ranking* logístico do Banco Mundial; o 41º entre os 155 países avaliados, em termos de “*performance logística*”, e na faixa dos 50º em termos de “*custos logísticos*”.

Custa mais caro transportar uma tonelada de soja do Mato Grosso ao porto de Paranaguá do que levar a mesma soja do porto brasileiro até a China. Os custos de transporte embutidos no preço da soja brasileira são de 50 a 75% superiores aos dos EUA. A consequência é menos dinheiro no bolso do produtor rural, menos investimento e menos riqueza no interior do Brasil. E, sobretudo, menos empregos para a população.

Tal quadro não se restringe à soja. Em maior ou menor grau, ele é generalizável para os diversos produtos do agronegócio, para a produção industrial e para o abastecimento urbano. E, também, para as diversas regiões do País.

Por outro lado, além dos impactos sobre nossa competitividade produtiva, que compromete a inserção do Brasil no mercado internacional, os gargalos logísticos também influenciam, negativamente, opções de localização de empreendimentos e ocupação do território, apropriação e distribuição de renda e nível de crescimento econômico; além de agravar os impactos ambientais.

Entre as diversas causas para tanto, duas se destacam:

- i) A matriz de transportes, com forte ênfase rodoviária (cerca de 60%), contrastando com os demais países de grandes extensões territoriais; e
- ii) As más condições da infraestrutura de transportes e armazenagem, com destaque para a malha viária – da qual menos de 1/3 é considerada “ótimo + bom”.

Disso resulta que, comparativamente com os USA (*benchmark* internacional do setor), segundo o ILOS, o índice de acidentes no transporte de cargas no Brasil é 3,3 vezes superior, a produtividade da mão de obra cerca de cinco vezes menor, a eficiência energética 30% inferior e o índice de emissão de poluentes atmosféricos quase três vezes maior.

O reequilíbrio da matriz de transportes, com o aumento da participação relativa do transporte dutoviário, ferroviário, hidroviário e da cabotagem, que hoje representam apenas cerca de 1/3 dela é, assim, uma necessidade. Uma necessidade tanto logística como ambiental. Dito de outra forma: Uma logística eficiente ajuda a bem organizar o desenvolvimento regional.

Essa diretriz precisa ir além da declaração de intenções, dos discursos, das promessas e de planos meramente mercadológicos. Ela precisa chegar, efetivamente, às definições estratégicas, aos processos de planejamento setorial e regional, e à elaboração de projetos concretos. Precisa, também, de um verdadeiro choque de gestão visando elevar os baixos índices de execução orçamentária (do PAC, p.ex) e de cumprimento de metas e cronogramas dos projetos.

Nas propostas regionais do Programa de Governo de José Serra estão detalhadas as principais obras de infraestrutura, especialmente do setor de transportes, cuja execução e conclusão devem ser imediatas.

Proposta 63: Ministério de Logística

Situação: A eliminação de gargalos logísticos é instrumento necessário e decisivo para que o Brasil alavanque um novo ciclo de desenvolvimento; um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável. Para tanto, um programa abrangente, integrado e consistente será estabelecido, diligentemente implementado e permanentemente avaliado.

Pelas características da atividade e do setor, o ativismo do Estado, neste caso, de natureza indutora, significa o estabelecimento de um ambiente e condições básicas para atrair a participação do setor privado e para uma construtiva atuação dele com o setor público. Isso envolve o estabelecimento de prioridades, a concepção e/ou seleção de projetos, a articulação institucional e com a sociedade, a articulação de autorizações e de licenciamentos ambientais, a viabilização e/ou garantia de instrumentos de financiamento, o estabelecimento de normas tributárias que estimulem os objetivos e metas estabelecidos, a coordenação de ações dos diversos

atores, com monitoramento dos cronogramas das distintas ações envolvidas, e uma regulação voltada para resultados.

Ações:

1. Criar o Ministério de Logística, a partir das atuais estruturas da Secretaria dos Portos e do Ministério dos Transportes, com funções:

- executivas quanto à infraestrutura e outorga dos serviços, e
- articuladora em relação às atribuições e planos dos diversos entes federativos e internacionais, aos diversos modos de transporte, à infraestrutura (tecnologia da informação), à formação e desenvolvimento de recursos humanos, à segurança patrimonial e humana, às atividades aduaneira e sanitária e à política tributária, que tenha impacto direto sobre a logística.

2. Fomentar ações integradas, em parceria com estados e municípios, visando a implantação da infraestrutura viária; segurança; recursos humanos; política tributária; aduana; infraestrutura com tecnologia da informação e qualidade ambiental e social;

3. Utilizar a política tributária como instrumento indutor da intermodalidade, inclusive do uso de plataformas logísticas;

4. Aprimorar a infraestrutura e os procedimentos existentes, visando dar agilidade e eficiência aos procedimentos, reestruturando e implementando projetos logísticos estratégicos; 😊

5. Desenvolver ações visando o monitoramento da mudança da matriz de transporte; do nível de emissões do setor, do desempenho logístico e avaliação dos projetos de infraestrutura e análise dos benefícios indiretos;

6. Focar e uniformizar a atuação das agências reguladoras do setor na relação poder concedente, outorgado e usuário, profissionalizá-las e fortalecê-las;

7. Promover a unificação das guias de transporte, instituindo uma guia única para uso dos meios de transportes de carga, com revisão do arcabouço jurídico e os procedimentos existentes;
8. Implantar um indicador de desempenho logístico - "*Índice Logístico Nacional - ILB*", coordenado com aquele do Banco Mundial, e na linha dos índices de inflação, do PIB e do IDH, devendo ser segmentável por região e por cadeia produtiva;
9. Desenvolver programa de concessões e parcerias público-privadas federais; 😊
10. Investir no setor hidroviário, visando a melhoria da infraestrutura atual, direcionados a obras portuárias e de acesso, e a equipagem; 😊
11. Fomentar e instituir políticas para expansão da rede de dutovias visando a implantação de oleodutos e gasodutos. 😊

Proposta 64: Modernização dos Portos

Situação: As carências na área portuária levam, segundo estudos da Fundação Dom Cabral, o Brasil a ocupar a 123ª posição entre 134 países no ranking de qualidade dos portos. A burocracia dos despachos aduaneiros continua infernal. Somente em maio de 2010 a Secretaria Especial de Portos decidiu criar um programa para melhorar o desempenho na entrada e saída dos navios. Apesar da imensa carência na área de portos, o Mapeamento IPEA de Obras Portuárias de 2009 aponta que das 265 obras identificadas como indispensáveis para acabar com os gargalos no setor, somente 51 estão previstas no PAC.

A maior demanda identificada no estudo do IPEA, em número de obras e também em valor orçado, refere-se à necessidade de construção e

manutenção de áreas, retro áreas, berços, pátios, píeres, molhes e cais dos portos. Dentre estes, o maior valor orçado refere-se às deficiências relativas a pátios e terminais, que, por si só, totalizam R\$ 7,35 bilhões em investimentos necessários.

A burocracia ainda coloca o Brasil na 61ª pior posição no ranking do Banco Mundial de tempo para liberação da entrada e saída de navios nos portos, com 5,8 dias, enquanto na China o tempo é de 0,4 dias, na Alemanha 0,7 dias e nos Estados Unidos 1,1 dias. Hoje, no Porto de Santos, os órgãos brasileiros exigem 935 informações em 116 formulários a ser entregues, para um navio atracar em um porto no país. Finalmente, as alfândegas e as inspeções sanitárias só em casos especiais funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ações:

1. Retomar as reformas portuárias impulsionadas pela "*Lei dos Portos*" a partir de 1993. Nesse sentido:

- Descentralizar o processo decisório e fortalecer as respectivas Autoridades Portuárias e Conselhos de Autoridade Portuária.
- Harmonizar, nacional e localmente, a atuação dos diversos ministérios e das diversas autoridades com atribuições institucionais sobre os portos; prioritariamente no tocante ao fluxo documental e às normas;
- Estabelecer um ambiente transparente e previsível para a retomada dos investimentos da iniciativa privada no sistema portuário brasileiro;
- Estimular a concorrência interportuária e, onde cabível, também a intraportuária; sempre em bases isonômicas;

2. Além de um plano nacional com as macro-diretrizes, estabelecer, para cada porto, um Plano Diretor abrangendo todas as funções portuárias, nelas incluindo aquelas da relação porto-cidade e, particularmente os acessos - priorizando as ferrovias, dutovias e hidrovias;
3. Modernizar e desburocratizar os portos, reduzindo os gargalos físicos, operacionais e institucionais; 😊
4. Reduzir os trâmites de desembaraço de portos, criando instrumentos para a atuação harmônica; 😊
5. Recuperar a aplicabilidade dos princípios da Lei 8.630/93 (Lei de Modernização Portuária) em especial quanto a descentralização da administração portuária;
6. Despolitizar e atuar no fortalecimento da capacidade de gestão das Companhias Docas;
7. Fortalecer o financiamento de projetos de dragagem dos canais portuários, de modo a torná-los efetivos; 😊
8. Criar instrumentos legais que garantam a profissionalização e meritocracia para os dirigentes das empresas e rever as relações trabalhistas;
9. Implementar programas de requalificação e de formação de mão de obra, especialmente considerando as novas demandas decorrentes da exploração de petróleo & gás na plataforma continental e do crescimento da cabotagem;
10. Atrair novos recursos e incentivar as parcerias público-privadas.

Proposta 65: Expansão do Setor Aéreo

Situação: O governo Lula pouco fez para solucionar os problemas estruturais do setor aéreo nacional. Basta fazer um voo regular para constatar o sofrimento com o tempo gasto no acesso ao aeroporto, extensas filas nos balcões de “*check in*” e na passagem pelos portais de raio X, atrasos de voos, troca de locais de embarque, desembarço de bagagem, informações desencontradas. Qualquer evento não previsto potencializa as deficiências estruturais, prejudicando os usuários.

O crescimento da economia e a popularização do transporte aéreo aguçaram as consequências da atuação desordenada e da falta de investimentos no setor. Trata-se de um verdadeiro “apagão aéreo”, causado não apenas pela falta de infraestrutura aeroportuária (pistas, pátios e aeroportos) e aeroviária (sistemas de proteção ao voo e de controle do espaço aéreo), mas também por sérias deficiências de gestão. Os aeroportos brasileiros já movimentam mais de 115 milhões de passageiros por ano, e em 2009, 19 dos 20 principais aeroportos do país já apresentavam gargalos, segundo estudos do próprio governo federal. Este iminente colapso se acentua com a perspectiva de aumento de demanda, inclusive a decorrente da Copa das Confederações, (2013), da Copa do Mundo, (2014) e dos Jogos Olímpicos, (2016).

A atuação improvisada e descoordenada na condução da crise aérea impede que se planeje e implemente soluções estruturais. Os muitos órgãos de governo que atuam no setor aéreo vivem uma situação de irresponsabilidade e descoordenação, em completa confusão sobre as funções de definir políticas, de regular serviços e contratos e ainda de gerenciar a infraestrutura. O aparelhamento político da Infraero é um exemplo disso.

Ações:

1. Investir imediatamente, com recursos do Tesouro, no equacionamento dos problemas mais urgentes, seja de pistas, terminais ou pátios, especialmente Goiânia, Florianópolis, Cuiabá, Porto Alegre e Brasília, onde a relação entre o número de passageiros e a capacidade dos terminais já foi extrapolada em mais de 20%; 😊
2. No curto prazo, realizar melhorias de gestão e de organização interna dos aeroportos, definindo metas para a redução do número de atrasos e para a segurança e bem estar dos passageiros. Para isso, é importante despolitizar a gestão da INFRAERO, dando-lhe capacidade de planejamento e autonomia, desvinculando-a dos interesses político-partidários imediatos, evitando a dispersão de recursos;
3. Dinamizar e modernizar os aeroportos para o atendimento da demanda de passageiros e cargas e garantindo instrumentos para sua atuação harmônica; 😊
4. Estabelecer comando unificado e clara definição de papéis dentro de cada unidade aeroportuária, aonde atuam entidades públicas e privadas com tarefas distintas (Infraero, Polícia Federal, ANVISA, Receita Federal, Aeronáutica, empresas, ANAC);
5. Promover revisão abrangente do Código Brasileiro de Aeronáutica, transformando-o em *Lei Geral da Aviação Civil*;
6. Reforçar o papel do Conselho Nacional de Aviação Civil - CONAC como formulador de políticas públicas e de diretrizes para o setor, superando sua atual condição de regulador ocasional;
7. Reestruturar a atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com foco na regulação econômica do mercado, impedindo que seja

capturada por interesses partidários e econômicos, e garanta a implementação das políticas setoriais definidas pelo CONAC;

8. Desenvolver um sistema articulado de planejamento para o setor aéreo, abrangendo a Secretaria de Aviação Civil, o Comando da Aeronáutica, DECEA, INFRAERO, ANAC e empresas aéreas;

9. Envolver os estados no planejamento do setor, uma vez que as infraestruturas aeroportuárias são indutoras do desenvolvimento regional;



10. Definir políticas visando o reequilíbrio da participação da bandeira nacional nos voos internacionais;

11. Definir claramente as prioridades para os aeroportos aglutinadores – garantindo polos (*hubs*) para a América do Sul e para voos domésticos: Guarulhos, Congonhas, Brasília e Manaus (este especialmente para cargas);

12. Garantir condições de controle do tráfego aéreo, inclusive cuidando das condições de trabalho e da formação de recursos humanos; ☺

13. Estabelecer política abrangente de suporte a aviação regional, para atendimento tanto às fronteiras econômicas, como às regiões remotas e carentes. ☺

Proposta 66: Rodovias da Vida

Situação: O número de acidentes em rodovias federais cresceu entre 2004 e 2008, 23,4%, chegando a 138.802. No Carnaval de 2010, no período de 5 dias, foram 1912 feridos e 143 mortos, uma média de quase 29 mortos por dia. O número de vítimas fatais subiu em 13% se comparado com o Carnaval de 2009. Segundo o DNIT já morreram 3329 pessoas nas rodovias federais, no primeiro semestre de 2010; 22% a mais que o mesmo

período de 2009. Muitas rodovias se transformaram em “rodovias da morte”. Os dados comprovam que 77% das rodovias federais estão em estado regular, ruim ou péssimo.

Ações:

1. Investir e restaurar estradas federais como um todo, considerando que atualmente são poucas as que estão em condições sequer razoáveis; 😊
2. Garantir que receitas auferidas com as concessões das estradas sejam reinvestidas na melhoria de estradas secundárias ou não pedagiadas;
3. Incentivar as parcerias público privadas (PPP), em regiões onde haja um baixo fluxo de veículos, para reduzir custos de frete ou facilitar a mobilidade de pessoas; 😊
4. Apoiar financeiramente a adequação e recuperação das estradas rurais de terra, principalmente aquelas responsáveis pelo escoamento da produção agrícola;
5. Cessar o desvio de recursos da CIDE Combustível e investi-los na infraestrutura de rodovias;
6. Retomar a capacidade do DNIT de planejar e despolitizá-lo.

Proposta 67: Trens para o Brasil

Situação: O transporte ferroviário exige alta intensidade de inversão de capital fixo representado pelo arrendamento da malha e dos terminais – quando eles são operados pelo setor privado, como no Brasil – e elevado volume de capital imobilizado, com a compra de material rodante. Sua importância econômica na competição com outros modos, especialmente com o rodoviário está associada aos custos variáveis (mão de obra,

combustível e energia) que são relativamente baixos, tornando-o adequado para o transporte de mercadorias de baixo valor agregado e com grande peso e volume específico.

O atual marco regulatório do setor ferroviário brasileiro surgiu com a extinção da RFFSA e consolidou-se com a concessão das principais ferrovias nacionais às empresas privadas. As concessões de ferrovias à iniciativa privada, que ocorreram na segunda metade da década de 1990, apresentaram resultados positivos em termos de investimentos e produção ferroviária. Os investimentos realizados pelas concessionárias somaram R\$ 14,6 bilhões, a valores constantes de 2008, entre os anos de 2000 e 2008. A produção ferroviária cresceu 92,7%, passando de 138,9 bilhões de tonelada-quilômetro-útil (TKU) para 267,7 bilhões de TKU, nesse mesmo período. O volume transportado teve um incremento de 79,6%: em 1999 foram transportadas 256,0 milhões de toneladas úteis (TU) e em 2008 este volume atingiu 459,7 milhões de TU.

O governo federal não enfrentou um dos maiores problemas de logística do país, que é a necessidade da predominância absoluta do modal ferroviário para carga. A política de transportes do país deve ser tal que oriente o uso do melhor modal para cada carga e cada distancia. Durante os últimos oito anos o governo federal investiu muito pouco na malha ferroviária, enfraqueceu as Agências, que têm a obrigação de controlar e regular as concessões, não criou condições para o investimento privado que pode e deve ampliar o mercado. Permitiu que as empresas concessionárias agissem como quisessem, sem se preocupar com as necessidades do país. O resultado é o caos no transporte de cargas por via férrea, com baixíssimos índices de aproveitamento da malha implantada. O transporte de passageiros por trens praticamente deixou de existir no país.

A construção dos novos trechos da Ferrovia Transnordestina, na área de influência da malha Nordeste concedida à CFN deverá ligar a malha existente aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), para transporte de grãos, fertilizantes e minérios do Oeste Baiano, do Sul do Maranhão e do Sudoeste do Piauí, para os Portos localizados no Ceará e em Pernambuco.

As obras, embora incluídas no PAC, estão muito atrasadas. Foram iniciados apenas os trechos entre Salgueiro e Missão Velha, Salgueiro e Trindade e metade do trecho até Caruaru, além do trecho de Cabo até Porto Real do Colégio. Os demais ainda estão apenas em projeto.

Ações:

1. Instituir um Plano Nacional de Transporte Ferroviário: Logística e Transporte para Cargas e Passageiros, visando garantir e articular investimentos públicos e privados que mudarão a matriz nacional de transportes. ☺

Este plano deverá incluir:

- Uma escolha de tecnologia e de padrão de trens que permita o uso compartilhado da mesma infraestrutura para passageiros e para carga geral. Não se trata das cargas mais pesadas (minérios, aço, etc.), mas de carga de abastecimento e de serviços das cidades e suas regiões;
- Otimizar os percursos já existentes, reativadas linhas abandonadas, utilizadas faixas ferroviárias já disponíveis, mas, principalmente criadas novas linhas;
- Eliminar os gargalos tributários e concorrenciais entre as empresas concessionadas;
- No que se refere ao transporte de carga, os contratos existentes serão respeitados buscando, em entendimento com as concessionárias, a melhoria expressiva do que hoje vem sendo praticado.

- Será aperfeiçoado o mecanismo de “direito de passagem” nas ferrovias, de tal forma que se possa intensificar o uso da infraestrutura instalada e a se instalar;
 - Promover investimentos em áreas já concessionadas.
2. Avançar na regulamentação da integração da malha ferroviária, tornando esta forma de transporte a predominante no escoamento das principais commodities para exportação;
 3. Aumentar a concorrência intramodal no setor de ferrovias e estudar concessões para operadoras ferroviárias, que sejam autorizadas a utilizar a infraestrutura de trilhos já existentes, para o oferecimento de melhores serviços e atendendo as demandas e fluxos; ☺
 4. Destinar recursos para a implantação e ampliação de novos ramais ferroviários e novas linhas; ☺
 5. Finalizar as obras da Ferrovia Transnordestina até 2014;
 6. Incluir no traçado da Ferrovia Transnordestina dois novos trechos:
 - a) a ligação de Eliseu Martins (PI), passando pelo estado do Piauí, até encontrar a EF Norte-Sul, e por consequência a EF Carajás;
 - b) a Ligação de Salgueiro (PE) até Petrolina (PE).
 7. Ampliar a Ferrovia Norte – Sul, projetada com uma extensão de 1.550 km, entre Açailândia (MA) e Anápolis (GO). Essa ferrovia fará importante para ligação ao norte, em Açailândia, com a Estrada de Ferro Carajás (EFC), permitindo acesso ao Porto de Itaqui, em São Luis (MA), em bitola larga, e faz ligação ao sul, em Anápolis (GO), com a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), esta em bitola métrica;
 8. Implantar novo trecho Variante Litorânea Sul, que ligará Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, passando por Guarapari (Porto de Ubu) e

Anchieta. Este trecho permitirá um aumento no transporte de carga superior a 13 milhões de toneladas por ano, pois o atual trajeto, por passar pela região serrana do Estado, tem limitada capacidade de cargas (0,6 toneladas por ano). Os benefícios imediatos esperados dessa ampliação serão sentidos em Guarapari, já que o aumento de carga possibilitará o Porto Ubu se tornar um novo polo industrial capixaba.

Tema 12: MEIO AMBIENTE

A agenda ambiental não representa uma ameaça ao crescimento da economia. Pelo contrário. Contando com o ativismo do Estado, e graças ao enorme potencial das energias renováveis do País, excelentes oportunidades surgem para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Abre-se a chance para se construir uma nova economia verde, erigida sob novos conceitos de produção e consumo. O Brasil só tem a ganhar nesse processo, tornando-se uma potência ambiental mundial.

A Política Nacional do Meio Ambiente é instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981, que tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade de vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Proposta 68: Código Florestal

Situação: O Código Florestal foi instituído em 1965 e, de lá para cá, a tecnologia da agropecuária se modernizou, permitindo o aprimoramento da legislação. O assunto do novo Código Florestal, porém, se tornou altamente polêmico, em decorrência da inépcia governamental. Há como avançar na proteção ambiental respeitando os produtores rurais, sem atrapalhar a produção no campo.

Ações:

1. Modernizar o Código Florestal para facilitar a recuperação das áreas degradadas e consolidar a agricultura já existente, desde que com critérios socioambientais; 😊
2. Permitir a utilização de sistemas agroflorestais que combinem culturas com espécies arbóreas, inclusive exóticas, para facilitar a recuperação de áreas degradadas; 😊
2. Realizar a compensação de passivo ambiental noutro local, fora da propriedade, mesmo ultrapassando o território do Estado quando houver identidade de bioma, na mesma bacia hidrográfica;
3. Incluir a área de preservação permanente (APP) no cômputo da reserva legal (RL) para os agricultores familiares, desde que se firme compromisso de recuperação ambiental com prazo máximo de dez anos;
4. Oferecer aos estados maior capacidade de normatização e execução prática da lei florestal, estimulando o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Proposta 69: Moratória do Desmatamento

Situação: O bioma da Amazônia representa aproximadamente 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo e nele se concentra a maioria das florestas tropicais brasileiras. Mas as ameaças de destruição e degradação ambiental avançam em ritmo acelerado. Em 1980, o desmatamento na região totalizava cerca de 300 mil km², o equivalente a 6,0% do território amazônico. Esse ritmo se intensificou nas décadas seguintes, atingindo 700 mil km² em agosto de 2005, o que representa 14% da área total da Amazônia legal.

Entretanto, as formações florestais e ecossistemas associados que integram a Mata Atlântica são os mais ameaçados de destruição do Brasil. Estudos recentes do Ministério do Meio Ambiente apontam a existência de apenas 26,97% de áreas remanescentes com cobertura vegetal nativa no bioma Mata Atlântica, em relação à sua área original. O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território do país. Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana.

A redução recente no ritmo do desmatamento na Amazônia, que contou com a participação decidida dos municípios, como Paragominas, das entidades ambientalistas e das próprias cadeias produtivas da agropecuária, como o gado de corte e a soja, mostra que o caminho a seguir mistura repressão e fiscalização ambiental com ações parceiras afirmativas de preservação da biodiversidade.

Ações:

1. Articular com o setor produtivo rural um prazo de 5 anos para suspensão das licenças de desmatamento, principalmente nos biomas mais críticos, como Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica;
2. Combater o desmatamento e ampliar a fiscalização ambiental sobre todos os biomas, incluindo a caatinga; 😊
3. Proteger áreas prioritárias de conservação da biodiversidade da flora e da fauna. 😊

Proposta 70: Pagamento por Serviços Ambientais

Situação: O pagamento por serviços ambientais representa uma nova e positiva agenda em defesa da biodiversidade. Milhares de pequenos

agricultores poderiam cumprir sua “lição de casa” na recuperação das matas ciliares, especialmente protegendo nascentes, se pudessem contar com apoio financeiro do Estado. Afinal, se o benefício da preservação ecológica se reparte para toda a sociedade, parece justo que os custos também sejam assumidos pela coletividade.

No Brasil, o uso de instrumentos econômicos como incentivo à proteção e ao uso sustentável dos recursos naturais é ainda bastante incipiente. Dentre os principais instrumentos existentes, cabe destacar a proposta do REDD, que prevê o pagamento pela redução voluntária do desmatamento, e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), um mecanismo que valoriza o ecossistema conservado, remunerando proprietários de terras pelas práticas sustentáveis e de preservação. Os serviços ambientais são aqueles serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e sequestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas.

Ações:

1. Promover a definição de um marco legal na política de Pagamento Por Serviços Ambientais-PSA; 😊
2. Implantar, em parceria com estados e municípios, o PSA com prioridade nas principais microbacias hidrográficas que servem à captação de água; 😊
3. Apoiar a implantação de mecanismos de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação - REDD;
4. Realizar campanha de conscientização sobre arborização e permeabilização em áreas urbanas. 😊

Proposta 71: Comitês de Bacias Hidrográficas

Situação: O Brasil detém 12% da disponibilidade mundial de águas superficiais, sendo 73,6% advinda dos rios da Amazônia. Nas regiões mais habitadas e industrializadas, todavia, a fartura de água limpa acabou faz tempo. Para não falar do Nordeste, onde o fenômeno da seca afeta milhões de pessoas. Há que se preocupar, igualmente, com os aquíferos subterrâneos. Cerca de 15% dos domicílios nacionais são servidos exclusivamente pelas águas subterrâneas, estimando-se existir 400 mil poços perfurados, muitos deles clandestinamente.

Pela Política Nacional de Recursos Hídricos a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Ações:

1. Estimular a constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas Federais e apoiar os Estados na implementação dos Comitês de Bacia dos rios sob sua jurisdição;
2. Implantar os instrumentos de gestão, cobrança pelo uso da água, outorga do uso, planos de bacias hidrográficas das federais e estimular a atuação dos entes estaduais; 😊
3. Promover, em parceria com Estados, Municípios e entes da sociedade civil, a proteção e o uso sustentável dos recursos hídricos e o combate aos desperdícios. 😊

Proposta 72: Rio São Francisco

Situação: O Rio São Francisco tem 2.700 km de extensão, possuindo 504 municípios em sua Bacia Hidrográfica. Nasce em Minas Gerais e faz a divisa entre a Bahia e Pernambuco e também entre Alagoas e Sergipe. As obras da transposição do Rio S Francisco pressupõem a construção de dois grandes eixos de distribuição de águas: o *Eixo Norte* (Canal do Sertão), que vai ao Ceará, e o *Eixo Leste* (Ramal do Agreste) que vai à Paraíba, ambos cortando o estado de Pernambuco. O Canal do Sertão terá 500 km, levando água da barragem de Sobradinho ao Araripe, atravessando 17 municípios. O Ramal do Agreste levará água ao sertão Pernambucano, a partir do futuro reservatório Barro Branco.

Suas obras tiveram início em junho de 2007, mediante convênio com o Exército Nacional, dois de seus batalhões iniciaram as obras no Eixo Norte (captação de água no rio São Francisco, canal de adução e construção da barragem de Tucutu) e no Eixo Leste (captação de água no reservatório de Itaparica, canal de adução e construção da barragem de Areias).

Hoje, estão contratados 13 lotes de obras dentre os 14 licitados, sendo que haverá nova licitação para as obras do lote 8 (estações de bombeamento do eixo norte) e 5 lote, por rescisão dos contratos anteriores. As obras dos 14 lotes estão orçadas em cerca de R\$ 3,2 bilhões.

A concessão outorgada pela ANA-Agência Nacional de Água fixa a captação de 26 m³/s e de até 127 m³/s nos períodos em que a água estiver vertendo pelo reservatório de Sobradinho, numa média de 67 m³/s.

Muitas críticas corretas se fazem à transposição do rio São Francisco. A realidade, porém, impõe reconhecer, pelo interesse público, sua continuidade, contornando seus problemas de distribuição e acesso para as populações.

Ações:

1. Fortalecer, junto com a execução das obras de transposição, o processo de revitalização do Rio São Francisco, em especial em Minas Gerais, pois 70% da contribuição hídrica da bacia hidrográfica ocorrem em território mineiro; 😊
2. Promover a regularização e navegabilidade do leito do rio, com o desassoreamento;
3. Realizar o reflorestamento das matas ciliares e a recuperação de áreas degradadas; 😊
4. Avançar rapidamente no Eixo Leste (Canal do Agreste), por sua imensa importância para o abastecimento humano;
5. Construir a rede de subadutoras que possibilitará a capitalização da água transposta.

Proposta 73: Ecoturismo

Situação: O Brasil mantém ainda 60,7% de seu território coberto com florestas naturais, representando 517 milhões de hectares, sendo 356 milhões (68,8%) localizados no bioma da Amazônia. O governo federal zela por 364 unidades de conservação (UC's), resguardando 77,3 milhões de hectares de florestas originais preservadas. Destas, 131 são de proteção integral, abarcando 35,7 milhões de hectares. Manter espaços do território preservados, incluindo as UC's estaduais, é fundamental na política de meio ambiente. Os parques e reservas nacionais, com raras exceções, estão à míngua, isolados, sem função definida: são, na verdade, parques de papel.

O ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Ações:

1. Fomentar o ecoturismo de unidades, envolvendo a sociedade civil e comunidades tradicionais do entorno em sua gestão, gerando emprego e renda; 😊
2. Elaborar e implementar planos de manejo das unidades de conservação;
3. Instituir os Conselhos Consultivos das unidades de conservação;
4. Ampliar a fiscalização das unidades de conservação;
5. Fomentar a cogestão e a parceria com entidades da sociedade civil na gestão das unidades; 😊
5. Estimular unidades de conservação de uso sustentável, tais como reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural; 😊
6. Fomentar novas formas de promoção do ecoturismo que não se restrinjam apenas as áreas protegidas, mas também turismo de aventura, turismo geológico, balonismo, camping, entre outros. 😊

Proposta 74: Licenciamento ambiental

Situação: O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. Atividade principal do

IBAMA, o licenciamento ambiental não logrou merecer a tão esperada regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, que estabelece as competências entre os entes federativos – União, estados e municípios - no processo de implantação de empreendimentos. Continua, em decorrência, a existir um conflito de interesses, especialmente nas grandes obras do país.

Acrescente-se a isto os atrasos e muita burocracia no processo de licenciamento ambiental, com o rigor está cada vez menor, não garantindo a sustentabilidade dos empreendimentos e atividades.

Ações:

1. Promover a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal de 1988, determinando as competências dos entes federativos para o licenciamento ambiental;
2. Normatizar, de forma transparente e assegurar independência e rigor absoluto no processo de licenciamento, fortalecendo os órgãos expedidores de licenças da União (IBAMA) e dos estados e municípios. 😊

Proposta 75: Economia Verde

Situação: Mitigar o aquecimento global, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa (GEE), representa a grande tarefa da humanidade, olhando a sustentabilidade. O governo federal andava tímido nessa agenda, até que a ousadia de José Serra fez aprovar em São Paulo uma radical lei de mudanças climáticas, estabelecendo uma redução, com base em 2005, de 20% nas emissões de GEE até 2020. Aproximando-se a grande Conferência da ONU, realizada em Copenhague em dezembro de 2009, a posição paulista fortaleceu a decisão brasileira defendida naquele importante evento

e a instituição legal da Política Nacional de Mudança do Clima, definida pela Lei Federal nº 12.187/2009.

As mudanças climáticas demandam transformações na atuação do Estado, exigindo um ativismo estatal, de forma a conciliar a agenda ambiental com a do desenvolvimento. Trata-se de fomentar uma nova Economia Verde, de baixo carbono.

Ações:

1. Promover a Economia Verde, de baixo carbono, com linhas de financiamento e incentivos fiscais para empresas e produtos sustentáveis; ☺
2. Promover o transporte e a construção civil sustentáveis; ☺
3. Fomentar e estimular energias renováveis como da biomassa, solar e eólica, além dos necessários ganhos de eficiência energética; ☺
4. Elaborar Avaliações Ambientais Estratégicas setoriais, como, por exemplo, da Amazônia Legal e setor energético;
5. Discutir e instituir Zoneamentos Ecológico-Econômicos e fomentar estados e municípios a elaborarem seus respectivos zoneamentos; ☺
6. Implantar um Programa de Proteção e Fiscalização do Tráfico de Fauna Silvestre; ☺
7. Estimular e apoiar a educação ambiental, formação continuada de professores na agenda ambiental e ações de capacitação técnica de jovens para o Ecomercado.

Proposta 76: Zona Costeira

Situação: A Zona Costeira do Brasil é uma unidade territorial que se estende, na sua porção terrestre, por mais de 8.500 km, abrangendo 17 estados e mais de quatrocentos municípios, distribuídos do Norte equatorial ao Sul temperado do país. Inclui ainda a faixa marítima formada por mar territorial, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha da costa. Sem proteção, este bioma está constantemente sob ameaça.

Ações:

1. Instituir e implementar um Programa de Proteção da Costa Brasileira, de modo a conservar e promover o uso sustentável dos recursos naturais em terra e mar, entre eles, a pesca, o bioma mata atlântica, as prospecção de petróleo; 😊
2. Estimular os estados na elaboração de seus respectivos zoneamentos costeiros;
3. Promover a pesca sustentável. 😊

Proposta 77: Diesel Limpo

Situação: Em termos de qualidade do ar, o país ainda carece de monitoramento nas capitais e na maior parte das cidades. Além do Estado de São Paulo, há monitoramento automático em Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Camaçari/BA, Aracaju e Maceió.

O material particulado oriundo da queima de óleo diesel influencia diretamente na qualidade do ar, proporcionalmente aos níveis de enxofre

contidos no combustível. Descumprindo normativa federal do CONAMA, a ANP e a Petrobrás deixaram de promover a necessária redução do enxofre do diesel para o teor de 50 ppms (partes por milhão), o conhecido diesel S 50. Assim, continuava sendo distribuído para os motores de veículos óleos mais carregados em enxofre, entre 200 a 2000 ppms. Em acordo judicial firmado em 2009 com o governo paulista, a Petrobrás se comprometeu a iniciar a distribuição do diesel S 50 nas principais regiões metropolitanas do País, comprometendo-se com uma agenda acelerada de melhoria da qualidade dos combustíveis até 2014. Por seu lado, a ANFAVEA, que representa as montadoras de veículos, se compromete a fabricar os novos motores, equiparados com os modelos europeus, até 2014.

Na contramão desse processo, porém, a Petrobrás recebeu neste mês de agosto, autorização da ANP para suspender temporariamente a distribuição do diesel S 50, retornando ao poluente S 500, devido à alegados problemas de mercado. Teme-se pelo cumprimento, sequer, do acordo judicial. Mais uma vez a saúde pública e o meio ambiente pagarão a conta da poluição causada pela má qualidade dos combustíveis brasileiros.

Ações:

1. Antecipar o cronograma de redução do enxofre no diesel, garantindo a distribuição do óleo diesel limpo S10 nas regiões metropolitanas até o final de 2012 e do diesel S50 na totalidade do interior até 2014; ☺
2. Fomentar junto aos estados a instalação de redes automáticas de monitoramento da qualidade do ar nas maiores cidades, especialmente em Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza;
3. Investir, nos grandes centros urbanos, em programas de inspeção veicular da frota de veículos.

Tema 13: POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO EXTERIOR

No governo Lula, a política externa deixou de ser uma política de Estado e passou a ser uma política do Partido dos Trabalhadores. A partidarização da política externa levou a desvios, como a política de generosidade e de afinidades ideológicas na América do Sul, o reconhecimento da China como economia de mercado e a negociação de acordos comerciais com países de reduzida importância para o setor exportador nacional.

A crescente projeção externa do Brasil, o envolvimento de nosso país nos temas globais (meio ambiente e mudança de clima, energia, comércio exterior, direitos humanos, não proliferação, terrorismo, água e outros) e a complexidade da cena internacional em especial na América do Sul, vão exigir um esforço da Chancelaria, em coordenação com outros setores internos, para atualizar as posições do Brasil equilibrando valores e interesses. O Itamaraty deverá concentrar-se na formulação e na execução da política externa. As negociações comerciais deverão ser coordenadas pela CAMEX.

Na substância, a política externa deverá retornar ao leito normal, com a continuidade necessária, sem grandes protagonismos. A defesa de nossos interesses deve ser a referência de um trabalho pragmático que procure preservar os ganhos, aumentar os resultados e corrigir o curso de ações onde a capacidade de influência do Brasil no cenário internacional foi superdimensionada.

Os produtores nacionais, na indústria e no campo, são eficientes, mas sofrem com o câmbio valorizado e com o sistema inadequado de defesa comercial que não dispõe de recursos suficientes e está mal equipada. A promoção comercial pouco eficiente e a descoordenação entre a APEX e o Itamaraty são contrárias aos interesses dos exportadores nacionais.

No que diz respeito ao Comércio Exterior, é certo que, sem equacionar os gargalos da exportação, especialmente os de infraestrutura e logística, o País não melhorará substancialmente sua balança comercial. Por isso, atacar o ‘custo Brasil’ assume máxima prioridade. O país está desaparelhado para a nova realidade do comércio internacional, caracterizado por toda sorte de ações de concorrência desleal, sobretudo por parte da China.

Houve crescimento absoluto no valor das exportações, que quadruplicaram desde 2003, mas ainda assim a fatia do Brasil no comércio mundial se reduziu. Pior: a expansão deveu-se, sobretudo, ao forte aumento da demanda e dos preços das matérias primas, em especial, agrícolas e minérios. Como resultado, nos últimos anos, acentuou-se a “comoditização” de nossa pauta de exportação, verificando-se redução da participação de produtos manufaturados de maior valor agregado.

Com o fracasso da Rodada de Doha, pela politização dos entendimentos comerciais, o Brasil deixou de seguir a tendência global de negociar acordos de livre comércio bilaterais com os mercados maiores e mais dinâmicos, perdendo oportunidades para a abertura de mercado para produtos industriais. Nos últimos anos, mais de cem acordos de livre comércio foram assinados em todo o mundo. O Brasil, junto com o Mercosul, assinou apenas dois acordos, pouco expressivos do ponto de vista comercial, com Israel e com o Egito, este ainda não ratificado.

A política de comércio exterior, que passará a ser coordenada pela CAMEX, terá objetivos claramente definidos em parceria com o setor privado.

Proposta 78: Política Externa com Interesse Nacional

Situação: O objetivo último da política externa é o de defender o interesse nacional, que deve ser protegido com respeito aos princípios e valores pelos quais sempre lutaram os democratas.

O crescente peso econômico do Brasil na América do Sul e no comércio global, além da intensa participação nas discussões sobre temas globais (direitos humanos, mudança de clima, energia), no grupo dos 20 e no BRIC exigirão do Brasil uma definição clara de nossos interesses e respostas rápidas e transparentes aos desafios apresentados por essa nova situação.

Por outro lado, a internacionalização das empresas brasileiras e a comunidade brasileira no exterior que chega a perto de 2 milhões de pessoas exigem novas políticas públicas para resguardar seus interesses.

Ações:

1. Defender, no tocante a direitos humanos e democracia, posições que refletirão os valores defendidos internamente, e não afinidades ideológicas; ☺
2. Manter uma atitude proativa nos entendimentos sobre mudança de clima e em energia (renovável e petróleo);
3. Dar continuidade para a reforma do Conselho de Segurança para a ampliação do número de membros permanentes, evitando-se medidas custosas em busca de prestígio para o apoio à candidatura brasileira;
4. Reexaminar as principais linhas de ação da política externa em relação aos países desenvolvidos, mantendo a prioridade nas relações com os países em desenvolvimento. A relação com os países sul-americanos vai ser pautada pelos valores defendidos pelo Brasil e pelo estrito interesse

nacional. Ao Brasil interessa que todos os seus vizinhos cresçam e prosperem e para que esse objetivo seja alcançado será dado todo apoio de forma realista;

5. Incluir nas linhas de ação do Itamaraty o componente de defesa e segurança, tendo em vista os desdobramentos recentes nos países da região e as ameaças em nossas fronteiras (tráfico de drogas, contrabando de armas);

6. Manter a política nuclear, respeitados os princípios da Constituição, e procurar ampliar a capacitação do Brasil na exploração e no enriquecimento do urânio para fins comerciais;

7. Fortalecer os Consulados brasileiros, para melhor atender aos interesses das comunidades brasileiras no exterior; 😊

8. Estabelecer canais de diálogo e participação de diferentes setores da sociedade com o Itamaraty. 😊

Proposta 79: Fortalecimento da CAMEX

Situação: A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que objetiva a formulação, adoção, implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior (bens, serviços e turismo), deverá ser fortalecida. A Câmara é integrada hoje pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que a preside; pelos Ministros Chefe da Casa Civil; das Relações Exteriores; da Fazenda; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário.

Atualmente verifica-se uma multiplicidade de órgãos, cerca de quarenta, que interferem no processo decisório e a clara falta de um ponto de referência no comando do comércio exterior brasileiro. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) tornou-se um órgão de segundo escalão, perdido entre os interesses conflitantes de vários Ministérios.

Ações:

1. Fortalecer a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, dotando-a de um presidente, e colocando-a em um nível decisório mais elevado, ligado diretamente ao Presidente da República; 😊
2. Simplificar a burocracia de comércio exterior pela redução do excesso de regulamentação com a consolidação da legislação vigente, inclusive no tocante ao sistema cambial e separar gradualmente a aduana da Receita Federal; 😊
3. Definir uma nova estratégia de negociação comercial multilateral, regional e bilateral no âmbito da CAMEX com o objetivo de abrir mercados para nossos produtos manufaturados; 😊
4. Unificar a atuação externa de promoção comercial, sob o comando do Itamaraty que dispõe dos meios (pessoal e instalações físicas) para melhor executar essa atribuição.

Proposta 80: Integração Regional e MERCOSUL

Situação: A integração regional e o MERCOSUL, aspectos centrais da política externa e comercial, pouco avançaram no atual governo. O Brasil não demonstrou capacidade de liderança para destravar o processo de integração, avançando em áreas de interesse, como a integração física capaz de abrir passagem para produtos brasileiros nos portos do Pacífico.

O processo de integração regional está em crise e o MERCOSUL se encontra com problemas institucionais crescentes; Uruguai e Paraguai já se declararam dispostos a sair, e os atritos comerciais entre Argentina e Brasil continuam graves e frequentes. A entrada da Venezuela como membro pleno só deverá agravar mais ainda este quadro problemático.

Ações:

1. Dar prioridade ao processo de integração, investindo em infraestrutura, energia e intercambio comercial, retomando o programa de construção de rodovias e ferrovias na região pelo interesse estratégico de permitir o acesso de nossas exportações para a Ásia, a partir de portos do Peru e do Chile;
2. Fortalecer o MERCOSUL assegurando maior flexibilidade ao Brasil e aos demais países membros para negociar individualmente acordos comerciais com outros mercados; 😊
3. Abrir negociações com os países sul-americanos para obter tarifas mais favoráveis para os produtos nacionais e permitir maior acesso de mercadorias desses países no mercado brasileiro; 😊
4. Negociar acordos de garantia de investimento com os países da região para proteger os investimentos das empresas brasileiras.

Tema 14: POLÍTICAS REGIONAIS

Não é possível pensar o desenvolvimento sustentável e democrático do Brasil sem considerar suas enormes discrepâncias regionais. Por maiores que sejam os problemas sociais na região Sul e Sudeste, eles não se comparam aos dramas da existência humana no Nordeste brasileiro.

A Amazônia, por sua vez, representa um território especial, titular da maior biodiversidade do planeta. Fundamental no equilíbrio ecológico do país e do mundo, trata-se de uma região vivem 25 milhões de brasileiros.

Como em qualquer região do país, a indústria deve liderar a economia e a moderna agropecuária merece ser apoiada. Uma questão adicional, entretanto, se destaca na agenda do Nordeste e da Amazônia, o turismo, atividade estratégica que deve ser abordada como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Neste tema, cabe destacar as Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos. Grandes conurbações se implantaram no país desordenadamente, em períodos de intenso crescimento populacional e migração rural-urbana, concentrando-se em territórios que não receberam a infraestrutura, o planejamento e os serviços necessários.

Atualmente existem 30 Regiões Metropolitanas no país, instituídas por lei, englobando um total de 463 municípios. Neles vivem 76 milhões de pessoas, sendo que um em cada 4 habitantes vive em condição de pobreza. Aí se concentram 50% da população pobre do país e 90% dos domicílios em favelas.

É preciso reinventar a vocação econômica das regiões metropolitanas com base nos serviços modernos e investir mais e melhor em infraestrutura e

serviços públicos para melhorar a qualidade de vida e o ambiente dos negócios.

Proposta 81: Nova SUDENE

Situação: O Nordeste mantém 28% da população brasileira, mas produz apenas 13% do PIB nacional, com renda per capita abaixo da metade da média nacional. Seus indicadores sociais, sabidamente, sempre se apresentaram piores que os do país.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Foi criada, originalmente em 1959 com objetivo de diminuir as desigualdades verificadas na sua região de abrangência. Em 2001 o órgão foi extinto, sendo recriada em 2002 na forma de uma Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENA. Em 2007, pela Lei Complementar nº 125/2007, a SUDENE foi reimplantada, com o objetivo de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Ações:

1. Implantar a nova SUDENE e definir sua estrutura respeitando a diversidade regional do Nordeste;
2. Fortalecer o papel de planejamento da SUDENE, direcionando-a para a execução da política de desenvolvimento da região semiárida;
3. Incentivar o turismo como importante instrumento de geração de emprego e renda; 😊

4. Instituir polos de desenvolvimento industrial do Nordeste numa associação entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Municípios, dinamizando a atividade econômica regional, utilizando as potencialidades e existentes, seja em termos de recursos naturais, seja no que toca às habilidades produtivas já existentes, seja abrindo novos campos de ação empresarial; 😊
5. Articular os polos de desenvolvimento à capacitação de mão de obra de técnicos e tecnólogos e instituições de apoio à pesquisa e inovação; 😊
6. Proporcionar incentivos fiscais indutores de investimentos em setores intensivos em mão de obra; 😊
7. Implantar um arrojado programa de pesquisa e inovação tecnológica, associado a incentivos especiais, para consolidar os polos de tecnologia no Nordeste. 😊

Proposta 82: Projeto Semiárido 2020

Situação: A região do semiárido abrange nove estados brasileiros, sendo oito nordestinos (exceto o Maranhão), mais o Norte de Minas Gerais. Sua superfície territorial abrange 969.589,4 km², em 1.133 municípios. Vivem no semiárido 40,5% da população nordestina, cerca de 21 milhões de pessoas (43% rural).

Sua economia representa apenas 21,6% do Nordeste, resultando em um PIB per capita que corresponde à metade do nordestino. O semiárido concentra a maior taxa de analfabetos do Brasil (22,5%), apresentando os piores indicadores sociais do Brasil. Parcela significativa de sua população (41,3%) é formada por crianças e adolescentes entre zero e 17 anos.

O semiárido se caracteriza pela caatinga, bioma característico de região muito seca, com precipitação abaixo de 800 mm/ano e predominância de solos rasos e pedregosos. O semiárido inclui regiões naturais com diferenças climáticas e ambientais, conhecidas como sertão, agreste, seridó e cariri.

A área com agropecuária no semiárido é tipicamente ocupada pela pecuária de caprinos, ovinos e bovinos, sempre com baixa produtividade. As lavouras de feijão, milho e mandioca vingam em 3 safras a cada 10 anos. Estima-se que a área potencialmente irrigável no semiárido seja de 2 milhões de hectares, dos quais se encontram irrigados 451 mil ha. A pobreza se junta com a devastação ecológica, formando áreas em processo de desertificação que somam 180 mil hectares.

Duas importantes instituições de pesquisa atuam na região: a Embrapa Semiárido, em Petrolina (PE) e a Universidade do Semiárido, em Mossoró (RN). Isso é fundamental: já existe tecnologia desenvolvida para sistemas de produção rural adaptados ao semiárido. Basta levá-los ao campo.

José Serra propõe um projeto de desenvolvimento sustentável para essa região específica, intitulado “Projeto Semiárido 2020”, cujas metas para a década são:

1. **100%** das famílias pobres inseridas na rede de proteção social
2. **100%** das residências com água de beber disponível
3. **300** mil hectares irrigados nos novos agropolos
4. **3** mil agentes rurais na ATER (assistência técnica)
5. **3** mil agentes de saúde da família
6. **100%** de recuperação ambiental nas áreas em desertificação
7. **10** mil empreendedores capacitados pelo SEBRAE

8. triplicar a produtividade média da produção animal
9. instalar 100 novas escolas técnicas/profissionalizantes
10. reduzir em 80% a mortalidade infantil

Ações:

1. Instituir a Secretaria Nacional do Semiárido como um órgão específico para executar o “Projeto Semiárido”, em articulação com a SUDENE;
2. Investir na adequação de sistemas existentes de abastecimento de água, que pressupõem a manutenção dos mananciais atualmente utilizados e incluem desde simples ampliações do abastecimento por poços até investimentos em complexos sistemas integrados de regiões metropolitanas, envolvendo melhorias estratégicas e interligações de centros produtores; 😊
3. Implantar redes de distribuição e cisternas para abastecimento de água potável; 😊
4. Estimular a implantação de agropolos, fomentando a irrigação com tecnologia e capacitação de mão de obra; 😊
5. Fornecer a assistência técnica para os agricultores; 😊
6. Promover a prevenção básica na família, aumentando o atendimento do Programa Saúde da Família;
7. Promover a proteção ambiental da caatinga e recursos hídricos;
8. Apoiar o empreendedorismo de micro e pequena empresa;
9. Implantar escolas técnicas profissionalizantes de capacitação da mão de obra; 😊
10. Estimular a pecuária de ovino/caprino/bovinocultura sustentável;

11. Promover o cuidado com a primeira infância visando à redução da mortalidade infantil.

Proposta 83: Amazônia Sustentável

Situação: A região amazônica sofre forte pressão do crescimento econômico do país, sem que a qualidade de vida de seus habitantes melhore nesse processo. Mais de 70% da população amazônica vive em cidades e apenas 5,1% tem acesso a coleta de esgoto, quando a média nacional está em 42%. Em 2005, a parcela da população abaixo da linha da pobreza continuava em 45%, a mesma de 1990. No Brasil esse índice recuou, neste mesmo período, de 42% para 31%. A Amazônia é a única região brasileira em que a pobreza aumentou em valores absolutos.

A grande prioridade da política de desenvolvimento regional amazônica deve se concentrar na indústria e nos serviços, articulados com cadeias condizentes com a unicidade das características da região, que podem embasar seu diferencial competitivo. O Brasil deve assumir o desenvolvimento regional da Amazônia como prioridade nacional, visando a inserção competitiva global do país. E isso pressupõe o fomento para a economia regional. Há necessidade de firmar, na região, um círculo virtuoso de geração de renda, emprego, poupança e investimentos.

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é uma autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo de Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Em 2001 ela foi extinta e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA – MP 2157-5/2001 e Decreto Federal nº 4125/2002. Em 2007, pela Lei Complementar nº 124/2007, a Sudam foi recriada, vinculada ao Ministério de Integração Nacional, visando promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação.

Ações:

1. Implantar a nova Sudam, fortalecendo-a institucionalmente, transformando-a numa moderna agência de desenvolvimento regional com recursos e competências adequadas;
2. Criar o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, ligado a Presidência da República, para que acompanhe as políticas públicas realizadas na região;
3. Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, com o objetivo de priorizar a avaliação prévia dos impactos indiretos sobre a ocupação do território;
4. Valorizar o capital natural, com a instalação de indústrias associadas direta e indiretamente aos múltiplos produtos e serviços para pesquisas aplicadas na área de recursos florestais, da biodiversidade e biomimética, dos recursos aquáticos, dos recursos minerais;
5. Fortalecer o Centro de Biotecnologia da Amazônia, instituída em parceria com instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, transformando-a num grande centro indutor de pesquisas e desenvolvimento de produtos da biodiversidade amazônica;
6. Promover o ajuste de produtividade da pecuária a partir da revolução tecnológica que aumente drasticamente a produtividade no segmento primário, assim como a geração de emprego e benefícios regionais nas cadeias relacionadas, evitando novos desmatamentos; 😊

7. Promover a gestão de unidades de conservação e fomentar o ecoturismo, investindo para que a malha única de parques e reservas seja efetivamente utilizada para gerar emprego regionalmente; 😊

8. Promover o ordenamento territorial e fundiário, realizando um arrojado programa de regularização fundiária, compatibilizando com as políticas de desenvolvimento, com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal recém elaborado, e que requer aprofundamento e desdobramento. 😊

Proposta 84: Zona Franca Perene

Situação: A consolidação do Polo Industrial de Manaus e seu fortalecimento só se darão se ele estiver ancorado em uma vigorosa produção local de componentes. Na Constituição de 88, os incentivos da Zona Franca vigorariam até 2013. Em julho deste ano, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional, de autoria de Arthur Virgílio, ampliando o prazo para 2033.

O polo industrial de Manaus faturou US\$ 30 bi em 2008 (recorde) e R\$ 26 bi em 2009 e é onde estão empregadas 95 mil pessoas.

O futuro da Zona Franca deve estar alinhado com as propostas de investimento no desenvolvimento regional e de fomento para a revolução científico-tecnológica para toda a Amazônia.

Ações:

1. Estender a vigência dos benefícios da Zona Franca de Manaus por mais 100 anos, de modo a não congelar a situação atual e sim criar as condições para novos desdobramentos em linha com a vocação regional;

2. Garantir que os recursos arrecadados pela Suframa não sejam contingenciados, de modo que sejam investidos no interesse da região.

Proposta 85: Fronteira da Produção

Situação: A Região Centro-Oeste é dividida em quatro unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, onde fica Brasília, a capital do país. Com uma área de 1.606.371,505 km², a Região Centro-Oeste é um grande território, sendo a segunda maior região do Brasil em superfície territorial. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO é uma autarquia federal instituída pela lei nº 5.365/1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

Extinta em 1990, durante o governo Collor e recriada pela Lei Complementar nº 129/2009, à Sudeco compete definir objetivos e metas econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste; a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional e a formulação de programas e ações de desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos do Governo Federal.

Ações:

1. Retomar a atuação da Sudeco;
2. Assegurar as condições de infraestrutura e logística para o escoamento da produção, principalmente de grãos.

Proposta 86: Autoridade Metropolitana de Transporte

Situação: São frágeis as experiências de gestão metropolitana ou de aglomerações urbanas. O modelo institucional previsto constitucionalmente não dá conta do problema e não foi implementado com sucesso em nenhuma das regiões metropolitanas do país. Há uma zona institucional cinzenta e a ausência de autoridade metropolitana vem impossibilitando a gestão compartilhada do território, da infraestrutura e serviços de interesse comum.

O planejamento e uso do solo, transporte e sistema viário regional, habitação, saneamento básico, gestão das águas, meio ambiente, são temas que exigem políticas acordadas entre os municípios envolvidos e exigem o suporte dos estados e da União.

Ações:

1. Instituir a Autoridade Metropolitana de Transporte;
2. Instituir o Bilhete Único nas Regiões Metropolitanas;
3. Promover a implantar de consórcios públicos e outros mecanismos de associação dos entes públicos, visando a atuação coordenadas e implementação de projetos integrados entre os municípios para investimentos públicos em infraestrutura, principalmente no que diz respeito ao saneamento ambiental, mobilidade, controle da poluição, proteção social.

Proposta 87: Mobilidade Urbana nas Capitais

Situação: A redução da mobilidade urbana traz imensos prejuízos à qualidade de vida. Também degrada os espaços, traz danos ambientais e à saúde pública. As redes físicas (viárias e trilhos), os serviços públicos de transporte e os entrepostos de apoio à circulação de carga são geridos de forma desarticulada.

Ações:

1. Investir, em parceria com estados e municípios, na mobilidade urbana das regiões metropolitanas, com a construção de 400 quilômetros de VLT, Monotrilhos ou Metrô;
2. Apoiar os estados para implantação de centros integrados de logística, visando reduzir a entrada de caminhões nos grandes centros urbanos; 😊
3. Investir em rodoaneis nos grandes centros urbanos fortalecendo a intermodalidade e desestimulando o tráfego do transporte de carga no sistema rodoviário urbano, com o fim de melhorar o trânsito, reduzir a poluição do ar e evitar o sucateamento das vias; 😊
4. Incentivar a implantação de sistemas cicloviários nas cidades.

Tema 15: PROTEÇÃO SOCIAL

A assistência social no Brasil começou a mudar a partir da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ocorrida em 07 de dezembro de 1993. Ela estabeleceu que a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado. A LOAS fixou um Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo mensal, para pessoas idosas acima de 65 anos e pessoas portadoras de deficiência. O benefício começou a ser pago efetivamente a partir de janeiro de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. O atendimento aos portadores de deficiência e idosos chega, na área urbana, a 3,2 milhões de pessoas, com gastos de R\$ 16,9 bilhões.

A regulamentação da aposentadoria rural permitiu, desde 1991, atender enorme contingente de famílias excluídas no campo. Somando-se a ela os benefícios via LOAS na zona rural, 11,3 milhões de pessoas são atendidas diretamente com verbas assistenciais no interior do País.

A LOAS abriu as portas para aos programas de transferência articulados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, compondo uma nova geração de políticas públicas assistenciais, com foco no cidadão. Em dois anos de implementação, tais programas atingiram, respectivamente, 5 milhões e 1,5 milhão de famílias.

O programa Bolsa Família, que aglutinou e expandiu os programas anteriores, apresenta um atendimento de 12,4 milhões de famílias, ao custo de R\$ 12,5 bilhões. Já os Benefícios de Prestação Continuada (LOAS) representam 0,6% do PIB, com gastos anuais de R\$ 16,9 bilhões. A aposentadoria rural demanda cerca de 1,4% do PIB, com gastos anuais de R\$ 44,7 bilhões.

Proposta 88: Bolsa Família

Situação: Percebe-se que as 6,5 milhões de famílias participantes, em dezembro de 2002, da rede de proteção social representam hoje mais da metade das famílias atendidas pelo atual Bolsa Família. O Governo Lula, oportunista em apropriar-se e mudar o nome de programas herdados, mostrou-se, na verdade, lento em sua expansão. As transferências diretas de renda podem se ampliar.

Ações:

1. Universalizar a cobertura do Bolsa Família atingindo a totalidade das famílias pobres, estimadas em 15 milhões;
2. Instituir o 13º pagamento do Bolsa Família no final do ano;
3. Atuar na complementação da renda do Bolsa Família, de forma que o cidadão atinja, progressivamente, o valor da linha de pobreza (meio salário mínimo); ☺
4. Fortalecer o elo entre o Bolsa Família e as ações voltadas para a educação, sobretudo o ensino médio e técnico, alfabetização de jovens e adultos;
5. Dar ênfase para a saúde da mulher e a saúde infantil nas famílias atendidas pelo Bolsa Família, disponibilizando um leque de opções de planejamento familiar, afim de ampliar os graus de liberdade e o seu controle sobre o número de filhos desejados; ☺
6. Garantir um aumento de 10% para as famílias cujos pais se mantenham estudando de forma continuada;

7. Pagar um bônus de R\$ 500,00 para cada filho que terminar o ensino fundamental;
8. Pagar um bônus de R\$ 1.000,00 para cada filho que terminar o ensino médio;
9. Agregar R\$ 20,00 ao valor da Bolsa para cada pessoa da família que frequentar um curso profissionalizante;
10. Estender o recurso, por quatro meses, aos beneficiários empregados;
11. Induzir aos beneficiários comportamentos individuais que permitam a sua inserção econômica capaz de reverter a situação de pobreza, introduzindo incentivos capazes de motivar os membros das famílias beneficiárias a busca pela sua inserção no mercado de trabalho formal;
12. Instituir incentivos fiscais a empresas que ampliem seu estoque de assalariados do Bolsa Família; 😊
13. Garantir uma carteira de identidade e um cartão bancário aos beneficiários de Programas Sociais.

Proposta 89: Sistema Único de Assistência Social

Situação: O funcionamento eficiente dos programas sociais depende em grande parte, da utilização e interação de bons instrumentos de gestão. Dentre os principais instrumentos de gestão existentes estão: Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Centros de referência da Assistência Social – CRAS e Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico.

Ações:

1. Regulamentar a Lei que criou Sistema Único de Assistência Social;

2. Garantir aumentos anuais pela inflação no pagamento dos pisos de proteção social básica e proteção social especial;
3. Ampliar a oferta dos CREAS;
4. Promover a Virada Social em vários lugares do país, combatendo a violência, promovendo a cidadania e oferecendo referenciais positivos para os jovens.

Proposta 90: Sistema Nacional de Atenção à População de Rua

Situação: A população de rua nas capitais do País cresce sem que exista uma atenção organizada dos poderes públicos para com esses excluídos. O dever do Estado é garantir proteção, saúde e os chamados mínimos sociais, como alimentação e renda básica para os moradores de ruas.

Ações:

1. Criar o Sistema Nacional de atenção ao migrante e à população de rua, unificando informações; 😊
2. Oferecer financiamento para que as cidades com mais de 250 mil habitantes estruturem uma rede nacional de acolhimento.

Proposta 91: Projeto Travessia Nacional

Situação: Não basta estabelecer e propor políticas sociais. Elas devem ser integradas, gerando resultados efetivos. Assim funciona o Projeto Travessia, uma ação estruturadora do Governo de Minas Gerais que teve por base os princípios básicos do Projeto Alvorada, integrando, num

mesmo território, políticas de renda, endereço, identificação e segurança (REIS). Ele objetiva promover o desenvolvimento social das comunidades em situação de pobreza, por meio de serviços integrados de saúde, educação, intervenções urbanas, saneamento, gestão social e geração de renda. O projeto pretende com isso, promover a “travessia” de pessoas excluídas socialmente.

Ações:

1. Implantar nacionalmente o “Projeto Travessias” com atendimento prioritário nos municípios mais carentes por meio de programas e ações que garantam resultados;

2. O atendimento às áreas mais carentes do país deve combinar as seguintes linhas de ação:

- Propiciar as condições necessárias para que crianças e adolescentes possam frequentar a escola e concluir os ciclos escolares;
- Assegurar assistência médica, em especial de caráter preventivo, e melhoria das condições de saneamento básico e habitação de qualidade;
- Ampliar as oportunidades de trabalho e renda;
- Garantir que todo cidadão brasileiro tenha uma identificação.

Proposta 92: Crianças Desaparecidas

Situação: O desaparecimento de pessoas é um problema que atinge indivíduos de ambos os sexos, das mais variadas idades e classes. O Ministério da Justiça reconhece que não existe como contabilizar os números de desaparecidos no país, mas arrisca dizer que são 10.000

desaparecimentos envolvendo crianças e adolescentes anualmente. Organizações não governamentais apontam que são mais de 40 mil crianças que desaparecem por ano. Estima-se que de 10 a 15% das crianças não retornam para seus lares.

Ações:

1. Implementar, efetivamente, o Cadastro Nacional de Desaparecidos; 😊
2. Implantar um sistema de comunicação entre as polícias, treinar os funcionários das delegacias civis para o atendimento a esta demanda específica e apoio a família;
3. Garantir ferramentas capazes de, por exemplo, bloquear o RG do desaparecido em todo o território nacional, obrigando a família ou o próprio desaparecido a entrar em contato com a delegacia, dando baixa no sistema;
4. Criar, em parceria com os Conselhos Tutelares, Juizados de Menores e Postos de Saúde, um serviço de atendimento social e psicológico, voltado ao atendimento das famílias de pessoas desaparecidas, durante e após o desaparecimento.

Tema 16: SANEAMENTO E AGUA

O saneamento é o setor mais carente da infraestrutura social brasileira. Dados oficiais mostram um imenso contingente de 41 milhões de brasileiros sem acesso à rede de água e, de forma mais grave, aproximadamente 100 milhões de brasileiros não possuem rede de esgoto. Essas carências, além de representarem um sério problema de saúde pública e ao meio ambiente, inibem a indústria do turismo e a geração de empregos.

Nos últimos oito anos, os índices de coleta e tratamento de esgotos evoluíram muito pouco. Não bastasse isso, a média de investimentos do setor em 2003/09 (R\$ 5,3 bilhões) foi 18% menor do que em 1996/02 (R\$ 6,5 bilhões) (preços de 2009). Em 2007-2008 quando, excluídos os investimentos realizados por empresas estaduais de saneamento controladas pelos Governos do PSDB em São Paulo e Minas Gerais (Sabesp e Copasa, respectivamente), os investimentos foram 1,7% inferior à média de investimentos no período 2003-2006.

No ritmo atual de investimentos será preciso mais de 50 anos para universalizar os serviços no país. A tragédia do saneamento deve ser atribuída, em grande parte, à incompetência e miopia dos programas federais para o setor, representados pelo chamado PAC Saneamento.

Apesar de atenderem 75% de toda a população brasileira, o Governo do PT virou as costas para as empresas estaduais de saneamento: (i) aumentou a tributação sobre investimentos em saneamento, (ii) dificultou acesso a recursos; e (iii) incentivou uma concorrência sem controle entre grupos privados e empresas estatais em vez de fomentar parcerias público-privadas.

Proposta 93: Plano Nacional de Saneamento Básico

Situação: O Governo Federal tem papel de planejar e traçar as diretrizes gerais do setor, de modo a servir como um facilitador e indutor do desenvolvimento dos serviços, auxiliando Estados e Municípios a planejarem a prestação dos serviços de saneamento, oferecendo financiamentos e recursos aos prestadores públicos e privados. Entretanto, este não tem sido o papel desenvolvido pelo Governo Federal, por meio de seu Ministério das Cidades. É fundamental fortalecer as empresas estaduais e municipais de saneamento.

Desde janeiro de 2007, o Governo Federal está obrigado por lei a elaborar o Plano Nacional de Saneamento, que tem caráter vinculante em relação aos recursos, programas e ações da União e seus órgãos e tem papel orientador junto aos demais entes da federação, promovendo a sua articulação e coordenação. Passados quatro anos, o governo federal, em descumprimento da lei, não editou o plano, atestando a ausência de uma política federal de saneamento.

Ações:

1. Implantar as diretrizes para o setor, estabelecidas na Lei 11.445/07 (Marco Legal do Saneamento), incluindo a elaboração e implantação do Plano Nacional de Saneamento Básico;
2. Fortalecer e despolitizar o Ministério das Cidades, de modo a assumir a responsabilidade por traçar um planejamento federal para o saneamento, o qual deverá ser feito em estreita parceria com Estados e Municípios, fomentando a articulação entre os entes federativos;
3. Aprimorar o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, conforme previsto na Lei 11.445/2007 e garantir apoio federal e

coordenação nacional no desenvolvimento dos sistemas de informação dos estados e municípios;

4. Fomentar a implantação de sistemas de saneamento básico para regiões afastadas e isoladas e estimular a construção de estações dimensionadas para microrregiões interligadas por emissários de menor volume; ☺

5. Apoiar os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, compatíveis com o Plano Nacional, financiando a contratação e fornecendo os instrumentos adequados; ☺

6. Apoiar e capacitar os municípios e estados para implantação de sistema de controle e fiscalização dos serviços de saneamento prestados pelas empresas públicas e privadas (fortalecimento da regulação). ☺

Proposta 94: Desoneração do Investimento em Saneamento Básico

Situação: As alíquotas e o regime de cobrança do PIS/PASEP-COFINS foram alteradas algumas vezes ao longo dos últimos anos, em especial a partir de 2004, quando a alíquota do COFINS passou de 3,0% para 7,6%, mas a incidência deixou de ser cumulativa.

Nesta situação, os prestadores de serviços de água e esgoto pagam em tributos cerca de 2 bilhões de reais a mais do que receberam de recursos não onerosos: receberam apenas 0,7 bilhão e pagaram 2,7 bilhões. Com a desoneração dos impostos o setor deveria conseguir aumentar o valor investido.

Ações:

1. Zerar a cobrança do PIS/PASEP/CONFINS no setor de saneamento básico, garantindo o investimento na implantação de rede de coleta e tratamento de esgoto;
2. Manter um fluxo crescente de recursos para o saneamento, tanto na forma de financiamentos via FGTS e FAT (BNDES), quanto nas aplicações não reembolsáveis (Orçamento Geral da União), com objetivo de subsidiar camadas mais pobres da população, que, além disso, deverão ser favorecidas por subsídios cruzados das empresas; 😊
3. Desburocratizar e acelerar a liberação de recursos federais e coordenar o repasse dos recursos do FAT e do FGTS, pela CEF e BNDES, com o planejamento do Ministério das Cidades.

Proposta 95: Gestão das Empresas de Saneamento

Situação: A maioria das empresas estaduais de saneamento tem baixa capacidade de execução de projetos e necessitam melhorar consideravelmente sua gestão. Das 26 empresas estaduais de saneamento somente 7 têm condições de acesso a financiamentos. Não obstante essa situação, mais de 60% dos recursos disponibilizados para ações em água e esgoto pelo chamado PAC são financiamentos que precisam ser pagos com juros aos bancos federais.

Ações:

1. Criar um Programa de recuperação e apoio à boa gestão das empresas estaduais e municipais de saneamento a ser coordenado pelo Ministério das Cidades que deverá apoiar os governos estaduais e municipais a melhorarem a gestão de suas empresas;

2. Criar modelos e oferecer consultores a estados e municípios para desenvolver parcerias público-privadas e parcerias societárias; 😊
3. Fomentar e estimular a atuação dos capitais privados para o setor, tanto por meio de concessão dos serviços de saneamento de um município ou região, quanto de concessões administrativas ou patrocinadas (PPPs) para determinados serviços;
4. Apoiar e financiar a cooperação e as Parcerias Público-Público entre empresas de saneamento; 😊
5. Criar instrumentos permanentes de capacitação e assistência técnicas às empresas, nas áreas financeira, administrativa e tecnológica; 😊
6. Incentivar e financiar a difusão de tecnologias na área de saneamento.

Proposta 96: Água Universalizada

Situação: Pouco mais de 80% da população tem acesso a água tratada, atingindo 36 milhões de brasileiros. Sem rede de abastecimento de água não há saúde e qualidade de vida para a população brasileira.

Acrescente-se a elevada perda média de água, na média brasileira próxima de 40%, devido às fraudes ou vazamentos nas redes de abastecimento.

Ações:

1. Universalizar o serviço de abastecimento público de água potável nas regiões metropolitanas, até 2014; 😊
2. Promover a transferência de tecnologia e fomentar a instituição de Programas de Redução de Perdas de Água; 😊
3. Estimular estados, municípios e entidades da sociedade civil na produção de água de reuso para a irrigação e fins industriais; no aproveitamento dos

resíduos gerados na cadeia do saneamento, como o biogás e o lodo, inclusive como fonte alternativa de energia limpa e na educação ambiental para conscientização no uso consciente da água, estabelecendo ações de estímulo à ligação às redes públicas de água e esgoto existentes; 😊

4. Apoiar campanhas de conscientização do combate ao desperdício do uso de água e estimular e promover o uso racional de água na irrigação agrícola.

Proposta 97: Coleta e Tratamento de Esgoto

Situação: Metade da população brasileira não tem acesso a rede de esgoto, atingindo 94 milhões de brasileiros. Há, ainda, mais de 8 milhões de brasileiros que sequer têm banheiro em casa. A situação do saneamento nas zonas rurais brasileiras é ainda pior: segundo os dados do PNUD, 76,9% da população rural não têm acesso a esgotamento sanitário adequado.

Pela ótica domiciliar, apenas 44% dos domicílios têm acesso à rede geral de esgoto (2008), sendo que o DF (86,3%), SP (82,1%), e MG (68,9%) são os únicos com mais de 50%. As menores coberturas são Amapá (3,5%), Pará (1,7%) e Rondônia (1,6%). Volume tratado representava 68,8% do total coletado no país.

A média anual dos investimentos nos últimos oito anos em saneamento básico foi de R\$ 3,9 bilhões. Neste ritmo somente será possível universalizar os serviços de atendimento básico de 64,8 anos. A necessidade de reverter este quadro implica um investimento total de R\$ 252,9 bilhões para alcançar a universalização. O volume anual médio de investimentos para universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico deve estar em R\$ 12,6 bilhões, tendo como meta os próximos 20

anos. Tal investimento possibilitará atingir a meta de promover a inclusão de 30 milhões de pessoas com rede de coleta e tratamento de esgoto nos próximos quatro anos.

Ações:

1. Duplicar a média de investimentos no setor nos próximos quatro anos;
😊
2. Expandir a coleta de esgoto nas regiões metropolitanas para 80% dos domicílios, com tratamento de 70% do esgoto coletado, até 2014;
3. Fortalecer as empresas estaduais e municipais de saneamento básico, dando-lhe condição de obter recursos para investir nos sistemas sob sua responsabilidade.

Proposta 98: Política Nacional de Resíduos Sólidos

Situação: O marco legal que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi, finalmente, definido com a Lei n ° 12.305, de 2 de agosto de 2010. Os principais instrumentos instituídos pela Lei são os planos de resíduos sólidos, visando estimular o planejamento das ações nesta temática; os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos para a melhor compreensão e acompanhamento da situação de geração e disposição de resíduos; a coleta seletiva; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; o monitoramento e a fiscalização; a educação ambiental e os incentivos financeiros.

Ações:

1. Regulamentar e implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos ainda em 2011;
2. Atuar, em parceria com estados e municípios, no combate aos lixões a céu aberto; 😊
3. Dar suporte financeiro e técnico aos municípios para (1) elaboração dos planos de resíduos sólidos, (2) para a formação dos consórcios regionais e (3) para a efetiva implantação dos aterros sanitários ou solução aplicável;
4. Investir na coleta seletiva; 😊
5. Implantar mecanismos de gerenciamento de resíduos, gestão integrada, reciclagem, rejeitos, responsabilidade compartilhada, reutilização e serviço público de limpeza urbana; 😊
6. Estimular e criar mecanismos para a reutilização do metano dos aterros sanitários, como uma eficiente fonte energética – o biogás, associando a obtenção dos créditos de carbono das emissões evitadas dos gases causadores do efeito estufa; 😊
7. Desenvolver modelos de parcerias público-privadas que permitam a participação do setor privado no setor de resíduos sólidos.

Tema 17: SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) completou duas décadas, desde quando estabelecido na Constituição de 1988 e foi definitivamente consolidado durante a gestão de José Serra à frente do Ministério da Saúde. Fortaleceu-se a integração entre União, Estados e Municípios e maiores recursos foram carreados para o setor.

O Programa Saúde da Família ampliou fortemente a atenção básica em todo o Brasil e, no setor hospitalar, prestigiou com parcerias as entidades filantrópicas sérias, facilitando o financiamento das Santas Casas. Junto com a Pastoral da Saúde, o Ministério apoiou o trabalho comunitário e, com as entidades médicas, organizou os mutirões, ampliou as campanhas de vacinação e a assistência às pessoas com deficiência. Caíram os custos dos medicamentos, com a entrada do ‘genérico’ na farmacologia nacional.

O Brasil enfrentou com sucesso a barreira das patentes na Organização Mundial do Comércio, realizando a melhor campanha contra a AIDS do mundo em desenvolvimento. Com empenho pessoal do então Ministro José Serra, cerceou o abuso do incentivo ao cigarro e ao tabaco em geral, luta que levou adiante no governo de São Paulo, com a exemplar lei de proibição do fumo, seguida posteriormente pela maioria dos Estados.

Mas o atendimento à saúde estagnou, ou pouco avançou, no atual governo federal. Basta percorrer os vários campos da saúde pública para comprovar que o Brasil pode mais na saúde. Inexiste um plano estratégico do Ministério da Saúde, reduzindo sua importância como gestor nacional do SUS. Falta coordenação técnica e administrativa.

Proposta 99: Emenda Constitucional 29

Situação: O Brasil gasta com saúde 8% do PIB, sendo que as despesas públicas representam cerca de 45% do total, o que equivale a apenas 350 dólares per capita. Este percentual é menor que o gasto de países como Argentina, Portugal e Espanha e, o que é mais grave, o percentual público na despesa total com saúde no Brasil é inferior àquele observado em países com sistema universal.

Com o empenho político de Serra, foi possível a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, em 2000, que representou uma importante conquista da sociedade para a construção do SUS, pois estabeleceu a vinculação de recursos nas três esferas de governo para um processo de financiamento mais estável. Entretanto, o atual governo não regulamentou a Emenda através de lei específica, impedindo canalizar mais recursos para a saúde no País.

Ações:

1. Promover a imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/2000, cujo PL está parado no Congresso Nacional;
2. Elevar o investimento na saúde para cerca de R\$ 12 bilhões em quatro anos;
3. Realizar um decidido projeto de qualificação de gestores da saúde; 😊
4. Retomar o projeto de profissionalização da gerência hospitalar, dos Centros Colaboradores e as pesquisas de avaliação de qualidade dos hospitais.

Proposta 100: Atenção Primária à Saúde

Situação: Nos diversos países com sistemas de saúde de caráter universal, a Atenção Primária à Saúde (APS) está na agenda de prioridades dos governos como forma de enfrentar a fragmentação dos sistemas de saúde, a super especialização e o uso abusivo de tecnologias.

Enquanto Ministro da Saúde, José Serra reconheceu a proposta do Programa de Saúde da Família (PSF) e o retirou da condição de projeto piloto, transformando-o em uma política pública prioritária. Quando Serra assumiu o Ministério da Saúde encontrou apenas 1.843 Equipes de Saúde da Família e quando saiu eram 14 mil equipes. Na atuação gestão, esta política foi ampliada, mas se preocupando apenas com a ampliação da quantidade de equipes para o programa, deixando de lado a qualidade do atendimento e a composição das equipes, com muitas incompletas, sem médicos e enfermeiros.

Ações: Sempre em parceria com os Estados e Municípios:

1. Criar a Carreira dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde;
2. Garantir a presença de médico em cada Equipe de Saúde da Família; 😊
3. Ampliar a equipe com inclusão de psicólogo, farmacêutico, nutricionista e fisioterapeuta ou educador físico; 😊
4. Garantir que as unidades básicas de saúde sejam bem construídas, equipadas e com instalações adequadas;
5. Informatizar todas as unidades básicas de saúde, com conexão de internet, possibilitando a marcação de exames e consultas especializados online, em outras unidades da região; 😊

6. Ampliar o acesso a serviços diagnósticos e atendimentos ambulatoriais especializados marcados pela unidade básica;
7. Dar atenção adequada às pessoas com distúrbios mentais e aos portadores de doenças crônicas tais como diabetes e/ou hipertensão arterial, inclusive com a busca ativa de casos não diagnosticados, alcançando, até o final do governo, pelo menos 80% de pessoas diagnosticadas e em tratamento; 😊
8. Ampliar e qualificar o Programa Nacional de Imunização (PNI) com a redução da heterogeneidade de cobertura vacinal e a inclusão de novas vacinas;
9. Fornecer tratamento adequado a todos os pacientes portadores de tuberculose e hanseníase, alcançando, em quatro anos, menos de 1 caso de hanseníase por 10 mil habitantes em todos os estados;
10. Detectar, no mínimo, 70% dos casos de tuberculose e curar 85% deles;
11. Assegurar atenção integral à saúde bucal. 😊

Proposta 101: Policlínicas

Situação: Um dos mais graves problemas enfrentados pela população é a dificuldade em conseguir uma consulta, exame ou tratamento especializados. Muitas vezes para conseguir acesso a esses serviços de saúde, a população precisa se deslocar para municípios distantes, com despesas caras e sem apoio da família nem do governo.

A política de implantação de Policlínicas foi executada por José Serra enquanto Governador do Estado de São Paulo, as AME's – Ambulatório Médico de Especialidades, sendo considerados um novo modelo de

assistência ambulatorial com diagnóstico que veio para fortalecer a rede de atendimento à saúde. Trata-se de um centro ambulatorial com diagnóstico rápido e eficiente, onde o paciente passa por consulta única e exames em modernos equipamentos no mesmo dia, além de orientação terapêutica em especialidades médicas, com ênfase nas necessidades da rede básica. Até a criação dos AME's, as pessoas passavam em determinado dia por consulta, agendando exames e retorno para outras datas, nos hospitais gerais e universitários. O atendimento, na maioria das vezes, era demorado. Com os AME's, a tendência é que o atendimento seja acelerado e os hospitais possam priorizar as internações e cirurgias urgentes. José Serra já entregou 32 e oito estão em fase final de construção, tendo como meta, 40 AMEs.

Ações:

1. Construir 154 Policlínicas, as Clínicas Regionais de Especialidades Médicas (CREM), distribuídas em todo o território nacional;
2. Ofertar serviços especializados em saúde mental, em articulação com a Atenção Primária à Saúde - APS; 😊
3. Ofertar atenção especializada à população idosa, em articulação com a APS e outras áreas de governo. 😊

Proposta 102: Acesso a Medicamentos

Situação: Um dos principais desafios do sistema de saúde SUS no Brasil se refere à ampliação do acesso aos serviços de saúde combinados com os avanços tecnológicos na área de produção de medicamentos. O atual programa federal nesta área é o Farmácia Popular. A lista de medicamentos do Farmácia Popular 1 contém 106 itens, distribuídos em

unidades do SUS. Entretanto os remédios distribuídos pelo atual Farmácia Popular 2 se restringem a apenas 15 tipos de medicamentos.

E graças a Lei de Genéricos implantada por José Serra, os gastos reais em medicamentos foi reduzido consideravelmente. Para os produtos mais comumente usados, sem a política de genéricos, o preço seria de R\$ 234,00/mês ou R\$2.808,00/ano. Com os genéricos, o gasto com estes mesmos produtos é de R\$73,50/mês ou R\$882,00/ano, ou seja, uma economia de R\$1.926,00/ano.

Ações:

1. Ampliar a oferta de medicamentos da Farmácia Popular 2 para contemplar toda a Relação nacional de Medicamentos (RENAME), em especial para atendimento à saúde da mulher, do idoso e da saúde mental; ☺
2. Atualizar a lista de medicamentos para doenças de alta complexidade em parceria com as sociedades médicas mediante protocolos padronizados para todo o país;
3. Implantar o desconto integral de imposto de renda das despesas com medicamentos para todos os portadores de doenças crônicas; ☺
4. Implantar o desconto do imposto de renda das despesas com planos privados de assistência farmacêutica, nos moldes dos planos de saúde;
5. Aprimorar as políticas de regulação de preços de medicamentos ao consumidor e reduzir os impostos sobre eles incidentes; ☺
6. Em parceria com Estados e Municípios, promover a entrega em domicílio dos medicamentos de uso contínuo para o diabetes, hipertensão arterial e para os pacientes idosos; ☺
7. Retomar a política de produção de medicamentos genéricos de forma a estabelecer mecanismos tecnicamente adequados à produção de produtos

biológicos genéricos, em especial para vacinas e produtos para tratamento de câncer;

8. Apoiar os laboratórios oficiais para a produção de medicamentos genéricos, como forma de reduzir o custo e aumentar o acesso da população a medicamentos;

9. Fortalecer e ampliar o complexo produtivo da Saúde no Brasil, investindo no desenvolvimento de uma política de ciência, tecnologia e inovação e no fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e dos laboratórios farmacêuticos oficiais;

10. Adotar as medidas necessárias para propiciar ao Brasil autonomia quanto ao domínio da tecnologia e na produção de hemoderivados.

Proposta 103: Programa Nacional de Combate ao Câncer

Situação: Em relação ao câncer, assiste-se no cotidiano longas esperas na execução de exames ou mesmo tratamento para o paciente já diagnosticado. A literatura médica está repleta de trabalhos que sinalizam grave mudança de prognóstico quando o tratamento é postergado. A espera de 60 (sessenta) ou 90 (noventa) dias, para alguns tumores, pode ocasionar a perda da oportunidade de cura ou mesmo reduzir a sobrevida. Combate deve ser entendido pela associação de diagnóstico preventivo e tratamento.

O termo câncer é utilizado genericamente para representar um conjunto de mais de 100 doenças, incluindo tumores malignos de diferentes localizações. Importante causa de doença e morte no Brasil, desde 2003, as neoplasias malignas constituem-se na segunda causa de morte na população, representando quase 17% dos óbitos de causa conhecida, notificados em 2007 no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

O câncer de pulmão é o tipo mais comum de câncer no mundo. Segundo a última estimativa mundial, ocorreram 1.200.000 casos novos no ano de 2000, sendo 52% em países desenvolvidos. O padrão da ocorrência desse tipo de neoplasia é determinado por um passado de grande exposição ao tabagismo. Em países ou regiões onde existe uma longa história de consumo de tabaco, cerca de 90% dos casos de câncer de pulmão em homens estão relacionados ao hábito de fumar.

O número de casos novos de câncer de pulmão estimado para o Brasil no ano de 2010 é de 17.800 entre homens e de 9.830 nas mulheres. Estes valores correspondem a um risco estimado de 18 casos novos a cada 100 mil homens e 10 para cada 100 mil mulheres.

O câncer de estômago também é muito frequente, principalmente em homens. O número de casos novos de câncer de estômago estimado para o país no ano de 2010 é de 13.820 entre homens e de 7.680 nas mulheres, correspondente a um risco estimado de 14 casos novos a cada 100 mil homens e 8 para cada 100 mil mulheres.

E o número de casos novos de câncer de próstata estimado no ano de 2010 é de 52.350, correspondendo a um risco estimado de 54 casos novos a cada 100 mil homens.

Infelizmente os números para os outros tipos de câncer, como de pele, cólon e reto possuem uma situação tão dramática quanto a descrita acima.

Ações:

1. Implantar a Política Nacional de Atenção Oncológica; 😊
2. Implementar o Plano de Ação para o Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama;

3. Garantir o fim da espera para o diagnóstico e o tratamento do câncer, em especial do colo uterino, de mama, da próstata, de pulmão, do estômago, da pele e de boca;
4. Garantir o acesso aos métodos diagnósticos e de tratamento, inclusive aos novos medicamentos que se mostrarem efetivos; 😊
5. Garantir o acesso anual a mamografia para todas as mulheres com mais de 40 anos e assegurar o exame papanicolau a todas as mulheres com vida sexual ativa;
6. Investir em hospitais públicos e filantrópicos, com prioridade na superação do déficit de equipamentos de radioterapia, especialmente necessários para tratamento do câncer. 😊

Proposta 104: Saúde Integral da Mulher

Situação: As mulheres são a maioria da população brasileira e as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). Verifica-se que as mulheres vivem mais do que os homens, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos. Oferecer a melhor assistência à saúde da mulher em todas as fases de sua vida deve ser uma atuação constante do poder público, por meio da excelência dos serviços prestados.

Dados da última Pnad revelam que 25,3% das mulheres com mais de 40 anos, nunca fizeram uma mamografia. Entre as com renda maior do que cinco salários-mínimos, apenas 18,9% nunca fizeram esse exame, porém, entre as de renda inferior a 1/4 do salário-mínimo, esse percentual atinge 71,2%.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres. A cada ano, cerca de 22% dos casos novos de câncer em mulheres são de mama. Há um risco estimado de 49 casos a cada 100 mil mulheres.

Ações:

1. Resgatar e implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que foi construída com a participação do movimento organizado de mulheres, com a incorporação do enfoque de gênero, recorte de raça e etnia; ☺
2. Estabelecer a Política Nacional de Atenção à Saúde nas Situações de Violência Doméstica e Familiar, cumprindo as atribuições previstas na Lei Federal 11.340/2006 – Lei Maria da Penha;
3. Garantir acesso aos métodos contraceptivos; ☺
4. Viabilizar a transferência de tecnologia para a produção na FIOCRUZ ou no Instituto Butantã, da vacina contra HPV com vistas à sua inclusão no Programa Nacional de Imunização.

Proposta 105: Fila Zero para Internações e Cirurgias

Situação: Houve nas últimas décadas a obtenção de um grande avanço quanto à universalização da atenção à saúde alcançada principalmente em função do forte processo de descentralização que promoveu a presença dos municípios na saúde. No entanto, são amplamente conhecidas, as grandes dificuldades enfrentadas pela população no acesso à internação hospitalar, particularmente em Unidade de Terapia Intensiva e na realização de cirurgias eletivas.

Ações: Em parceria com Estados e Municípios:

1. Reformar e/ou ampliar e equipar os hospitais públicos e filantrópicos; 😊
2. Construir 100 novos hospitais regionais, visando eliminar a carência de leitos no País, até 2014; 😊
3. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda para pacientes de longa permanência;
4. Melhorar a qualidade dos hospitais psiquiátricos e incentivar leitos de psiquiatria em hospitais gerais; 😊
5. Apoiar a criação de Centros de Excelência Hospitalar, tendo por referência os hospitais universitários e de ensino, em especial nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste; 😊
6. Realizar investimentos para, ao final de quatro anos, zerar o déficit de leitos de UTI geral, pediátrico e neonatal.

Proposta 106: Mutirões da Saúde

Situação: Enquanto Ministro da Saúde, José Serra, sabendo das dificuldades da população para ter acesso à realização de cirurgias eletivas inovou, ao propor aos médicos brasileiros a realização, com grande sucesso, de mutirões de cirurgias de catarata, com a participação de diversos parceiros, com um grande contingente de prestadores de serviços e a mobilização de um grande número de oftalmologistas em todo o País, beneficiando mais de 1 milhão e 200 mil pessoas. A realização de mutirões de cirurgias de varizes, beneficiaram aproximadamente 280 mil pessoas. Os mutirões de cirurgia de próstata, em quatro anos, beneficiaram mais de 160 mil homens com uma média anual de aproximadamente 40 mil cirurgias e

que antes dos mutirões o número de cirurgias anuais era em média de 28 mil.

Durante a atual gestão os mutirões não fizeram mais parte do escopo de atuação, prejudicando, ainda mais, a população sem atendimento médico. Em caráter emergencial, os mutirões devem ser retomados, tendo por base aqueles serviços com maior deficiência.

Ações:

1. Retomar mutirões da Saúde, em parceria com os estados, municípios, hospitais filantrópicos e as entidades médicas e de enfermagem; 😊
2. Realizar, no primeiro ano de governo, mutirões de cirurgias eletivas;
3. Implementar, em caráter de emergência, mutirões para reduzir as filas de espera na realização de exames, consultas e tratamentos especializados. 😊

Proposta 107: Sistema Nacional de Transplantes

Situação: José Serra, quando Ministro da Saúde, transformou a Lei dos Transplantes, que acabava de ser aprovada, em um Sistema Nacional de Transplantes de sucesso reconhecido por todos. A política nacional de transplantes de órgãos e tecidos foi instituída pelas Leis nº 9.434/97 e nº 10.211/01, mas após a definição destes marcos legais durante o governo Fernando Henrique Cardoso, pouco se avançou na atual gestão.

Ações:

1. Investir no aumento do número de transplantes e de serviços que os realizam; 😊

2. Investir em treinamento de profissionais, em campanhas publicitárias para a captação de órgãos, na qualificação dos serviços hospitalares e no aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das listas de espera; 😊
3. Fazer com que o Sistema Nacional de Transplantes venha a assumir, até o final do governo, o primeiro lugar no mundo, em número de transplantes;
4. Acabar com a fila de transplante de córnea até 2014 e reduzir pela metade o tempo de espera dos demais transplantes.

Proposta 108: Rede Nacional para Dependentes Químicos

Situação: Este se torna o mais grave problema de saúde no Brasil. O crack, a droga mais perigosa da atualidade, rompeu os limites geográficos e sociais. Antes restringida às áreas degradadas das grandes cidades, invadiu o interior do país. Deixou de ser a “droga dos pobres” e chegou à classe média. Pesquisas demonstram que as famílias não sabem onde nem como obter ajuda.

Estima-se que o país consuma de 40 a 50 toneladas de cocaína ao ano e o uso do crack é uma realidade até nos municípios de pequeno porte e na zona rural. A população de norte a sul sofre com as consequências da droga que destroem as famílias e futuro da nossa juventude. Os governos municipais se sentem impotentes e os governos estaduais não possuem estrutura suficiente para lidar com esta grave realidade. Está na hora de enfrentar com coragem e decisão essa matéria.

Ações:

1. Executar um programa de oferta de Clínicas para Tratamento de Dependentes de Drogas, com serviços médicos de referência aos usuários de drogas; 😊

2. Instituir uma política de incentivo e apoio para ampliar a oferta de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS/AD), permitindo ações de promoção e prevenção, de assistência, e de inserção social para dependentes químicos e seus familiares; 😊
3. Criar mecanismos para prestar apoio psicossocial às famílias de usuários de álcool de outras drogas como crack; 😊
4. Incluir no SUS o financiamento de tratamento em clínicas especializadas; 😊
5. Desenvolver um Programa Nacional de Prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, com prioridade nos jovens, com ações nas áreas de cultura, lazer e esportes, em articulação com outras áreas de governo; 😊
6. Em parceria com os estados, municípios e instituições filantrópicas e outras iniciativas da sociedade, implantar a rede nacional de tratamentos aos usuários de álcool e outras drogas, entre elas, o crack; 😊
7. Implantar um Disque Atendimento aos familiares e usuários químico-dependentes.

Proposta 109: Programa Mãe Brasileira

Situação: Os índices de mortalidade materna e infantil refletem de modo consistente e amplo o nível de atenção à saúde prestada a uma determinada população. Segundo a PNDS 2006, o valor médio nacional de mortes de menores de 1 ano é de 22 por mil nascidos vivos e aproxima-se de estimativas geradas a partir de outras bases. As ações conjuntas do Ministério da Saúde com a Pastoral da Criança, fundada por Zilda Arns Neumann na década de 80, beneficiaram 1,9 milhão de gestantes e crianças

menores de seis anos, em 4.063 municípios brasileiros, somente entre 2008 e 2009.

Visando à diminuição da mortalidade de mulheres e crianças durante os processos de gravidez e nascimento, foi lançado em 1999 o Programa Mãe Curitibana que tem buscado melhorar o acesso e a qualidade do atendimento ao pré-natal, parto, puerpério e atenção ao bebê nas unidades de saúde e nas maternidades. Em três anos este programa atingiu a marca de 97% de gestantes vinculadas ao sistema público de saúde desde o início da gravidez.

Ações:

1. Implantar o Programa Mãe Brasileira, para garantir a todas as gestantes a assistência no pré-natal com qualidade (consultas e exames) e o encaminhamento para o atendimento às gestações de risco em hospitais de referência; 😊
2. Toda gestante ao iniciar seu pré-natal terá identificada uma maternidade para atendê-la em qualquer intercorrência durante a gravidez e no momento do parto (Lei Federal nº 11.634/2007);
3. Todas as crianças de risco serão monitoradas até 1 ano de idade;
4. Implantar o Teste da Mamãe, garantindo os exames laboratoriais do pré-natal em parceria com gestores estaduais e municipais do SUS;
5. Incentivar o parto normal como um reforço a política da humanização do parto;
6. Viabilizar a transferência de tecnologia para a produção na FIOCRUZ ou no Instituto Butantã, da vacina contra HPV com vistas à sua inclusão no Programa Nacional de Imunização.

Proposta 110: Saúde Integral da Criança

Situação: A taxa de mortalidade infantil acentuou sua tendência de redução, nas últimas décadas, diminuindo mais de 40% entre 1996 e 2006, ano que registrou 20,7 mortes por 1000 nascidos vivos. Dois terços dessas mortes infantis ocorrem no período neonatal, antes dos 28 dias de vida, por causas relacionadas com a cobertura e a qualidade da atenção à gravidez, ao parto e ao recém-nascido.

O Brasil apresenta valores para a mortalidade infantil maior que a média dos países da América do Sul com nível socioeconômico semelhante e elevada desigualdade regional, com a mortalidade infantil do Nordeste (29,8) representando o dobro da registrada no Sul (13,3).

Ações:

1. Implantar o Programa Nacional para a Redução da Mortalidade Infantil, com metas e estratégias ajustadas para as diversas realidades do país; 😊
2. Investir nas estratégias para cumprimento das metas do Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna e Neonatal;
3. Manter a taxa de declínio da desnutrição na próxima década e reduzir, em 10 anos, o percentual de crianças desnutridas para 2,5%;
4. Interromper a tendência de aumento da obesidade infantil e reduzir pela metade a obesidade entre adolescentes, em 10 anos.

Proposta 111: Profissionais da Saúde

Situação: Para expandir a oferta de serviços em âmbito nacional e proporcionar a melhoria da qualidade e resolutividade dos serviços é

necessário adotar uma forte política de formação e qualificação profissional na área da saúde.

Ações:

1. Implantar um Programa de Qualificação de Profissionais de nível técnico em especial na área de enfermagem, bioimagem, radioterapia, capaz de atingir 500 mil profissionais, em 4 anos; 😊
2. Criar, em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), as sociedades médicas, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas e outras entidades de profissões da saúde, o Programa Nacional de Qualificação Profissional;
3. Promover a atuação sinérgica entre os ministérios da Saúde e da Educação, de modo a consolidar a UNA-SUS com a finalidade de agregar as Instituições de ensino nos processos de qualificação e de formação dos profissionais para o SUS, em especial para a estratégia saúde da família.

Proposta 112: Hábitos Saudáveis

Situação: Os principais fatores de risco para as doenças crônicas, como o tabagismo, a obesidade, a inatividade física e o abuso do álcool, crescem, principalmente entre as pessoas mais pobres e menos instruídas.

O consumo de tabaco está relacionado atualmente com a ocorrência de inúmeras formas de câncer, de enfermidades cardiovasculares, respiratórias, de baixo peso ao nascer, de menopausa precoce e outros. Já a obesidade está relacionada com outras enfermidades, tais como diabetes mellitus, dislipidemias, hipertensão arterial, arteriosclerose, problemas do aparelho locomotor.

De acordo com a pesquisa recém divulgada pelo IBGE desde 1974, quando foi feita a primeira pesquisa familiar que registrou peso e altura dos entrevistados, a população tornou-se mais alta. O déficit de altura entre crianças declinou da faixa dos 30% para menos de 10%. Mas, nesse mesmo período, o brasileiro ganhou muito mais peso. O déficit de peso atinge hoje menos de 5% da população – o que é um indicador social positivo da maior relevância.

O sobrepeso atinge mais de 30% das crianças entre 5 e 9 anos de idade, cerca de 20% da população entre 10 e 19 anos, além de 48% das mulheres e 50,1% dos homens acima de 20 anos. Entre os 20% mais ricos, o excesso de peso chega a 61,8% na população de mais de 20 anos.

Das crianças entre 5 e 9 anos a obesidade atinge 16% do sexo masculino e 11,8% do feminino. Entre 10 e 19 anos, a obesidade é acima de 4% e dos adultos com mais de 20 anos, 12,4% da população masculina e 16,9% da feminina.

Ações:

1. Investir maciçamente em estratégias e ações de promoção da saúde e na prevenção de doenças; 😊
2. Apoiar por todos os meios possíveis os Municípios na realização de ações de Promoção da Saúde e de hábitos saudáveis de vida, combatendo o tabagismo, o sedentarismo, estimulando hábitos alimentares saudáveis; 😊
3. Combater a obesidade, a começar pelas crianças;
4. Promover condutas sexuais seguras, como única maneira de prevenir a infecção por HIV/Aids e evitar a gravidez na adolescência; 😊
5. Contribuir para criar um ambiente saudável, particularmente no que se refere à poluição atmosférica, da água, do solo, dos alimentos e combater as enfermidades associadas a reservatórios animais e os vetores;

6. Promover as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, visando o controle da dengue e de outras doenças endêmicas;
7. Em articulação com os Estados, apoiar os Municípios na implantação de ações e projetos de promoção a saúde e prevenção a doenças; 😊
8. Promover as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, visando o controle da Dengue e de outras doenças endêmicas.

Proposta 113: Hospitais Filantrópicos

Situação: O setor hospitalar filantrópico no Brasil é atualmente responsável por cerca de 1/3 do parque hospitalar existente no país. São 1.782 unidades, sendo 49,51% na região sudeste, 25,14% na região sul, 18,50% na região nordeste, 5,18% na região centro-oeste e 1,80% na região norte. Deste total, 731 hospitais contam com menos de 50 leitos e apenas 161 com mais de 200 leitos. Esta rede disponibiliza para o Sistema Único de Saúde (SUS) aproximadamente 120 mil leitos.

Esta enorme rede, espalhada por todo o território nacional, apresenta uma grande heterogeneidade nas suas estruturas gerenciais, tecnológicas, perfis e práticas assistenciais e, naturalmente, quanto à clientela.

Ações:

1. Reajustar a Tabela do SUS e assim, melhorar o financiamento do custeio dos hospitais filantrópicos;
2. Financiar Programas de Investimentos para a requalificação e reorientação de Hospitais Filantrópicos de modo a responder às novas necessidades de cuidados de saúde advindas com as mudanças do perfil epidemiológico de nossa população, como os cuidados de saúde aos idosos,

aos dependentes de drogas lícitas e ilícitas, à necessidade de ampliação dos serviços de reabilitação física e readaptação de portadores de deficiências, dentre outras;

3. Retomar o programa de financiamento das dívidas dos Hospitais Filantrópicos por meio da reativação do PROER das Santas Casas.

Tema 18: SEGURANÇA PÚBLICA

Todos os anos, mais de 80 mil pessoas morrem de forma violenta em nosso país. São pelo menos 220 pessoas por dia. É como se caísse um grande avião por dia. Destas 100 mil, 45 mil pessoas são assassinadas e milhões são vítimas de crimes como furto, roubo e sequestro. Outras 35 mil pessoas morrem no trânsito e nas estradas anualmente. Os últimos dados do Datasus, referente ao período de julho de 2008 e junho de 2009, mostram a morte de 34.859 pessoas em acidentes de trânsito. Nesse período imediatamente posterior à edição da “lei seca” houve modesta queda ante os 37.161 casos do período anterior.

Além do custo inestimável e da dor das famílias que perderam seus entes queridos, o país perdeu 5% do PIB (segundo estudo do IPEA: 5,09%) com os custos ligados à toda esta violência. Isto significa que nos últimos oito anos foram praticamente 1 trilhão de reais consumidos.

A segurança pública é um dos mais graves problemas sociais brasileiros. Durante o Governo Lula, mais de 600.000 pessoas terão morrido pela violência (60% assassinadas e 40% em acidentes de trânsito) segundo dados do Datasus.

Enquanto em São Paulo é investido 10% do orçamento nesta área, o Governo Federal investiu praticamente meio por cento do seu orçamento. Em São Paulo, apesar dos muitos desafios que ainda estão pela frente, os homicídios foram reduzidos em 70%. Pelo menos 56 mil vidas foram poupadas em dez anos, dados Datasus. Hoje a chance de um brasileiro ser morto em São Paulo é seis vezes menor que em Salvador, oito vezes menor que Recife e quatro vezes menor que no Rio de Janeiro. Enquanto em São

Paulo os homicídios caíram para perto 10 por grupo de 100 mil habitantes, em Salvador cresceu para mais de 60 homicídios.

As fronteiras do país estão vulneráveis ao tráfico de drogas e armas e não podem ser protegidas com operações pontuais da Polícia Federal ou das Forças Armadas. Mais de 80 toneladas de cocaína e pasta base para produção de crack, além de centenas de toneladas de maconha e drogas sintéticas entram no Brasil anualmente. O Brasil já é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo o que contribui fortemente para o agravamento da violência e dos crimes nas cidades em todo o país.

Os sistemas de informações criminais são muito frágeis, com integração insuficiente, o combate ao crime é desarticulado e os bandidos tiram novos documentos em cada estado e falsificam com facilidade todo tipo de documento.

Os estados não podem contar com o apoio sistemático do governo federal e nem mesmo com a sua coordenação no combate ao crime. Recebem colaborações pontuais e eventuais, muitas vezes contaminadas pelas disputas e interesses políticos. Hoje o Secretário Nacional de Segurança tem dificuldade em falar com os governadores, com autoridades das Forças Armadas e das polícias. Falta-lhe autoridade, estrutura e respaldo para isso o que agrava a desarticulação em âmbito nacional, ficando em poucos exemplos de práticas bem sucedidas, mais típicas de ONGs e programas locais.

Proposta 114: Ministério da Segurança Pública

Situação: Tendo por base a situação descrita acima, a segurança pública deve ser um item prioritário da política do governo federal, pois muitas

vidas estão em risco e outras milhares foram são afetadas pela violência e pelo crime sem controle.

Nos últimos 15 anos a taxa de homicídios no país cresceu 32%, segundo dados do relatório recém divulgado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos dados de 2007, com aumento da taxa de mortes por homicídio de 19,2 em 1992 para 25,4 em 2007 a cada 100 mil habitantes.

Ações:

1. Criar o Ministério da Segurança para articular, coordenar e implementar ações como as mencionadas a seguir. O Ministério da Segurança será composto por órgãos como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, área de Trânsito (veículos e condutores) e Fundos: Penitenciário Nacional e de Segurança Pública. Serão instituídas também quatro novas Secretarias:

- Secretaria Nacional de Prevenção e Apoio a Vitimas
- Secretaria Nacional de Inteligência e Informação Criminal
- Secretaria Nacional de Capacitação e Apoio às Polícias
- Secretaria de Assuntos Penitenciários

2. Garantir o não contingenciamento de verbas da segurança pública, sobretudo aqueles direcionados às ações da Polícia Federal, de forma a evitar a paralisação de operações ligadas à proteção das fronteiras e das ações estratégicas conjuntas com estados e municípios;

3. Controlar as fronteiras e impedir a entrada de armas e drogas, por meio das seguintes medidas: 😊

- Criar um efetivo específico da Polícia Federal, incluindo unidade uniformizada, para atuar nas fronteiras de forma articulada a Polícia Rodoviária Federal e com as Forças Armadas que estarão mais

presentes nas regiões mais remotas inclusive com uso de tecnologia avançada, fortalecendo também a proteção ambiental; 😊

- Investir em equipamentos, tecnologia e sistemas de monitoramento para vistoriar tudo que entra pelas fronteiras, pelos portos, aeroportos e estradas, agilizando a implantação do SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, articulado com o Programa de Proteção da Amazônia e com o SIVAM por meio e articulado com o Ministério da DEFESA; 😊
- Combater a lavagem de dinheiro e fiscalizar os responsáveis pelo crime organizado, a partir da atuação conjunta da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, COAF, Receitas Estaduais e as polícias estaduais.

4. Investir nas polícias, em treinamento, controle de armas, melhor gestão e melhores salários. A atuação será focada: 😊

- Apoiar a definição de um piso mínimo de remuneração (apoio à PEC300) para os policiais além de gratificação adicional em função de regiões estratégicas, metas e resultados; 😊
- Viabilizar legislação nacional que permita ao policial trabalhar em parte da sua hora de folga em atividades policiais de interesse do poder público, recebendo adicionalmente por isso custeado pelo poder público municipal, estadual ou federal, conforme plano de metas;
- Implantar um padrão nacional para seleção, formação, capacitação e avaliação dos policiais e guardas municipais, por meio da nova Secretaria Nacional de Capacitação em Segurança, ajudando os governos estaduais e municipais nesta tarefa, articulando e fortalecendo as academias;

- Criar o Sistema de Corregedoria e Ouvidoria Nacional de Segurança, com Corregedorias e Ouvidorias de Polícia nos estados, independentes, e apoiar a implantação dos Disque Denúncias operados por organizações da sociedade em todos os estados;
- Criar uma política de fortalecimento da integração das polícias e do policiamento comunitário, com capacitação, planejamento e metas integradas; 😊
- Premiar os policiais com base em programas de metas para reduzir o crime e a violência.

5. Atuar na prevenção a violência e aos crimes, por meio da Secretaria Nacional de Prevenção do Crime, que deverá agir em parceria com outros ministérios, estados, prefeituras e organizações da sociedade civil. Neste sentido, deverá: 😊

- Investir em programas para juventude, ampliando as oportunidades de estudo, trabalho e renda para que ela não seja presa fácil do tráfico de drogas e do crime; 😊
- Ampliar a apreensão de armas ilegais, aprimorar o controle das armas em poder de pessoas, empresas de vigilância, judiciário, organismos de segurança e agilizar os procedimentos de análise e concessão de aquisição e porte de armas, sobretudo pelos organismos de segurança; 😊
- Conscientização da população para os riscos do consumo excessivo do álcool e da sua correlação com as mortes no trânsito e atos de violência; 😊
- Criar e fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança para ampliar a articulação com a sociedade na prevenção a violência;
- Financiar, com os recursos dos atuais fundos nacionais (FNSP, FUNAD e FUNPEN), os projetos estratégicos que estejam em

conformidade com os planos de metas estabelecidos conjuntamente, com base nas diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Pública, dando continuidade das ações do Pronasci;

- Apoiar projetos-pilotos inovadores ou políticas públicas preventivas bem sucedidas como o Fica Vivo, o Proerd, o Beija-Flor, o Prêmio Polícia Cidadã e muitas outras experiências que já existem Brasil afora, mediação de conflitos, justiça restaurativa. Estas experiências serão identificadas e avaliadas pelo Observatório de Boas Práticas - criado já em 2000.

6. Investir em informação, tecnologia e inteligência, considerando que hoje não é possível saber quantos crimes acontecem no país, pois a maioria das polícias trabalha sem bancos de dados consistentes que orientem seu planejamento e operações. As principais ações serão desenvolvidas visando: 😊

- Criar um banco de dados nacional, um verdadeiro sistema único de informações do crime e da violência, alimentado obrigatoriamente pelos governos estaduais e municipais das principais cidades do país, com eficiente sistema de proteção;
- Apoiar os estados e municípios com tecnologia e treinamento para uso estratégico das informações para definir metas conjuntas de combate ao crime e a violência; 😊
- Investir em laboratórios especiais de perícias, para que os crimes possam ser investigados usando tecnologia moderna e procedimentos padronizados;
- Agilizar o documento único de identificação civil – RG Digital, reduzindo de dez para até cinco anos a sua implantação, acabando com a farra da falsificação de documentos em todo o país;

- Apoiar a ampliação e integração dos sistemas de videomonitoramento e inclusive com sistemas privados em áreas de uso público, inclusive para controle e localização de veículos roubados; 😊
- Conclui a implantação do Sistema de Cadastro de Veículos Unificado com integração total e conexão do controle de condutores, veículos e irregularidades existentes com acesso em tempo real pelas autoridades de segurança.

7. Apoiar as vítimas da violência, a partir da criação do Programa Nacional de Apoio às Vítimas, para que estas saibam seus direitos, tenham apoio jurídico, social e psicológico, possam acompanhar o andamento da investigação e do processo do criminoso e sintam-se amparadas, uma política social de aproximação Pretende-se, assim, evitar que milhares de brasileiros que são vítimas de crime não sejam vítimas também do mau atendimento nas delegacias e hospitais; 😊

8. Alterar a legislação referente a adolescentes infratores para ampliar o tempo de privação de liberdade para os que cometem crimes graves e possuem distúrbios mentais que recomendem tal sanção. Que possam ser transferidos para presídios de adultos se depois de completar a maioridade não cumprir a agenda de tratamento e não respeitar o regulamento da unidade para adolescentes; 😊

9. Construir presídios, de modo a reduzir o atual déficit de 200 mil vagas para os condenados e presos provisórios, acabar com as superlotações e presídios controlados pelo crime organizado, e vai para isso:

- Liderar a construção e reforma de presídios junto com os governos estaduais, vencer a burocracia e os entraves que impedem as construções, inclusive com sistema de parceria publico privadas; 😊

- Dotar todos os presídios de salas para estudo e oficinas de qualificação e trabalho, que serão condição para evolução da pena e para reciprocidade para ajudar a pagar os custos da prisão e de indenização das vítimas; 😊
- Apoiar as defensorias públicas para que todos tenham direito a defesa e os presídios não fiquem lotados de pessoas que já cumpriram suas penas e os criminosos graves fiquem soltos;
- Apoiar a valorização dos agentes penitenciários, a vigilância eletrônica, os sistemas de inteligência prisional, as audiências por videoconferência e as tornezeleiras eletrônicas para evitar a fuga de presos em regime semiaberto ou em liberdade condicional; 😊
- Atuar na ampliação de serviços prestados à comunidade como forma de pagamento para os delitos de menor gravidade praticados por pessoas com menor periculosidade; 😊

10. Aprimorar a regulamentação das atividades de segurança privada, visando o melhor controle e fiscalização, e promover a integração com o sistema de segurança pública;

11. Criar e definir um Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito.

Proposta 115: Força Nacional contra Catástrofes

Situação: São desastres naturais aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza, que atuam independentemente da ação humana, como tornados, furacões. Já os desastres humanos ou antropogênicos são aqueles que resultam de ações ou omissões humanas, relacionadas às atividades do homem, como incêndios urbanos, rompimento de barragens.

Para considerar a ocorrência de um desastre o critério estabelece que deve acontecer pelo menos uma das seguintes situações: 10 ou mais óbitos; 100 ou mais pessoas afetadas; declaração de estado de emergência; pedido de auxílio internacional.

No Brasil, os principais fenômenos relacionados a desastres naturais são derivados da dinâmica externa da Terra, como inundações, enchentes, escorregamentos e tempestades.

Ações:

1. Instituir uma Força Nacional contra Catástrofes, com objetivo de atuar imediatamente nas áreas com inundações e/ou escorregamentos;
2. Promover a elaboração do mapeamento das áreas de risco do país, apoiando estados na elaboração de cartas geotécnicas e de risco e no mapeamento hidrológico para prevenção de cheias, desmoronamentos e fenômenos correlatos; 😊
3. Elaborar um Plano Nacional de Desocupação e Controle de Áreas de Risco, em articulação com os sistemas de Defesa Civil;
4. Investir na Defesa Civil para desenvolvimento de atividades preventivas; 😊
5. Elaborar um Plano Nacional de Ação e Monitoramento de Áreas Inundáveis; 😊
6. Intensificar a prevenção, educação e capacitação de profissionais e da comunidade para reduzir e eliminar situações de risco e pronta resposta em casos de emergências para minimizar perdas e danos, com apoio da Defesa Civil;
7. Fortalecer o Ministério da Defesa nas estruturas regionais com apoio em casos de emergências e calamidades, para maior rapidez de respostas, transporte e ajuda humanitária;

8. Desburocratizar a alocação dos recursos e meios necessários para maior agilidade no socorro à população e aos municípios atingidos por desastres e em situações de calamidade, alocando imediata assistência técnica especializada para cada situação; 😊
9. Apoiar a adoção de novas tecnologias e sistemas de comunicação para alerta da população em casos de chuvas incomuns em locais de maior risco de inundação e deslizamentos;
10. Desenvolver ações para atendimento habitacional em situações de emergência e calamidade pública, estabelecendo mecanismos ágeis de liberação de recursos em ação articulada com os órgãos da Política da Habitação e com a Defesa Civil para a execução de auxílio-moradia/aluguel social, vinculado a atendimento habitacional específico.

Tema 19: TELECOMUNICAÇÕES

No setor de telecomunicações observou-se avanços consideráveis a partir da metade da década de noventa, originários de ações do Governo de FHC, com destaque especial à reestruturação profunda promovida a partir de 1995, pelo então ministro Sérgio Motta. Graças a essa política, o telefone deixou de ser um bem de luxo para ser uma ferramenta acessível para o trabalho e para o dia a dia do cidadão. A telefonia fixa se expandiu de 20 milhões de telefones no final de 1998 para mais de 41 milhões hoje. Nos celulares, elevou-se de cerca de 7 milhões, em 1998, para os atuais 185 milhões, permitindo que 100 milhões de brasileiros das classes C, D e E passassem a ter acesso à comunicação móvel.

Nos últimos oito anos o Governo Federal praticamente ignorou as Comunicações – tanto as Telecomunicações como a Radiodifusão. O principal projeto nessa área foi a introdução da TV digital, conduzida, no entanto, de forma desorganizada, sem uma política industrial adequada e sem a transparência exigida por um projeto tão importante de avanço tecnológico.

Dos R\$ 36 bilhões arrecadados através do Funtel, FUST e Fistel, apenas R\$ 4 bilhões foram gastos. O PASTE (Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal do Ministério das Comunicações) foi deixado de lado. Abandonou-se o planejamento em segmento estratégico para o desenvolvimento do país.

Na ausência de Políticas Públicas e de ações de governo consistentes e coordenadas, a Banda Larga no Brasil é uma das mais lentas e caras do mundo.

Promover a adequação legal do setor, permitindo a junção das telecomunicações, com o provimento de conteúdos, bem como a consolidação da LGT com a Lei do Cabo, são ações que precisam ser priorizadas e discutidas de forma viabilizar a convergência de serviços, seguindo tendências internacionais. A ANATEL e o Ministério das Comunicações, devem operacionalizar esse novo marco das telecomunicações com foco no planejamento, em uma visão com metas e indicadores claros de desempenho.

Proposta 116: Correios com Excelência

Situação: Os Correios do Brasil, empresa considerada modelo mundial , nos últimos anos foi entregue ao fisiologismo político e enredada em escândalos de corrupção. Perdeu efetividade e seu campo de atuação.

Os Correios contam com um faturamento total de R\$11 bilhões e o lucro total girando em torno de R\$ 800 milhões. Em 2008, o serviço SEDEX distribuiu 86 milhões de objetos, mas se observa uma considerável deterioração na qualidade dos serviços:

- 400 milhões de cartas e encomendas atrasadas em 2009, de um total de 6 bilhões (6% do total contra 1% no período entre 1994 e 2002);
- entre 1998 e 2001, os Correios estavam entre as 4 primeiras melhores empresas, de acordo com o ranking da Revista Exame Maiores e Melhores. Em 2008, chegou à 36^a. e em 2009 ficou na 28^a. Posição;
- o investimento nos últimos dois anos ficou em 40% do total autorizado no Orçamento de Investimento.

Ações:

1. Fortalecer e desaparelhar politicamente os Correios do Brasil, investido na qualidade do atendimento e no oferecimento de novos serviços de comunicação;
2. Difundir a todos cidadãos brasileiros um email gratuito dos Correios do Brasil;
3. Disponibilizar pontos de acesso a internet nas agências dos Correios nas cidades brasileiras; 😊
4. Avançar na utilização das agências para serviços financeiros, a exemplo do banco postal;
5. Dotar empresa de uma governança corporativa sólida, substituindo o atual modelo de fisiologismo e deterioração operacional por um modelo de eficiência e qualidade na prestação de serviços;
6. Definição urgente para o concurso para carteiros e outras funções que vem se arrastando e mobilizou mais de um milhão de pessoas.

Proposta 117: Democracia Digital

Situação: Tecnologias da informação modernizam a democracia, transformam as relações de poder, melhoram a transparência dos governos e gestores públicos, aproximam os governos dos cidadãos e fortalecem a cidadania. A Internet, assim como ocorreu com telefonia desde a privatização do setor, será poderosa ferramenta para o fortalecimento da sociedade moderna, participativa e transparente que queremos construir.

Também não se pode imaginar que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável nos próximos anos, se não dispusermos de redes de comunicação convergentes, atualizadas tecnicamente e capazes de

interligar-se aos principais centros da economia mundial em mesmo nível. Estamos a anos luz da realidade asiática. Europa e EUA estão acelerando fortemente para eliminar sua diferença, que é significativamente menor que a brasileira.

No coração de uma agenda de democracia digital está a expansão dos serviços de banda larga e a garantia de acesso aos seus benefícios a brasileiros de todas as classes e todas as regiões do País.

O Brasil anda devagar na agenda da Banda Larga: apenas 60 milhões de pessoas a utilizam, sendo que, desse total, apenas 20% estejam usufruindo de alta velocidade. E hoje o Brasil tem uma rede 3G em apenas 732 municípios. Estamos atrasados!

Faltou vontade política e atuação na regulação para cobrar das empresas privadas essa universalização e a modernização das redes. Também não foram utilizados os recursos do FUST, por exemplo, para subsidiar a universalização dos serviços de banda larga, pelo menos em áreas mais carentes.

Ações:

1. Atender 90% dos domicílios com internet banda larga até 2014; 😊
2. Estabelecer metas regionais de velocidade de acordo com as necessidades locais, atuando junto com os governadores e prefeitos para dar um grande impulso e dinamismo a essas metas;
3. Propor um Projeto de Lei que regule a internet do ponto de vista técnico e econômico, associado a um plano eficiente para constituir infraestrutura de rede que suporte a expansão dos acessos com qualidade;
4. Propor um Plano Nacional de Desenvolvimento da Banda Larga que associe uma Política de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do setor;

5. Ampliar o número de telecentros de forma articulada aos programas de e-gov e em parceria com a comunidade nos municípios; 😊
6. Estimular a construção de uma espinha dorsal (*backbone*) de alta velocidade, bem como a capilarização das redes em velocidades acima de 30 Mbps, de forma a que o país seja competitivo e possa se desenvolver nos próximos anos;
7. Defender o usuário e a sociedade, aplicando os recursos do FISTEL, FUST, e FUNTEL no investimento em infraestrutura e na melhoria dos serviços prestados, utilizando adequadamente os recursos destes fundos que foram contingenciados no total de R\$ 3 bilhões nos últimos sete anos. Esse recurso deve ser destinado para itens estratégicos que foram deixados de lado como projetos nacionais de inclusão digital ou projetos setoriais estratégicos como o da banda larga
8. Rever tributos no setor de telefonia e de banda larga, em especial de interconexão entre prestadoras de serviço; 😊
9. Avançar em sistemas de integração de dados e de disponibilização de informações para serviços públicos; 😊
10. Criar um projeto de e-gov no governo, de forma a que sirva de motor para o crescimento da demanda por Banda Larga, sirva de motivador e suporte para a inclusão digital do cidadão, permita maior transparência na Administração Pública, bem como modernize todos os serviços públicos prestados à população brasileira, construindo a Democracia Digital. 😊

Tema 20: TURISMO

O Turismo se destaca por ser um importante mecanismo de geração de renda e de movimentação financeira. Segundo a Organização Mundial de Turismo, a atividade é responsável pela geração de 6 a 8 por cento do total de empregos no mundo. O setor é intensivo em mão-de-obra, com predominância de mão-de-obra informal.

O Brasil recebe hoje anualmente menos de 5 milhões de turistas estrangeiros, número inferior ao que recebia no ano 2000, contabilizando em 2009 um ingresso de divisas, segundo o Banco Central, de cerca de US\$ 5,3 bilhões. Em contrapartida, a saída de divisas ultrapassou US\$ 10 bilhões, gerando uma conta-turismo do País muito deficitária. Há que se reverter esse cenário, que começa por enfrentar o câmbio excessivamente valorizado, certamente um dos culpados dessa realidade.

Não basta, para o turismo, ter atrativos naturais, praias ou florestas. Boas condições de infraestrutura, especialmente o transporte aéreo e portuário, capacitação e qualificação profissional dos agentes de turismo, formatação de produtos diferenciados, informações e orientações de qualidade disponíveis aos turistas são os requisitos básicos para bem explorar o potencial do turismo, importante fonte geradora de empregos e de distribuição de renda.

Proposta 118: Turismo Sustentável

Situação: O turismo é atividade estratégica para o país como instrumento de desenvolvimento econômico e social, mas, infelizmente, ainda não é encarado como grande agente integrador entre as esferas econômica, sócio

cultural e ambiental e como um instrumento capaz de fortalecer as identidades regionais. A marca Brasil no cenário mundial precisa agora ser consolidada como sendo de um país de atributos únicos por estar fundamentada nos valores diferenciais do seu povo e do seu território.

Especialmente em regiões como Nordeste e Amazônia legal, faz-se necessário dedicar atenção especial na criação de políticas públicas específicas que possam melhor explorar o potencial do turismo como fonte geradora de empregos e de distribuição de renda nessas regiões.

O turismo interno cresce a cada ano, mas os gargalos de uma infraestrutura sucateada nos últimos 8 anos impedem seu avanço efetivo. Questões como transporte aéreo e intermodal, infraestrutura aeroportuária e de lazer, capacitação e qualificação profissional, ecoturismo e desenvolvimento sustentado, formatação de produtos diferenciados e segmentação de mercados e fortalecimento de promoções prioritárias do turismo interno e intraregional são fundamentais para mudar realidades desfavoráveis.

Ações:

1. Promover o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Brasil; 😊
2. Elevar a participação da renda gerada pelo turismo no PIB brasileiro;
3. Garantir o uso responsável dos recursos naturais, o respeito à produção cultural, a inserção da população residente no processo e a competitividade mercadológica dos produtos turísticos brasileiros; 😊
4. Ampliar o número de visitantes estrangeiros no país e elevar o patamar da receita turística e ter o turismo como grande produto de exportação com mais turistas sendo importados;
5. Ampliar o número de brasileiros que realizam viagens dentro do país, aumentando as receitas advindas do turismo nas economias locais; 😊

6. Promover a melhoria da qualidade de vida da população e acompanhar esse processo utilizando indicadores como o incremento dos postos de trabalho e renda e as condições de acesso aos bens e serviços públicos;
7. Estimular e apoiar o aperfeiçoamento das gestões municipais, com a finalidade de tornar mais eficaz o gerenciamento dos fluxos de turismo, da infraestrutura e dos serviços públicos e de ampliar as receitas públicas, beneficiando a população residente e os turistas; 😊
8. Implementar e coordenar o planejamento, a gestão estratégica e o monitoramento da atividade turística nas Regiões Turísticas já definidas e em outras que venham a ser definidas, procurando envolver nesse esforço os gestores estaduais e municipais e os agentes da cadeia produtiva do turismo; 😊
9. Definir mecanismos de proteção do patrimônio natural, induzindo e disciplinando o aproveitamento turístico sustentável destes recursos;
10. Proteger e preservar o patrimônio histórico-cultural, seja restaurando os sítios e monumentos históricos, seja estimulando o desenvolvimento de sistemas de proteção dos bens imateriais – os “saberes e fazeres” do povo; 😊
11. Apoiar a contínua produção cultural, visando fortalecer as identidades regionais e, assim, por consequência, fortalecer a marca cultural Brasil, como o país da diversidade, da confluência e da tolerância; 😊
12. Fortalecer as identidades regionais e a marca cultural e promover a formatação, a diferenciação, e a comercialização de produtos turísticos para segmentos diferenciados no mercado (Lazer, Negócios, Eventos, Estudos, Saúde, Compras, outros);

13. Integrar as políticas públicas de turismo a outras políticas setoriais – ambiental, fiscal, de transportes, trabalho, políticas sociais, entre outras, levando em conta a sua característica de atividade transversal; 😊
14. Implantar e articular a melhoria da infraestrutura social e dos serviços públicos como saúde, educação, habitação, saneamento básico, coleta e disposição final dos resíduos sólidos, transportes, energia elétrica, telefonia e segurança – nas áreas de interesse turístico; 😊
15. Promover a modernização e atualização tecnológica além da ampliação e construção de novos aeroportos, de modo a solucionar o déficit entre oferta e demanda da aviação brasileira e evitar contratempos nas viagens aéreas no país; 😊
16. Fomentar a aviação intraregional, especialmente no Norte e Nordeste; 😊
17. Implantar o sistema de transporte hidroviário no Brasil, de modo a atender às demandas turísticas, além da criação de estações de passageiros nos portos e a implantação de pontos de atracação em áreas turísticas; 😊
18. Estimular a diversificação produtiva das economias regionais para atender a novas demandas geradas pelo desenvolvimento turístico;
19. Articular melhorias e ampliação da malha rodoviária que integra e dar acesso às áreas turísticas sempre em parceria com os governos estaduais; 😊
20. Apoiar de maneira proativa as Secretarias e entidades governamentais de turismo, cultura e meio ambiente dos Estados e Municípios;
21. Incentivar, elaborar e garantir a implementação de ferramentas de gestão, a exemplo de Planos Estratégicos Diretores Nacionais;
22. Apoiar mecanismos que contribuam para o fortalecimento da identidade regional; 😊

23. Promover a educação para o turismo com campanhas de conscientização da população brasileira sobre a importância econômica e social do turismo;
24. Melhorar a qualidade dos serviços prestados, investindo na formação e especialização da mão-de-obra direta e indireta vinculada a atividades turísticas, envolvendo também os empreendedores turísticos nesse processo; 😊
25. Fomentar o empreendedorismo comunitário, oferecendo às populações dos núcleos receptores treinamento, linhas de crédito e orientação sobre oportunidades de investimentos em negócios relacionados ao turismo; 😊
26. Propiciar linhas de crédito para pequenos investidores, em especial com incentivos para empreendimentos em hotelaria nas cidades do interior;
27. Apoiar iniciativas de formação e capacitação de mão de obra para atender aos segmentos de turismo de alto padrão e nichos de mercado específicos, criando novas oportunidades de emprego para as populações locais;
28. Aprofundar parcerias com Universidades e Organizações Não-Governamentais, visando à conservação e à educação ambiental;
29. Estimular parcerias com as redes de ensino fundamental e médio dos municípios turísticos, com o objetivo de inserir o tema turismo no conteúdo dos currículos da educação formal;
30. Fortalecer a marca Brasil e sua proposta de valor com a participação de todos os agentes do turismo fixando-a definitivamente na mente do consumidor;
31. Desenvolver estratégias de promoção do país e da sua marca visando à atração de novos visitantes, aumentando o fluxo e incrementando a receita turística, de modo a dar prioridade às motivações de viagem para o Brasil;

32. Fomentar programas de marketing que promovam os grandes destinos diferenciados do país, exaltando sua autenticidade, diversidade, qualidade de suas atrações turísticas – paisagens únicas, patrimônio histórico-cultural, artesanato rico e diversificado – serviços ofertados – hotéis e pousadas de charme com infraestrutura de SPA's, restaurantes de padrão internacional, entre outros;

33. Desenvolver através dos programas de marketing que promoverão os atrativos citados acima, a abordagem voltada para o turismo de experiências, fazendo do Brasil, um país cheio de possibilidades de criar emoções nos visitantes;

34. Implantar, organizar e qualificar um sistema de hotelaria econômica, por meio da disseminação do *bed and breakfast*, *pool* de pousadas, camping, albergues da juventude e equipamentos sociais;

35. Promover a produção cultural como um excelente produto turístico;

36. Produção de indicadores, dados estatísticos, pesquisas e estudos sobre o mercado de turismo e seus desdobramentos na economia brasileira, visando formar um grande banco de dados nacional, capaz de mapear o turismo no país, sendo essas informações acessíveis a toda a população;

37. Promover o turismo religioso;

38. Fomentar a instituição de escolas de tecnologia e cursos técnicos de turismo, eventos, gastronomia, hospitalidade, hotelaria e correlatos. 😊

PRIORIDADES ESTADUAIS

A coordenação do programa de governo de José Serra levantou, junto às equipes locais dos candidatos nos estados, as obras e ações mais importantes, e que dependem de ação do governo federal. A maioria dessas obras consta do PAC, mas continuam no papel. Sua efetivação é lenta. Parte delas não realizou licitação, nem tem licença ambiental. Algumas foram iniciadas, mas se arrastam na execução.

Nessa articulação com as equipes de programa de governo estaduais ficaram definidas as prioridades do Programa de Governo José Serra para cada um dos estados brasileiros. Elas formam a Agenda Brasil da Proposta Serra e estão apresentadas, em cada estado, sem obedecer a nenhuma ordem de importância.

No caso da infraestrutura, as obras priorizadas de logística – especialmente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos - foram dimensionadas financeiramente, somando R\$ 67 bilhões. Esse valor se situa acima da logística incluída no PAC, que monta R\$ 58 bilhões. Nas ações de mobilidade urbana, especialmente metros e VLT, as prioridades aqui estabelecidas na Agenda Brasil somam R\$ 38 bilhões.

Percebe-se, assim, que a ordem de recursos necessários para atender as prioridades são factíveis com o porte da economia nacional e com as receitas auferidas pelo Tesouro. Com vontade política e planejamento competente sua execução se viabiliza plenamente.

1. AGENDA ACRE/BRASIL

Prioridade 1. BR-364

Principal rodovia do Acre, ligando Rio Branco à Rondônia e à Cruzeiro do Sul, trechos pavimentados precisam de melhoria e trechos em terra (270 km) a serem asfaltados, entre Sena Madureira e Rio Branco.

Prioridade 2. Programa de Segurança Alimentar do Acre

O Acre importa cerca de 80% dos alimentos que consome; dos hortifrutigranjeiros, 70% são provenientes de São Paulo. Implementar Programa para garantir a autosuficiência alimentar do estado em atividades agrícolas sustentáveis, com ênfase na agricultura familiar.

Prioridade 3. Déficit Habitacional Zero

Construir 25 mil residências para famílias de baixa renda visando eliminar o déficit habitacional do estado.

2. AGENDA ALAGOAS/BRASIL

Prioridade 1. Programa Criança Assistida

Alagoas tirou nota 2,9 no IDEB, a pior do País. O Programa Criança Assistida pretende zerar o déficit de creches e pré-escolas no estado, promovendo a inclusão total das crianças no ensino infantil.

Prioridade 2. Policiamento Comunitário

Nos últimos 10 anos o estado passou a liderar o ranking nacional de violência urbana, exigindo implantar um amplo programa de Policiamento Comunitário, seguindo modelos de sucesso de inclusão social a exemplo do “Fica Vivo”, de Minas Gerais.

Prioridade 3. Estaleiro em Coruripe

Sua instalação deve garantir o maior investimento público de Alagoas em 20 anos; obras dependem ainda do licenciamento ambiental.

Prioridade 4. Aeroporto de Maragogi/Terminal Costa Dourada

O futuro aeroporto será a porta de entrada para a Costa Dourada Alagoana, alavancando o turismo na região, com previsão de atender a 150 mil passageiros/ano; aguarda licenciamento ambiental.

Prioridade 5. BR-101

Duplicação de 249 quilômetros da rodovia BR 101 no território de Alagoas. Obra já anunciada, porém sem nenhuma intervenção.

Prioridade 6. Porto de Maceió/Jaraguá

Maior porto açucareiro do país, com atracação naturalmente favorecida pelos recifes, necessita de dragagem e investimentos em áreas de armazenagem. Obras atuais em ritmo lento e inconstante.

Prioridade 7. VLT de Maceió

O sistema de trens metropolitanos de Maceió deverá ser totalmente remodelado para receber os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), o metrô de superfície, que possuirá 32 km com 9 estações.

3. AGENDA AMAPÁ/BRASIL

Prioridade 1. BR-156 (Macapá a Laranjal do Jarí)

A rodovia BR 156, com 212 km, liga a Capital com o sul do estado e o Pará. Exige melhorias e pavimentação, pois somente 21 km estão asfaltados.

Prioridade 2. Autosuficiência Energética

A geração elétrica do Amapá está baseada em Termoelétricas, caras e de elevadas emissões poluentes. Um planejamento ambiental estratégico deverá resolver o licenciamento de hidrelétricas, como a de Ferreira Gomes (Rio Araguari).

Prioridade 3. Ecoturismo

O Amapá se destaca como Estado amazônico de cobertura florestal mais bem preservada do país, com grande diversidade de ecossistemas. O ecoturismo é uma boa aposta para incentivar o desenvolvimento regional sustentável.

4. AGENDA AMAZONAS/BRASIL

Prioridade 1. Novo Porto de Manaus.

O atual porto de Manaus opera precariamente sem possibilidades de ampliação. Será necessário construir um novo e moderno Porto de cargas, distante do centro urbano, transformando o atual em porto de passageiros.

Prioridade 2. Terminais Hidroviários (TH)

A logística para a Amazônia envolve um Sistema de Hidrovias, com a construção de 35 Terminais Hidroviários; desses, apenas 8 Terminais foram inaugurados.

Prioridade 3. Aeroporto Eduardo Gomes

Manaus, uma das sedes da COPA da FIFA, exige a ampliação do Aeroporto, com construção do novo Terminal de Passageiros, a modernização do atual e a Construção da nova da Pista.

Prioridade 4. Zona Franca Perene

O Pólo Industrial amazonense fatura R\$ 30 bilhões/ano. Para consolidá-lo será necessário perenizar a Zona Franca, com a diversificação da produção (fitoterápicos, cosméticos e petroquímicos) e a ampliação de área geográfica.

5. AGENDA BAHIA/BRASIL

Prioridade 1. BR – 101

Dos 956 km da BR 101 na Bahia, apenas 18 km serão duplicados. Novos trechos necessitam ser duplicados ou receberem melhorias de pavimentação.

Prioridade 2. BR–324 (Salvador-Feira de Santana)

Conhecida como “Estrada da Morte”, a rodovia causa grandes congestionamentos e precisa da terceira faixa. Concedida à iniciativa privada e prestes a ser pedagiada, o contrato precisa incluir os novos investimentos.

Prioridade 3. Anéis Viários Regionais de Barreiras, Feira de Santana e Teixeira de Freitas

Os 3 anéis viários envolvem as rodovias federais: BR-101 (Teixeira de Freitas); BR-242 (Barreiras) e BR-116, BR-324 e BR-101 (Feira de Santana), devendo liberar as cidades do tráfego pesado de veículos. Representam melhorias urbanas e logísticas fundamentais para o estado.

Prioridade 4. Ponte Ferroviária da Travessia do Paraguaçu, em São Félix - Cachoeira

Para evitar as 4 horas de manobras dos comboios em Cachoeira-São Felix, urge a construção do contorno Ferroviário e da ponte no Rio Paraguaçu, desativando-se a ponte histórica. Obra parada pelo TCU, dependendo de licenciamento ambiental.

Prioridade 5. Metrô de Salvador

A conclusão da obra do Metrô é a principal demanda estadual de mobilidade urbana. Trecho reduzido, já construído, continua inoperante. Retomar projeto original com 12 km com integração de 60 km de VLT.

Prioridade 6. Porto de Salvador

Tido como o pior porto do País, está sem investimentos há 10 anos. Em consequência, 33% das cargas em geral e 30% das cargas containerizadas baianas são movimentadas por portos de outros estados. Além da ampliação para cargas e passageiros, propõe-se sua estadualização.

Prioridade 7. Aeroportos

O aeroporto de Salvador precisa ser ampliado na pista e no Terminal de Passageiros para atender à demanda da Copa da FIFA; a reforma do aeroporto de Barreiras é indispensável para o desenvolvimento do Oeste baiano. No Sudoeste da baiano, construir novos aeroportos em Vitória da Conquista, Ilhéus (região cacauzeira e turismo) e Porto Seguro (turismo nacional e internacional).

Prioridade 8. Hospital do Câncer de Salvador

A Bahia apresenta 20 mil novos casos de câncer ao ano, com 200 mil portadores da doença sem o atendimento devido. Um novo Hospital com 300 leitos é fundamental para a saúde no estado.

Prioridade 9. Autosuficiência Hídrica

Centros urbanos importantes (+ de 100 municípios) convivem com a ameaça de colapso em seu abastecimento de água. Barragens, adutoras e o canal de Irecê são necessários, envolvendo as bacias do Rio de Contas, Rio Paraguaçu, Rio Gavião, Rio do Antônio e Rio Santo Onofre.

Prioridade 10. Programa “Cacau da Bahia”

Para fortalecer o setor cacauzeiro da Bahia se necessitam investimentos na duplicação de 40 km da rodovia Ilhéus-Itabuna, em pesquisas e financiamento para renovação das lavouras de cacau, e em ações de desenvolvimento regional voltadas à sustentabilidade e ao turismo.

Prioridade 11. Construção de 10 FATECs

A instalação das unidades de ensino tecnológico superior se somaria à expansão do profissionalizante de nível médio, potencializando vocações econômicas específicas.

Prioridade 12. Construção de 20 Policlínicas

Para conseguir ampliar e melhorar o atendimento preventivo, regionalmente, impõe-se a construção de 20 Policlínicas (CREM).

6. AGENDA CEARÁ/BRASIL

Prioridade 1. BR-116

A duplicação da BR 116, com 545 km, segue em ritmo lento. A conservação é precária entre Ipaumirim, Milagres e a Divisa com PE (passando por Milagres), trecho com 125 km e elevado numero de acidentes.

Prioridade 2. Contorno de Fortaleza

A duplicação do Contorno, com 32 km, deve desafogar a Capital do trânsito pesado e garantir a ligação entre diversas rodovias importantes. Maior obra do estado, em lenta execução.

Prioridade 3. BR-304 (Natal – Fortaleza)

Rodovia mais perigosa do estado, ligando Natal a Fortaleza, precisa de urgente duplicação e melhorias no trecho cearense, com 102 km.

Prioridade 4. Implantação do MetroFor

Obra de implantação do Metrô iniciada em 2001 e paralisada diversas vezes. Ligará Caucaia e Maracanaú à capital, com 62,1 km, transportando cerca de 500 mil pessoas.

Prioridade 5. Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)

O fortalecimento do CIPP constitui a garantia dos maiores investimentos federais no estado, envolvendo a ampliação do porto de Pecém, a Refinaria Premium II e a Companhia Siderúrgica. Valor total: R\$ 30 bilhões, com recursos públicos e privados.

Prioridade 6. Aeroporto de Fortaleza

O aeroporto da Capital, sede da Copa da FIFA, precisa de ampliação do Terminal de Passageiros (2,5 milhões pessoas/ano) e ampliação da pista, para dar operacionalidade ao novo Terminal de Cargas (3 mil toneladas/ano).

Prioridade 7. Hospital Geral de Fortaleza

O maior hospital em atendimentos no Ceará precisa de urgente finalização da sua reforma geral. Péssimo atendimento, com filas enormes e espera para consultas superior a um ano. Faltam leitos de emergência.

Prioridade 8. Agropólos com Agentes Rurais

Os agropólos irrigados, implantados no governo de Tasso Jereissati respondem hoje pela moderna produção de frutas, flores e leite do estado. Com assistência técnica fornecida pelos Agentes Rurais, novos Agropólos devem ser instalados.

Prioridade 9. Desenvolvimento Sustentável do Araripe (Cariri)

A Chapada do Araripe representa grande reserva subterrânea de água (aquíferos) e minérios, cujo potencial natural é explorado por vários ramos agroindustriais. Executar uma agenda sustentável visa conciliar a preservação sem prejuízo do desenvolvimento econômico na região.

Prioridade 10. Programa de Inteligência da Polícia

A criminalidade na região metropolitana de Fortaleza exige decidida atuação dos órgãos de segurança. O Programa contempla controle das fronteiras, investimentos na gestão e qualificação da Polícia, na criação de Unidade de Inteligência e na implantação de Delegacias 24 horas.

7. AGENDA DF/BRASIL

Prioridade 1. Pólo de Referência em Saúde

Tendo em vista a histórica deficiência em atendimentos da rede hospitalar de Brasília, urge implantar um Polo de Referência médica do DF, incentivando o desenvolvimento institucional na área, unindo entidades privadas, públicas e universidades em favor da saúde.

Prioridade 2. Metrô de Brasília

Construir 5 novas estações, ainda em fase de estudo de percurso, passando por Samambaia, Ceilândia e na Asa Norte (Hospital Regional – HRAN).

8. AGENDA ESPÍRITO SANTO/BRASIL

Prioridade 1. BR-101

Principal eixo de ligação norte-sul do estado, com 475 km em território capixaba, a duplicação da BR 101 está em ritmo lento de obras.

Prioridade 2. Rodovia BR-262 e Segunda Ponte de Vitória

Rodovia mais violenta do estado, a BR 262 representa a porta de acesso de Minas Gerais e Centro-Oeste, devendo ser duplicada no trecho de 145 km. Somada à essa obra, a “Segunda Ponte” liberará o tráfego pesado na chegada da capital.

Prioridade 3. Contorno de Vitória

Obra esperada há 10 anos envolvendo a duplicação da BR-101 ao longo da Capital, criando conexões com as demais rodovias e desafogando o tráfego. Trecho de 46 km.

Prioridade 4. Porto de Vitória

Fundamental a ampliação e modernização do Porto de Vitória, considerado o 2º pior porto do Brasil, atrás de Salvador, com problemas de transporte rodoviários e ferroviários, armazenamento e profundidade de calado.

Prioridade 5. Aeroporto de Vitória

O aeroporto de Vitória opera precariamente, com todo tipo de problemas. Obras iniciaram e foram paralisadas pelo TCU. Precisa de nova pista com novos Terminais para cargas e passageiros.

Prioridade 6. Programa de Segurança Pública

Embora com avanços na segurança, o Espírito Santo ainda é um dos estados mais violentos do Brasil, cuja má situação prisional foi destaque

internacional. Um Programa de Segurança se impõe, incluindo a criação de Centrais de Penas Alternativas, importante para agilizar os processos jurídicos.

Prioridade 7. Saúde da Família

A maior carência da Saúde do estado refere-se ao atendimento básico. Ampliar as equipes de Saúde da Família poderia reduzir em 50% as necessidades de deslocamento dos pacientes do SUS, aliviando os Hospitais.

Prioridade 8. Projeto Terra Rural

O Projeto Terra Rural pretende promover investimento em infraestrutura (sistema viário, telecomunicações, internet e energia) no interior. Dos 78 municípios do estado, 64 têm vocação agrícola. O Projeto também prevê a inclusão educacional dos estudantes da área rural.

Prioridade 9. Café Sustentável

O ES produz 70% do café *conilon* do País; incluindo a espécie *arábica*, a cafeicultura responde por 35% da renda da agricultura capixaba, distribuída por quase todos os municípios. Pretende-se garantir sua sustentabilidade ambiental com medidas de incentivo à produção e pesquisas.

9. AGENDA GOIÁS/BRASIL

Prioridade 1. Trecho Goiano da Ferrovia Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul corta 516 km no estado, precisando ser logo finalizada, com obras lentas e atrasadas entre Porangatú e Anápolis, trecho de 280 km. Obras de Anápolis para São Paulo mal se iniciaram.

Prioridade 2. VLT entre Brasília e Luziânia

O VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) é a solução para o transporte de passageiros no eixo desativado da RFFSA entre Brasília e Luziânia, com 70 km. O plano foi anunciado em 2003 sem jamais ter sido iniciado. Deverá ser elaborado novo projeto para a obra.

Prioridade 3. Metrô de Superfície de Goiânia

Premiado pelo Banco Mundial, a obra é estratégica para a mobilidade urbana. Com custo menor de implantação, configura excelente alternativa ao Metrô tradicional. Terá 15 km, com 18 estações.

Prioridade 4. Anel Viário de Goiânia

O anel corta vários municípios, interligando 10 rodovias, sendo vital para desafogar o tráfego na Capital. Iniciada em 1996, está paralisada pelo TCU desde 2000. Faltam 64 km para sua conclusão (Trecho SE-13 km e trecho NE-51 km).

Prioridade 5. Aeroporto de Goiânia

O aeroporto de Goiânia não dispõe de adequado Terminal de Passageiros, tampouco de infraestrutura de cargas. Com obras paradas desde 2007 e considerado um dos piores do Brasil, nem entrou no PAC.

Prioridade 6. Universidades Federais de Goiás

A UFGO possui um campus avançado em Jataí e outro em Catalão, dois pólos importantes de desenvolvimento agroindustrial. Propõe-se instalar naquelas cidades duas novas Universidades Federais, em substituição aos campi atuais. Já existe infraestrutura física, faltando estrutura de gestão.

Prioridade 7. Centro de Excelência de Esportes

Importante instrumento de inclusão social, o Centro objetiva incentivar a formação de profissionais do esporte, desenvolvendo novos talentos olímpicos. Com ampla estrutura, suas obras continuam paralisadas.

Prioridade 8. 100 Colégios Tecnológicos

Cada região do estado deve ser atendida pela rede de cursos técnicos e tecnológicos, devidamente equipada para atividades educativas. O objetivo é adaptar/adequar/reformar escolas estaduais existentes para receber os novos cursos profissionalizantes.

10. AGENDA MARANHÃO/BRASIL

Prioridade 1. Porto de Itaqui

Modernização do porto de Itaqui favorece a competitividade do estado. Saída mais próxima para os EUA e Ásia através do Canal do Panamá, com calado invejável.

Prioridade 2. Auto-suficiência Energética

As promessas de autosuficiência elétrica no estado ainda estão no papel. Das 6 hidrelétricas prometidas pelo governo federal, somente a de Estreito está em obras. Todas sofrem com o licenciamento ambiental.

Prioridade 3. UPAS da Saúde

O Maranhão é o penúltimo colocado no ranking de mortalidade infantil. Para suprir a necessidade de serviços de atendimento básico, de urgência e de emergência, faz-se necessária a construção de 5 UPAs, 1 em cada mesorregião do estado.

Prioridade 4. Modernização da Agricultura

No Maranhão até o tomate é comprado de outros estados, mesmo com 70% da PEA envolvida na Agropecuária. Será importante garantir assistência técnica, crédito e políticas específicas para os pequenos produtores.

11. AGENDA MATO GROSSO/BRASIL

Prioridade 1. Ferrovia Norte Sul (Feronorte)

Parada, a construção da Feronorte no MT, com 523 km, urge ser retomada. A extensão da ferrovia até Rondonópolis e Cuiabá é importante para o transporte de cargas do Centro Oeste.

Prioridade 2. BR-163 (Cuiabá-Santarém)

A rodovia continua aguardando sua pavimentação final, beneficiando os dois estados de Mato grosso e do Pará. Fundamental na logística do desenvolvimento do Centro Oeste. Conhecida por “corredor da morte” entre Cuiabá e Rondonópolis.

Prioridade 3. Hidrovias: Teles Pires-Tapajós; Araguaia-Tocantins e Paraná-Paraguai

Definir os projetos executivos e o licenciamento ambiental das hidrovias no estado. O investimento trará grande impulso à economia.

Prioridade 4. Aeroporto Marechal Rondon

Os investimentos no aeroporto de Cuiabá devem ampliar e modernizar os Terminais de Passageiros e de Cargas, com ampliação da pista.

Prioridade 5. Hospital Universitário “Júlio Muller” (UFMT)

O investimento viabilizará a primeira unidade de saúde da União no Mato Grosso. A construção do Hospital será um marco na qualificação dos profissionais, além de referência em atendimento.

Prioridade 6. Programa de Segurança de Fronteiras

Cuiabá é a sétima capital mais violenta do país e, em 80% dos casos, as ocorrências estão ligadas às drogas. Com 700 km, a fronteira com a Bolívia

é a porta de entrada de armas e drogas. São necessários investimentos em monitoramento e comunicação.

Prioridade 7. Mato Grosso Desmatamento Zero

O programa envolve o apoio à agropecuária com compromisso ambiental. São necessários o zoneamento do território, investimentos em regularização fundiária, crédito rural agrícola e uso sustentável das águas.

12. AGENDA MATO GROSSO DO SUL/BRASIL

Prioridade 1. Rodovia BR-163

A BR-163 é a “Rodovia da Morte” estadual, cruzando o MS de norte (MT) a sul (PR), com 850 km. Por ela trafegam 30 mil veículos/dia. Recuperação de seu pavimento é fundamental.

Prioridade 2. Aeroporto do Campo Grande

Dobrou o número anual de passageiros no aeroporto, mas sua infraestrutura continua a mesma. Ampliação envolve novos Terminais de cargas, de passageiros e a pista.

Prioridade 3. Programa Turístico Pantanal

O Pantanal é um ecossistema com muita biodiversidade e altamente ameaçado. Tornam-se urgentes medidas que o protejam e permitam o desenvolvimento econômico sustentável da região, em especial, ligadas ao Turismo e à Agricultura.

Prioridade 4. Programa de Segurança de Fronteiras

Pelas fronteiras do MS com a Bolívia e o Paraguai, ainda consideradas “terra de ninguém”, grande parte das drogas e armas chegam ao Brasil. Enfrentar este quadro é tarefa conjunta do estado e do governo federal.

13. AGENDA MINAS GERAIS/BRASIL

Prioridade 1. Metrô de Belo Horizonte

As obras começaram em 2002, com o metrô entrando em operação comercial plena só em 2005. Desde então nada se avançou. A ampliação inclui a duplicação da Linha 1 existente, a criação da Linha 2 e um trecho da Linha 3, saltando de 150 mil passageiros/dia para 800 mil/dia.

Prioridade 2. Anel Rodoviário da Capital (Contorno Norte)

O Rodoanel terá 68 km, ligando varias cidades e rodovias importantes, desafogando o tráfego pesado de BH. Licitação suspensa pelo TCU; licença ambiental recém liberada (2010).

Prioridade 3. BR-381 (Belo Horizonte-Governador Valadares)

Esse trecho da BR 381 entre BH e Governador Valadares, com 311 km, é chamado de “rodovia da morte”. Sua duplicação é necessária e urgente.

Prioridade 4. BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) - Triângulo Mineiro

A BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração do Brasil. Na região do Triângulo Mineiro possui 247 km, sinuosos e com péssima conservação. Sua duplicação é essencial.

Prioridade 5. BR-262

A rodovia, que percorre 100 km em território mineiro, permite o escoamento da produção de MG e MT à região portuária de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Necessita urgentemente de duplicação de trechos críticos e melhorias gerais.

Prioridade 6. BR-040 (Rio de Janeiro-Brasília)

Obras de duplicação de trecho com 48 quilômetros da BR-040, com construção de 3 pontes e pavimentação entre Sete Lagoas e o Trevo de Curvelo. Obras atuais seguem lentas.

Prioridade 7. Unidade de Uréia e Amônia da Petrobrás

A instalação da Unidade da Petrobras em Uberaba está atrelada ao Gasoduto do Triângulo, investimentos fundamentais para o Triângulo Mineiro com reflexos nacionais. A nova fábrica deverá abaixar o preço do fertilizante em até 30% para os agricultores.

Prioridade 8. Programa Fica Vivo

Propõe-se a ampliação do Programa de atendimento/inclusão de jovens expostos à criminalidade. Elogiado pelos bons resultados conseguidos na segurança pública.

Prioridade 9. Aeroporto Internacional de Confins

A ampliação do aeroporto envolve o Terminal de passageiros 1, a extensão da pista e do pátio de aeronaves, permitindo operar para 7 milhões de pessoas/ano. Com o Terminal 2, necessário para atender à demanda da Copa da FIFA, chegará à 12 milhões passageiros/ano.

Prioridade 10. Cafeicultura

Minas Gerais lidera a produção nacional de café. O estado busca garantir sustentabilidade ambiental e econômica à produção, necessitando de uma política específica para o setor, com ações firmes para melhorar a inserção no mercado internacional.

14. AGENDA PARÁ/BRASIL

Prioridade 1. BR-163 (Cuiabá a Santarém)

A rodovia possui 900 km no Pará, com trechos asfaltados, restando 40% a concluir entre o Tocantins e o Pará. Fundamental para escoar a produção agrícola do Centro Oeste; obras atrasadas.

Prioridade 2. Rodovia Transamazônica

Sempre inacabada, a rodovia Transamazônica precisa ser pavimentada na maioria do trecho paraense. Cuidados ambientais devem ser tomados para evitar que desmatamento se acelere.

Prioridade 3. Regularização Fundiária

Existe uma verdadeira balbúrdia fundiária no território paraense, gerando conflitos no campo e impedindo financiamentos produtivos. A titulação é fundamental para garantir segurança com investimentos no campo.

Prioridade 4. Hidrovia Araguaia/Tocantins

Obra federal que se arrasta há mais de 20 anos. Mesmo com investimentos recentes, não garantirá a navegabilidade total da hidrovia. Opção de escoamento da produção do Centro Oeste.

Prioridade 5. Porto de Vila do Conde

Mais importante do Pará em volume de cargas, o Porto de Vila do Conde, final da hidrovia Araguaia/Tocantins, precisa ser ampliado e modernizado.

Prioridade 6. Saneamento Metropolitano

Na Região Metropolitana de Belém (RMB) apenas 8% da população tem coleta de esgoto e 60% é atendida por água encanada. Alcançar 100% de atendimento de água na RMB até 2016 e diminuir em 30% o déficit sanitário até 2020.

Prioridade 7. Metrô de Superfície de Belém

Existem 300 mil usuários do transporte coletivo na RMB, de má qualidade. O Metrô (VLT) deve solucionar estes problemas, com 32 km em 2 linhas principais.

Prioridade 8. Faculdades Tecnológicas

Criar cursos técnicos profissionalizantes que devem evoluir para Faculdades Tecnológicas, coerentes com potencialidades e necessidades regionais.

Prioridade 9. Fábrica de Ídolos do Esporte

O programa faz dos professores de educação física “olheiros” do esporte, selecionando alunos com potencial em modalidades esportivas, que aprovados e com bom desempenho, recebem bolsa de R\$ 400,00. Paulo Henrique Ganso, do Santos, se destacou nesse programa.

15. AGENDA PARAÍBA/BRASIL

Prioridade 1. BR-230

A rodovia BR 230 foi duplicada pelo governo FHC entre Cabedelo e Campina Grande. Agora chegou a vez da duplicação do trecho de Campina Grande a Cajazeiras (350 km), a cidade que mais cresce no estado.

Prioridade 2. Portos de Cabedelo e Lucena

A dragagem do canal está parada, sendo importante para ampliar a capacidade de movimentação de cargas em Cabedelo. A construção do Porto de águas profundas de Lucena completa a logística do estado.

Prioridade 3. ETECs

O Ensino Superior e técnico na Paraíba estão restritos à capital. A interiorização do “conhecimento” exige implantar quatro ETECs uma por mesorregião, atendendo às vocações regionais e diminuindo a migração estudantil.

Prioridade 4. Saúde no Interior

Para melhorar a atenção à saúde se construirá pelo menos 1 AME e 1 UPA em cada uma das 4 mesorregiões do estado.

16. AGENDA PARANÁ/BRASIL

Prioridade 1. Metrô de Curitiba

Construir a linha principal (Azul) do metrô de Curitiba, conectando as regiões Norte e Sul, com 22 km, interligada ao sistema de ônibus. Obra vital para a mobilidade urbana.

Prioridade 2. Contorno Ferroviário de Curitiba

Importante para o estado, o Plano Diretor Multimodal é formado por diretrizes cujas ações envolvem distanciar a ferrovia da capital, ajustando os demais modais ao contorno ferroviário.

Prioridade 3. Rodovia Boiadeira

Liga o Mato Grosso do Sul até Ponta Grossa, faltando 25 km para completar sua pavimentação. Rota mais curta até Paranaguá. Usada antigamente para o transporte de gado, ficou famosa pelos bois e pela falta de pavimento.

Prioridade 4. Segunda Ponte sobre o Rio Paraná

Trata-se da 2ª ponte entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Leste, com 720 metros, esperada desde 1995.

Prioridade 5. Porto de Paranaguá

Promover a dragagem total e a modernização completa do Porto, 2º maior do Brasil e 6º do mundo. Sua inoperância provoca filas de caminhões e navios conhecidas de todos. Só liberada por enquanto a dragagem no trecho crítico (entre as Ilhas do Mel e Galhetas).

Prioridade 6. Aeroporto Afonso Pena

O aeroporto de Curitiba não comporta aviões cargueiros de grande porte, perdendo cargas importantes. Para a Copa da FIFA serão necessárias a ampliação da Pista e do Terminal de Passageiros.

Prioridade 7. Programa de Apoio ao Produtor Rural

Forte no Paraná, a agropecuária precisa de maior apoio à pesquisa, ao crédito agrícola e na renegociação do endividamento. O cooperativismo e o PRONAF devem ser fortalecidos.

Prioridade 8. Atendimento Básico na Saúde

Necessidade de ampliar a rede de atendimento básico, criação de hospitais regionais, para evitar a migração para os grandes centros em busca de serviços de média e alta complexidade.

Prioridade 9. Combate ao Tráfico e ao Contrabando

O estado precisa de apoio federal para inibir o contrabando e o tráfico de drogas na fronteira, que depois se espalham pelas cidades e na capital.

17. AGENDA PERNAMBUCO/BRASIL

Prioridade 1. BR-101

Obras de duplicação da BR 101 em ritmo muito lento, em trecho de 213 km.

Prioridade 2. BR-232

Duplicar o trecho de 105 km de São Caetano à Arcoverde; construção duplicada de Arcoverde até Garanhuns, com 100 km, possibilitará ampliar o eixo de desenvolvimento do estado.

Prioridade 3. Rodoanel Recife (BR-101)

Para desafogar a capital e melhorar a logística estadual, é urgente a recuperação do entorno do Recife (BR-101), com 40 km. Estado precário do pavimento atrapalha a economia regional e a mobilidade urbana.

Prioridade 4. Metrô de Superfície de Recife

A remodelação e ampliação do sistema de trens da capital, com 29 km, em metrô de superfície, com 39,5 km, permitirá dobrar os usuários. Integrar novo sistema com o de ônibus urbano.

Prioridade 5. Complexo Industrial e Portuário do Suape (CIPS)

O CIPS congrega diversos empreendimentos importantes, onde figuram os maiores investimentos federais no estado. Investimentos totais estimados em R\$ 40 bilhões, entre o Porto de Suape, a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul da Transpetro (Petrobras).

Prioridade 6. Aeroporto dos Guararapes

O aeroporto de Recife, segundo em movimentação no NE, está saturado com 5 milhões de passageiros/ano. Será necessário para atender à Copa da FIFA ampliar o Terminal de Passageiros e modernizar o setor de cargas, dobrando sua capacidade.

Prioridade 7. Educação Básica e Escolas Técnicas

Projeto de transformação de 500 escolas públicas de ensino médio para atendimento em período integral (atendimento a 500 mil alunos em 5 anos). Criar em cada escola ao menos 1 curso técnico, gerando 20 mil vagas no ensino profissionalizante.

Prioridade 8. Saneamento e Reestruturação da Região Metropolitana do Recife (RMR):

Torna-se necessário reestruturar a RMR, dando ênfase à facilitação da mobilidade urbana, a eliminação de áreas de risco, estabilização de encostas e ao saneamento básico.

18. AGENDA PIAUÍ/BRASIL

Prioridade 1. BR-235

Implantação e pavimentação da BR 235, na divisa entre o Piauí e o Maranhão, fazendo a ligação entre o Semiárido, o Cerrado e à região Norte. A estrada ligará o Sergipe ao Pará, com 430 km no território do Piauí.

Prioridade 2. BR-020

Rodovia projetada por JK ainda não pavimentada. Liga o Semiárido nordestino ao DF pelo cerrado. Possui 463 km no estado.

Prioridade 3. Aeroporto de Teresina

Ampliação necessária construindo o novo Terminal de Passageiros do aeroporto.

Prioridade 4. Programa de Irrigação Regional

O Piauí possui a 3ª maior disponibilidade hídrica do NE e o 2º menor índice de utilização desse recurso na região. A conclusão/execução das barragens regionais e da do Castelo (Programas Tabuleiro litorâneo; Platô de Guadalupe) deve modificar essa situação.

Prioridade 5. Projeto Jovem Universitário

Promovendo interação da sociedade civil, o Programa promove palestras sobre associativismo e empreendedorismo com as universidades públicas e privadas, incentivando o desenvolvimento sustentável do estado.

Prioridade 6. Porto de Luiz Correia

Conclusão das obras, com equipamentos para operação do Porto, servindo de apoio à pesca e ao turismo.

19. AGENDA RIO DE JANEIRO/BRASIL

Prioridade 1. Linha 3 Metrô (túnel Rio –Niterói)

A Linha 3 do Metrô ligará Itaboraí, São Gonçalo e Niterói ao Rio de Janeiro, passando por túnel de 5 km sob a Baía de Guanabara, com 28 km de linha e 15 estações. Vai atender a 450 mil pessoas/dia.

Prioridade 2. SuperVia

Os novos trens da SuperVia serão metrôs de superfície (VLT), substituindo os antigos trens da RMRJ. Contará com *Agência Reguladora* para investimento em logística, modernização e fiscalização. Estarão interligados ao Metrô.

Prioridade 3. Aeroportos do Galeão e Santos Dumont

Ambos os aeroportos do Rio de Janeiro precisam de ampliação para atender à demanda da Copa da FIFA. Serão reformados os terminais de passageiros, as pistas e os pátios de aeronaves.

Prioridade 4. Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro

Para garantir a competitividade destes portos são urgentes as obras de dragagem, que demoram para serem realizadas. Em Itaguaí, o calado deve chegar a 17 m e no Rio, em 15 m, ampliando em 8 vezes a movimentação de cargas.

Prioridade 5. Hospital de Queimados

A construção do hospital está parada há 5 anos. O projeto oferece 270 leitos distribuídos em 5 andares, mas apenas o primeiro andar foi finalizado.

Prioridade 6. Programa Remédio em Casa

O Programa Remédio em Casa vai garantir a entrega em domicílio de medicamentos de uso contínuo para os casos de diabetes, hipertensão e pacientes idosos.

Prioridade 7. Programa Paraíba do Sul

O Programa Ambiental do Rio Paraíba do Sul representa uma ação conjunta entre estados (RJ, MG e SP) para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos. Garantir água limpa para usuários residenciais, agrícolas ou industriais.

20. AGENDA RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL

Prioridade 1. Aeroporto de São Gonçalo do Amarante

Um dos maiores do país em potencial de movimentação de cargas, falta ainda construir o Terminal de Passageiros e a estrutura turística a ele associada.

Prioridade 2. Barragem de Oiticica

Para evitar as inundações do Vale do Açu (Oeste do RN) e garantir água para o Seridó, região mais seca do estado, é fundamental a construção do Açude de Poço Vara e da Barragem de Oiticica.

Prioridade 3. Polo Pesqueiro

Investimentos no processamento e na capacidade de cargas do setor pesqueiro ampliarão a competitividade do estado grande produtor de pescados do país. Obras devem gerar cerca de 10 mil empregos diretos.

Prioridade 4. Melhorias na Malha Rodoviária

As rodovias federais no estado (BR-101, BR-226 e BR-304) precisam de melhorias, com reflexos positivos no turismo e comércio regional.

Prioridade 5. Porto de Natal

A dragagem do porto de Natal deve garantir a competitividade e a garantia da exportação de pescados do estado. Será também fundamental modernizar o terminal de cargas e a estrutura do porto.

21. AGENDA RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Prioridade 1. BR-116

A duplicação da BR 116 no trecho Guaíba, de Porto Alegre a Pelotas, com 211 km, é de grande importância para a logística do estado e para o tráfego da RM de Porto Alegre.

Prioridade 2. BR-101

Duplicação dos 88,5 km da BR-101, no trecho gaúcho, para finalizar uma das obras mais esperadas do estado, a principal de ligação do RS com o resto do país.

Prioridade 3. BR-290

A duplicação de 112 km da BR-290 entre Eldorado do Sul e Pântano Grande é fundamental para a melhoria da ligação entre Porto Alegre e Uruguaiana, uma das maiores regiões agro-produtoras do estado, com posição estratégica no comércio internacional (Cone Sul).

Prioridade 4. Metrô de Porto Alegre

Obra de Mobilidade urbana mais esperada da região metropolitana de Porto Alegre e do Vale dos Sinos, o trecho de 9,3 km de extensão prevê construção de cinco estações. Acelerar as obras é fundamental.

Prioridade 5. Segunda Ponte do Guaíba

Para desafogar o tráfego da ponte existente, será construída uma segunda ponte sobre o rio Guaíba (Porto Alegre a Guaíba), na região metropolitana. Representará um grande alívio para a circulação de veículos na BR-116, em constante congestionamento.

Prioridade 6. Aeroporto de Porto Alegre

Sede da Copa da FIFA, a ampliação do aeroporto de Porto Alegre é indispensável, sendo necessária a ampliação da Pista e do Terminal de Cargas. Paradas desde 2007, as obras da pista se adiantaram agora.

Prioridade 7. Hospital de Emergências Metropolitano

Cerca de 50% dos atendimentos nas maiores emergências clínicas do SUS da capital são de moradores de Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Guaíba. O hospital Metropolitano deve atender às demandas emergenciais da população, evitando a superlotação atual da rede.

Prioridade 8. Programa “Paz no Campo”

O estado enfrenta constantes casos de invasões de terra e de criminalidade nas propriedades rurais, em especial no interior do estado. Faz-se urgente um programa de segurança que assegure a tranquilidade no campo.

22. AGENDA RONDÔNIA/BRASIL

Prioridade 1. Hidrovias

Para permitir a plena utilização das Hidrovias, com navegabilidade constante até as bacias do Mamoré/Guaporé, em Rondônia, e Beni/Madre de Dios, na Bolívia, são indispensáveis os investimentos na construção das eclusas nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Prioridade 2. ETECs regionais

Com a intenção de ampliar a oferta de qualificação técnica para o ensino médio e pós médio, o estado precisa do apoio federal para a implantação de ETECs no estado, garantindo acesso aos cursos profissionalizantes.

Prioridade 3. Combate ao Tráfico de Drogas e Armas

A garantia da segurança e fiscalização nas fronteiras necessita de programa específico, mediante parceria entre o estado e o governo federal, impedindo o alastramento do contrabando aos maiores centros do país.

Prioridade 4. Gasoduto Urucu-Porto Velho

Como uma forma de garantir eficiência e sustentabilidade ambiental é importante garantir a chegada do gasoduto (gás natural), proveniente da bacia do Solimões, para utilização no polo industrial cerâmico, minimizando a poluição na região.

Prioridade 5. Porto de Porto Velho

O porto Graneleiro de Porto Velho é a principal via de escoamento da produção agrícola estadual, soja em especial. São indispensáveis investimentos em equipamentos e na estrutura de atracação.

23. AGENDA RORAIMA/BRASIL

Prioridade 1. BR-210

Conhecida como Perimetral Norte, a rodovia projetada para ligar a região Amazônica até a fronteira Colombiana no Amazonas precisa de melhorias.

Prioridade 2. BR-432

Interligando Cantá a Novo Paraíso, a rodovia possui 185 km de extensão, dos quais, somente 30 km asfaltados. É de grande importância para o escoamento da produção estadual para o Amazonas e o restante do País.

Prioridade 3. Eficiência Energética

O abastecimento energético do estado é precário e está deteriorado, exigindo urgente o investimento de recuperação nas redes de distribuição. Também se deve garantir a recuperação da capacidade de geração de energia da Hidrelétrica do Jatapu.

Prioridade 4. Polos Regionais de Desenvolvimento

Roraima vai implantar pólos de desenvolvimento que respeite e favoreça vocações econômicas, tecnológicas, turísticas e ambientais.

Prioridade 5. Segurança nas Fronteiras

A área de fronteira com a Guiana e Suriname é de difícil fiscalização, ficando “desprotegida”, o que permite contrabando de armas e drogas. Implantar um plano de monitoramento e inteligência para garantir segurança territorial.

Prioridade 6. Regularização Fundiária

Como demais estados da região amazônica, muitas terras foram federalizadas no regime militar, tornando dificultosa a regularização

fundiária sem a presença da União. Faz-se, portanto, necessário o apoio federal para regularizar as áreas ainda restantes.

24. AGENDA SANTA CATARINA/BRASIL

Prioridade 1. BR-282

A rodovia possui 3 trechos perigosos que necessitam de duplicação e melhorias: São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul (50 km); Travessia de Lages e os 6 km da *Via Expressa*, de São José a Florianópolis.

Prioridade 2. BR-101

A duplicação do trecho sul da BR-101 é a obra mais esperada em Santa Catarina. Desde Palhoça (SC) a Osório (RS) com 348 km, passando por 44 municípios (800 mil habitantes).

Prioridade 3. BR-280

Importante rota de escoamento de produção do estado, a rodovia precisa ser duplicada no trecho de São Francisco até o trevo da BR-101, com 51 km, desafiando o fluxo de veículos com segurança.

Prioridade 4. BR-470

A “rodovia da morte” de Santa Catarina, com trecho de 135 km a duplicar entre Navegantes e Rio do Sul. Problemas ambientais e técnicos obstruem a obra.

Prioridade 5. BR-480 - Travessia de Chapecó

A BR-480 exige duplicação na travessia de Chapecó, para desafogar uma das maiores cidades do interior.

Prioridade 6. Aeroporto de Chapecó

Faz parte da estratégia estadual de desenvolvimento regional para Santa Catarina, mas não tem apoio federal.

Prioridade 7. 9 UPAs

Implantação de 09 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), uma em cada macrorregião do estado. Vital para desafogar a rede hospitalar da capital e ampliar o atendimento nas demais regiões do estado.

25. AGENDA SÃO PAULO/BRASIL

Prioridade 1. Completar o Programa Expansão São Paulo

O maior programa de expansão do metrô e dos trens metropolitanos foi iniciado por José Serra e deverá ser completado por Geraldo Alckmin, envolvendo as linhas 2, 4, 5 e a 17 do Metrô, além das Linhas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da CPTM, com novos trens.

Prioridade 2. Rodoanel da Capital

Para finalizar o Rodoanel Paulistano ainda restam o Trecho Norte (18 km) e o Trecho Leste (45 km), que interligarão de forma completa todas as rodovias que chegam a São Paulo, desafogando o tráfego pesado da capital e garantindo flexibilidade logística ao estado.

Prioridade 3. Ferroanel Sul

A obra do Ferroanel-Sul, a ser implantada, vai reorganizar a dinâmica de ferrovias do estado, liberando a área urbana da capital das cargas, permitindo intermodalidade com outros meios de transporte, sobretudo: Hidrovias e Rodovias, Aeroportos e Portos paulistas.

Prioridade 4. Rodovia dos Tamoios

Faz parte do Corredor de Exportação Paulista. A duplicação da rodovia dos Tamoios, sob cuidados ambientais, é importante medida para melhorar o acesso ao litoral para turistas de veraneio e de cargas para o Porto de São Sebastião.

Prioridade 5. Rede Paulista de Dutos

Medida estadual para transporte limpo de cargas, evitando 100 mil viagens por ano de caminhão. A rede de dutos congregará interesses (Petrobras, Setor Alcooleiro e concessionárias) em direção ao Porto de São Sebastião, visando a exportação.

Prioridade 6. Aeroportos de Cumbica, Congonhas e Viracopos

Como sede da Copa FIFA 2014, as questões de mobilidade urbana da cidade precisarão ser modernizadas, envolvendo o investimento nos 3 aeroportos próximos à capital, com a ampliação das Pistas e Terminais de Cargas e Passageiros.

Prioridade 7. Hidrovia Tietê-Paraná

São poucos os trechos da Hidrovia Tietê-Paraná que ainda não são plenamente navegáveis. Tais dificuldades devem ser superadas com a extensão da Hidrovia (200 km) nos trechos: Anhembi-Salto e Santa Maria da Serra-Artemis, gerando energia.

Prioridade 8. Movimento Olímpico Paulista

São Paulo quer se destacar nos próximos jogos Olímpicos de 2016, sendo urgente a implantação do Centro Olímpico da Capital e das Unidades Multidisciplinares regionais, desenvolvendo novos talentos nas modalidades olímpicas.

26. AGENDA SERGIPE/BRASIL

Prioridade 1. BR-101

A duplicação da BR 101 está parada, com apenas 20 km finalizados dos 206 km no estado. Investimentos fundamentais para a logística sergipana.

Prioridade 2. Contorno de Aracaju

A duplicação do Contorno de Aracaju, na extensão de 22 km, vai desafogar a capital do tráfego pesado, melhorando a mobilidade urbana. São 22 mil veículos/dia neste trecho.

Prioridade 3. Irrigação Jacaré-Curituba (Poço Redondo)

Empreendimento de maior porte no sertão de Sergipe, o Projeto de Irrigação foi iniciado no governo FHC e paralisado no governo de Lula. Faltam recursos e licenças ambientais. Visa promover o desenvolvimento econômico no semiárido sergipano.

27. AGENDA TOCANTINS/BRASIL

Prioridade 1. Metrô de Superfície de Palmas

Em estudo de implantação, o VLT em Palmas, cidade planejada, é necessidade relativamente mais simples que em outras capitais.

Prioridade 2. Ferrovia Norte Sul (Ramal Miracema)

Importante eixo de escoamento da produção estadual, o ramal desde Miracema do Tocantins até Sorriso (MT) possuirá 930 km. Necessário acelerar sua implantação.

Prioridade 3. Hidrovia Araguaia - Tocantins

Como para Mato Grosso, a hidrovia é uma alternativa para o transporte da produção estadual, facilitando a exportação dos produtos e barateando o frete. Exige derrocagem e construção de eclusas.

Prioridade 4. BR-010

A Belém-Brasília, possui trechos precários de asfalto ou ainda em terra (cerca de 260 km). Completamente pavimentada ela permitirá a integração modal (FerroNorte e Hidrovia Araguaia-Tocantins) e escoará a produção do TO e da BA.

Prioridade 5. BR-235

A rodovia possui 320 km no Tocantins, com muitos trechos em terra. Precisa ser pavimentada entre Palmas (TO) a Aracajú (SE). Obras muito atrasadas.

Prioridade 6. Aeroporto de Palmas

O aeroporto de Palmas precisa ser ampliado para atender à movimentação de cargas, contando com a capacidade de intermodalidade com a Ferrovia e a Hidrovia, ampliando sua capacidade logística, beneficiando o estado.

Prioridade 7. Centros de Desenvolvimento em Tecnologia e Pesquisa

Construir 6 Centros visando apoiar os programas de desenvolvimento regional, em diversas áreas de conhecimento. Serão estruturados junto com a UFTO e a EMBRAPA.